

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Daltro Cella

**Pequenos em um mundo de grandes: a permanência da pequena unidade de produção
rural no município de Cândido Rodrigues/SP**

ARARAQUARA - SP

2019

Daltro Cella

Pequenos em um mundo de grandes: a permanência da pequena unidade de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientado: Daltro Cella

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

Co-orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA - SP

2019

C388p Cella, Daltro

Pequenos em um mundo de grandes: a permanência da pequena unidade de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP/ Daltro Cella. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2019. 165f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

1. Pequena unidade de produção rural. 2. Agricultura familiar. 3. Fruticultura. 4. Cândido Rodrigues/SP. 5. Grupos focais. I. Título.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: *Daltro Cella*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Oriowaldo Queda

Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes

Prof. Dr. Ademir de Lucas

Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz

Prof. Dr. Zildo Gallo

Araraquara – SP, 26 de abril de 2019

Este trabalho é dedicado a

Theo Pavarina Cella, filho amado e querido que trouxe luz ao nosso viver. Que esta tese lhe sirva de **Exemplo**, **Estímulo** e **Experiência**, conforme sempre almejo te proporcionar. Obrigado filho, por ter vindo me dar ainda mais razões para viver e ser feliz!

Dedico também a **Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina**, amiga e companheira para todas as horas.

Esta pesquisa também é uma retribuição aos conselhos e a indicação de bons caminhos que recebi de meus pais **Antônio Luiz Cella** e **Ester Telch Cella** (*in memoriam*).

As palavras proferidas pelo coração não têm língua que as articule, retém-nas um nó na garganta e só nos olhos é que se podem ler
(JS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Oriowaldo Queda pela confiança em meu trabalho. Seus ensinamentos estão muito além do que pude relatar nesta pesquisa.

Agradeço também à Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e demais professores do PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Agradeço as sugestões dos professores Dr. Alexandre Marques Mendes da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus de Franca) e do Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz da Universidade de Araraquara (Uniará) que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço às funcionárias da secretaria Ivani e Silvinha pela atenção e presteza.

Agradeço aos colegas da primeira turma de Doutorado – Álvaro Stringhetti Ferreira, Cesar Giordano Gêmero, Daniel Tadeu do Amaral, Fábio Carlos Rodrigues Alves, Gislaine Cristina Pavini, Guilherme Loria Leoni, Luciana Antoniosi, Manoel Valquer Oliveira Melo, Mario Sergio Demarzo, Paulo Sergio Aparecido Vianna e Ricardo Arruda Mauro – e do Mestrado – Ramon Nepumuceno de Aguiar Cintra, Rodrigo Augusto de Freitas, Sérgio Elias Libombo, Audrey Moretti Martins, Anderson Ferreira da Silva, Denison Ferreira da Silva, Guilherme Henrique Silva Guimarães, Carlos Eduardo Futra Matuiski, Diego Ferreira Gomes, Érica Trinca Caires, Robson Passos Caires, Alysson Oliveira Vilela e Henrique Júnior Bernadeth Gonçalves – pelas conversas e discussões.

Agradeço aos amigos com quem dividi a autoria de trabalhos e os anseios inerentes a esta jornada: Raimundo Pires Silva, Alexandre José Pierini, Solange Aparecida da Silva Luiz e Marcos Rogério da Cunha.

Pela acolhida, pelo carinho e apoio recebido, sou grato ao sr. Oscar Pavarina, sra. Vera Pinsetta Pavarina, Oscar Fábio, Sílvia Maria e Felipe Monte.

Agradeço aos meus irmãos Augusta, Vítório, Elice, Plínio, Naídes, Enos, Olidete, Luiz Antonio e Sadi pelo incentivo ao desenvolvimento deste trabalho. Sou grato ao meu cunhado José Scarpari e a minha irmã Janete pelo convívio e apoio nos momentos mais difíceis da vida.

Importante reforçar o apoio institucional recebido da Faculdade de Tecnologia de Catanduva do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS/Fatec) para realização deste Doutorado, na pessoa de sua Diretora, Profa. Dra. Rosimar Schinello. Igualmente relevante foi o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP).

Imprescindível foi o tempo e atenção dedicado pelos profissionais da assistência técnica que participaram do grupo focal e dos pequenos produtores rurais do município de Cândido Rodrigues que participaram tanto deste como da pesquisa de campo. Sem o apoio dos Engenheiros Agrônomos Adriano Augusto Gavioli e Francisco Antônio Maruca a realização desta pesquisa teria sido muito mais difícil.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é investigar quais são as variáveis de natureza econômica, administrativa e social que permitem explicar a manutenção ou permanência da atividade agropecuária nas pequenas unidades de produção rural (PUPR) por meio de um estudo de caso aplicado aos produtores rurais do município de Cândido Rodrigues/SP. Este município tem estrutura fundiária predominantemente constituída por unidades de produção agropecuária com menos de 56 hectares, critério utilizado para determinar o que é uma PUPR e por ocupar trabalho familiar nas atividades rurais. Esta pesquisa valeu-se de dados primários obtidos por meio da aplicação de duas metodologias, os grupos focais e a entrevista de campo. Os grupos focais foram realizados com profissionais que prestam assistência técnica às PUPR de Cândido Rodrigues, bem como um conjunto de pequenos produtores deste município. As entrevistas de campo complementaram as opiniões obtidas com os grupos focais. Os debates teóricos anteriores não apresentavam consenso: algumas pesquisas demonstram que haveria uma diminuição na quantidade de pequenas propriedades dada a tendência intrínseca de diminuição da Renda Bruta auferida por elas. Outras investigações mostram que as pequenas propriedades irão sobreviver porque tem capacidade de adaptação às adversidades econômicas às quais são submetidos. Mais do que concordar com *uma* destas abordagens teóricas, os resultados obtidos por esta pesquisa abriram uma terceira via, síntese das duas anteriores. Para as PUPRs do município de Cândido Rodrigues é fundamental a produção destinada ao mercado, enquanto alternativa para geração e acumulação de lucros. Esta renda da propriedade é repassada para família do proprietário e responsável pela sua sobrevivência. Não se tira o mérito da remuneração indireta proporcionada pela propriedade (subsídio na alimentação, moradia e demais gastos com a manutenção da residência) e a remuneração direta ou indireta da mão de obra familiar, mas esta não é sua única finalidade. A capacidade de adaptação do estilo de vida familiar à renda disponível também se faz presente, assim como a resiliência das atividades produtivas quando se diminui a rentabilidade. Esta capacidade de adaptação evitaria o declínio progressivo da Renda Bruta auferida na atividade agrícola desenvolvida pelas PUPR, uma vez que esta dispõe da alternativa de mudança no tipo de cultura efetuado, aproveitando-se de conhecimentos prévios, infraestrutura produtiva e comercial e disponibilidade de mão de obra.

Palavras chave: pequena unidade de produção rural; agricultura familiar; fruticultura; Cândido Rodrigues/SP; pesquisa de campo; grupos focais.

ABSTRACT

The general objective of this research is to investigate the economic, administrative and social variables that explain the maintenance or permanence of the agricultural activity in small rural production units (SRPU) using the case study applied to the rural producers of the municipality of Candido Rodrigues/SP/Brazil. This municipality has a land structure predominantly composed of agricultural production units with less than 56 hectares, a criterion used to determine what a SRPU is and to occupy family labor in rural activities. This research was based on primary data obtained through the application of two methodologies, the focus groups and the field interview. The focus groups were carried out with professionals who provide technical assistance to the SRPU of Candido Rodrigues, as well as a group of small producers. The field interviews complemented the opinions obtained with the focus groups. The previous theoretical debates were not consensual: some researchs shows that there would be a decrease in the quantity of small properties given the intrinsic tendency of the Gross Income reduction. Further research shows that small properties will survive because they have the ability to adapt themselves to the economic adversities to which they are subjected. More than agreeing to one of these theoretical approaches, the results obtained by this research opened a third way, a synthesis of the two previous ones. For the SRPUs of the municipality of Candido Rodrigues, the production destined to the market is the fundamental alternative for profits generation and accumulation. This property income is destined to the owner's family and responsible for their survival. We need to stress the role of indirect remuneration provided by the rural property (subsidy on food, housing and other residence expenses) and the direct or indirect remuneration of the family labor force. The adaptability of family lifestyle to disposable income is also perceived, as is the resilience of productive activities when profitability is reduced. This adaptive capacity would avoid the progressive decline of the Gross Income obtained in the agricultural activity developed by the SRPU, since it has the alternative of change in the type of production, taking advantage of previous knowledge, productive and commercial infrastructure and availability of hand of work.

Keywords: small rural production unit; family farming; fruticulture; Candido Rodrigues/SP/Brazil; field research; focus groups.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção da agricultura familiar e da não familiar para produtos selecionados, Brasil, 2006.....	22
Tabela 2 – Participação percentual dos empregos formais da RG de Araraquara e no Município de Cândido Rodrigues em 2017 por Setor de Atividade Econômica	88
Tabela 3 – Produção de cana de açúcar, laranja e limão em toneladas para a RG de Araraquara e o município de Cândido Rodrigues (1990, 2010 e 2016)	89
Tabela 4 – Locais de destinos e valores em US\$ das exportações brasileiras de limões e limas frescas ou secas em 2000, 2010 e 2017	89
Tabela 5 – Estrutura fundiária. Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996	95
Tabela 6 – Estrutura fundiária. Município de Cândido Rodrigues/SP, 2007/2008	96
Tabela 7 – Mão de obra (Trabalho) utilizada nas Unidades e Produção Agropecuária (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	97
Tabela 8 – Principais culturas agrícolas nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996; 2007/2008 e 2017	98
Tabela 9 – Uso do solo nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	99
Tabela 10 – Equipamentos, máquinas e benfeitorias utilizados nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	100
Tabela 11 – Organizações associativas e sindicatos as quais os produtores rurais fazem parte. Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	101
Tabela 12 – Acesso à assistência técnica agropecuária por parte das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	101
Tabela 13 – Utilização/acesso de serviços financeiros, seguros, energia elétrica e informações por meio computacional por parte das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008 ...	102
Tabela 14 – Práticas agrícolas adotadas nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008	103
Tabela 15 – Escolaridade dos produtores rurais das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008 ...	104
Tabela 16 – Local de residência dos produtores rurais das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008 ...	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
DESAFIOS METODOLÓGICOS	14
AMOSTRAGEM	17
1 A PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL E O ESPAÇO RURAL COMO LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TERRITÓRIO	20
1.1 A pequena unidade de produção rural, suas especificidades e contribuições ao desenvolvimento	20
1.2 O espaço territorial como local para o desenvolvimento	28
1.2.1 As diferentes formas de definir o espaço rural no mundo	31
1.2.2 Critérios utilizados para definir o que é rural na Itália, na França e nos Estados Unidos da América (EUA)	34
1.2.3 O que é rural para Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e alguns países selecionados	40
1.2.4 Quais os critérios utilizados no Brasil para definir um local como rural ou urbano	44
1.3 O desenvolvimento econômico e o desenvolvimento no espaço rural no Brasil	49
1.3.1 O desenvolvimento econômico	49
1.3.2 O desenvolvimento no espaço rural	52
1.3.3 O desenvolvimento rural no Brasil a partir da década de 1990	54
1.3.4 As principais linhas de pensamento sobre o desenvolvimento rural no Brasil ...	57
2 O DEBATE SOBRE O DESAPARECIMENTO DAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL	72
2.1 As pequenas unidades de produção rural irão sobreviver?	72
2.2 O aumento no número de pequenas unidades de produção rural	74
3 O ESTADO DE SÃO PAULO, A REGIÃO DE GOVERNO DE ARARAQUARA E O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO RODRIGUES	83
3.1 A divisão político administrativa do estado de São Paulo	83
3.2 O desenvolvimento da Região de Governo de Araraquara	85
3.3 O município de Cândido Rodrigues	92
3.4 A estrutura fundiária e a produção rural no município de Cândido Rodrigues	94

4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
4.1	A opinião dos profissionais de assistência técnica e pequenos produtores rurais acerca da permanência das pequenas unidades de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP	105
4.2	Vivências, experiências e trajetórias de vida dos pequenos produtores do município de Cândido Rodrigues/SP	122
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	146
	APÊNDICE 1: Instrumento de coleta de dados da pesquisa de campo	153
	ANEXO A: Mapa do Estado de São Paulo com a localização do município de Cândido Rodrigues	165

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar quais as variáveis de natureza econômica, administrativa e social que permitem explicar a manutenção ou permanência da atividade agropecuária nas pequenas unidades de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP.

A preocupação do autor com esta temática está relacionada à sua trajetória pessoal e acadêmica.

Filho e neto de pequenos proprietários rurais de Santa Catarina, o autor deparou-se desde criança com um paradoxo: o trabalho extenuante nas atividades rurais cotidianas e a baixa renda e baixa remuneração de seus produtos. A baixa renda obtida na agropecuária conduziu muitos de seus conterrâneos, nos anos de 1970 e 80 à migração para a área urbana e para regiões de fronteira agrícola em outros estados. Buscavam estes migrantes uma expansão da remuneração por meio de atividades não rurais ou a expansão da área destinada à produção para, assim, aumentar a renda. Assim, a preocupação do autor era com a eventual falta de viabilidade da pequena unidade de produção rural (PUPR) devido ao fato de que esta não geraria condições econômico-financeiras para manutenção de uma vida familiar digna ou confortável.

Com tal preocupação em mente, o autor qualificou-se em nível superior no curso de Engenharia Agrônoma,¹ de modo a entender os desafios dos processos de produção agropecuários. Esta graduação, entretanto, não foi suficiente para explicar seus anseios a respeito do eventual desaparecimento da pequena unidade de produção rural. O conhecimento técnico sobre *como* produzir não foi considerado suficiente para tentar entender *porque* as pequenas unidades produtivas conseguiriam (ou não) se manter na atividade agropecuária. De um lado há sistemas de produção – ou pacotes técnicos/ tecnológicos – que acabam padronizando os processos produtivos; por outro lado, saber como produzir não significa que o produtor terá condições necessárias para fazê-lo. Nem sequer o curso de Administração,² somado aos conhecimentos na área de Agronomia, deu conta de responder as indagações a respeito da viabilidade da propriedade rural.

¹ Bacharelado em Engenharia Agrônoma, na Universidade Federal do Paraná (1998).

² Bacharelado em Administração de Empresas, na Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE) (1997).

Procurando respostas, o autor buscou conhecimentos na área de Economia, em seu curso de Mestrado.³ As condições em que a atividade rural é desenvolvida – ou seja, aspectos relacionados às economias de escala e estruturas de mercado – permitem compreender que, além dos aspectos puramente produtivos, há forças de mercado que interferem na obtenção da renda rural.

A Economia, por sua vez, também não explica tudo porque muito embora esteja sujeita aos ditames econômicos, a unidade de produção rural vincula-se essencialmente a questões de natureza administrativa e social. Há decisões de cunho interno, atreladas ao comportamento do proprietário, que interferem na trajetória de sobrevivência econômico-financeira da pequena unidade de produção rural. Estas questões foram objeto da dissertação de Mestrado do autor,⁴ na qual se concluiu que decisões administrativas, sobretudo vinculadas aos aspectos financeiros, são relevantes sobremaneira para a manutenção na atividade agropecuária.

As questões destacadas na dissertação de Mestrado vinculam a responsabilidade pela própria sobrevivência ao produtor rural: *suas* decisões conduzirão ao *seu* sucesso na atividade. Deixar o pequeno produtor rural sozinho, onerando-o com um complexo processo de tomada de decisões de cunho administrativo e econômico, parece não ser a melhor solução. Aqueles que têm condições, discernimento e/ou recursos materiais e imateriais para cercar-se de conhecimento, de modo a minimizar as incertezas deste processo de tomada de decisões, têm mais chance de sobreviver. O que acontece com os demais? Qual o impacto social da diminuição no número de pequenas unidades de produção rural? Foi esta preocupação que conduziu o autor para este PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

As decisões individuais tomadas na pequena unidade de produção rural assim como as trajetórias de vida de seus proprietários trarão consequências em termos sociais, financeiros e econômicos e se refletem nas condições de manutenção da atividade rural. Para além destas implicações individualizadas, há extrapolação para o território onde estão localizadas estas PUPRs, envolvendo aspectos vinculados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim, justifica-se este estudo científico que, com base em situações reais, permitirão

³ Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP) (2002).

⁴ CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências: Área de Concentração: Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP.

conhecer os condicionantes da manutenção da atividade agropecuária, buscando identificar como e por que sobrevivem os *pequenos* em meio às *grandes* propriedades rurais.

Justifica-se, então, em termos acadêmicos a presente pesquisa, tendo em vista que envolve um tema relevante, atual e controverso. Alguns pesquisadores – como Alves *et al.* (2012), Buainain *et al.* (2013) e Navarro (2015) – afirmam que a pequena propriedade rural tenderá a desaparecer, principalmente em função da diminuição da Renda Bruta auferida na atividade agrícola. Para estes autores também se explica a diminuição no número de pequenas propriedades devido à falta de Políticas Públicas que atendam às suas especificidades, ao envelhecimento dos produtores rurais e à falta de sucessão na atividade devido à migração dos filhos para os centros urbanos. Explica-se também pelo mal-uso de tecnologias nos processos de produção e pelas falhas administrativas na condução de seus negócios. Por outro lado, há estudos – Kageyama e Bergamasco (1989/1990), Martins (2001) e Helfand *et al.* (2014) – que demonstram que os pequenos estabelecimentos rurais tendem a permanecer na atividade. Isto porque para muitos pequenos estabelecimentos, o principal objetivo é a subsistência da família, sendo importante a produção para o autoconsumo e a ocupação/ remuneração da mão de obra familiar. Pode-se destacar também a resiliência e a capacidade de adaptação deste produtor às adversidades impostas pelo contexto econômico em que a atividade rural se insere. Para estes autores, o tamanho da propriedade, a escala produtiva, a renda gerada e a tecnologia não são suficientes para compreender ou justificar o desaparecimento da pequena unidade de produção rural.

Os trabalhos mencionados avaliam grande quantidade de dados, uma vez que as fontes das pesquisas são os Censos Agropecuários promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Suas conclusões permitem identificar o comportamento *em geral* das PUPRs e não se debruçam sobre aspectos micro, buscando identificar particularidades das decisões tomadas no âmbito das pequenas unidades de produção rural, que permitiriam analisar sua (eventual) continuidade.

Diante de seus futuros resultados, esta pesquisa possibilitará o desenho e a análise de Políticas Públicas específicas e apropriadas para a manutenção e a sobrevivência das pequenas unidades de produção rural. Isto porque

processos de diferenciação social dos agricultores e das características técnicas e econômicas das suas atividades nos parece, assim, indispensável para a formulação de políticas de desenvolvimento da agricultura. Apenas o conhecimento destes processos pode-nos indicar quais as técnicas que são as mais adequadas e quais são as condições necessárias para assegurar a sua eficiência, tanto para melhoria da

renda dos agricultores, como para o aumento da produção global (SILVA NETO *et al.*, 1997, p.16).

Além disto, os resultados desta pesquisa podem servir como base para a elaboração de estratégias individuais por parte dos produtores rurais, bem como para prestação de assistência técnica e administrativa específica a estes produtores.

A compreensão dos principais motivos que auxiliam no entendimento da manutenção das atividades nas pequenas unidades rurais é importante tanto para o planejamento das atividades futuras como para uma compreensão sistêmica dos resultados obtidos. Este diagnóstico permite não só a diminuição da instabilidade a qual está sujeita a atividade rural, como também na redução dos impactos destas oscilações sobre a atividade econômica desenvolvida nas pequenas propriedades.

Para a realização deste trabalho optou-se pelo município de Cândido Rodrigues/SP devido ao fato deste apresentar uma estrutura fundiária predominantemente constituída por unidades de produção agropecuária com menos de 56 hectares, critério utilizado por este trabalho para determinar o que é uma pequena unidade de produção rural (PUPR) e por ocupar trabalho familiar nas atividades rurais.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso aplicado aos produtores rurais deste município, que possibilitou um trabalho mais aprofundado sobre aspectos específicos que auxiliam no entendimento da permanência da PUPR na atividade agropecuária. Apesar das limitações envolvidas quanto às generalizações dos resultados obtidos, a realização do estudo de caso permite uma compreensão mais densa a respeito das variáveis que podem explicar esta permanência. Deve-se ressaltar que generalizações podem ser realizadas se houver coerência entre os resultados obtidos pelo estudo com investigações semelhantes, aplicadas a outros casos e municípios mas para que isso ocorra o pesquisador tem que ter domínio sobre o que pode ser generalizado (COUTINHO, 2008).

Portanto, para além do objetivo geral de analisar quais as variáveis de natureza econômica, administrativa e social que permitem compreender e explicar a manutenção ou permanência da atividade agropecuária nas pequenas unidades de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP, esta pesquisa visa: (1) apresentar um debate teórico sobre as especificidades dos termos ‘pequena unidade de produção rural’ e a sua importância ao desenvolvimento econômico brasileiro; (2) identificar na literatura específica sobre o assunto, as diferentes interpretações a respeito do desenvolvimento rural e do espaço

territorial rural em diferentes países do mundo; (3) identificar e descrever quais são os condicionantes que podem interferir na manutenção de uma pequena unidade de produção rural.

Tendo em vista o problema de pesquisa proposto, elencam-se as seguintes hipóteses para explicar a manutenção da atividade nas pequenas unidades de produção rural: (1) o recebimento de renda não rural como complementar à renda agrícola; (2) a trajetória de vida e demais características de cunho pessoal e social do proprietário e sua família; (3) a adoção de determinada técnica ou tecnologia de produção; (4) a existência de canais de comercialização da produção; (5) uso de mão de obra familiar; e (6) acesso e usufruto de alternativas de financiamento.

DESAFIOS METODOLÓGICOS

A consecução dos objetivos geral e específicos pretendidos para esta pesquisa demanda que sejam seguidas diferentes etapas metodológicas, que permitem descrever o percurso da pesquisa e explicar de que forma os dados foram coletados e analisados.

Inicialmente é necessário um estudo bibliográfico acerca do tema central desta pesquisa, de modo a resgatar e aprofundar a compreensão acerca da pequena unidade de produção rural e das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico no meio rural. Esta etapa procurará apresentar uma reflexão teórica sobre as especificidades dos termos ‘pequena unidade rural’, assim como os significados de ‘rural’ e ‘urbano’ e compreender a problemática econômica e social relacionada a este meio, e refleti-la em consonância com as condições de desenvolvimento.

Com este referencial teórico em mente, a etapa seguinte é procurar compreender quais os condicionantes que estão vinculados à continuidade da atividade agropecuária nas pequenas unidades de produção existentes no município de Cândido Rodrigues/SP. Para tanto, essa pesquisa faz uso de dados primários e secundários.

Os dados secundários permitem conhecer a estrutura agrária e produtiva existente no município de Cândido Rodrigues/SP⁵, local do desenvolvimento do estudo de caso pretendido. Foram consultados, sobretudo, o Perfil dos Municípios Paulistas da Fundação

⁵ Mapa no Anexo A.

Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do estado de São Paulo (SEADE, 2017); o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) (SÃO PAULO, 2008); o *website* da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues (CÂNDIDO RODRIGUES, 2017); e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013 para o Município de Cândido Rodrigues/SP (CÂNDIDO RODRIGUES, 2009).

Para levantamento dos dados primários foram utilizadas duas metodologias.

Inicialmente foram realizados grupos focais com os profissionais que prestam assistência técnica agropecuária aos produtores rurais e também junto a um grupo de pequenos produtores rurais da microrregião de Cândido Rodrigues/SP. O objetivo desse primeiro levantamento é fazer um estudo inicial e exploratório do pensamento corrente entre os técnicos e esta amostra de pequenos produtores rurais a respeito de quais são as estratégias que o produtor rural utiliza para continuar na atividade agropecuária e não ser expulso pelas questões econômicas de mercado.

O grupo focal é um método de entrevista em grupo desenvolvido pela Agência de Pesquisa Social Aplicada da Universidade de Columbia nos Estados Unidos da América (EUA), que teria sido utilizado pela primeira vez para avaliar o potencial da propaganda em pesquisas sociais com soldados durante a II Guerra Mundial. Hoje é aplicada por pesquisadores sociais como uma técnica de pesquisa qualitativa associada a uma “entrevista” realizada com grupos de pessoas e que segue alguns critérios previamente estabelecidos conforme seu propósito, tamanho, composição e dinâmica. A técnica do grupo focal possibilita ao pesquisador ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo e observar as reações dos participantes do grupo (KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2015).

Durante a realização da sessão de grupo focal, os participantes respondem às questões formuladas e participam de uma discussão a respeito do tópico exposto, dando opiniões com base nas suas perspectivas, percepções e experiências pessoais. Esta técnica possibilita a coleta de dados a partir da interação dos indivíduos participantes; os resultados obtidos proveem da discussão coletiva de determinado tema que faz parte da vida ou é comum a todos os participantes. Ao participar do grupo focal os envolvidos podem formular e expor suas percepções assim como fundamentar melhor a própria opinião ou muda-la no transcorrer da sessão.

A técnica de grupo focal⁶ apresenta os seguintes passos: (a) definição do problema a ser discutido e dos objetivos da sessão; (b) escolha da equipe de trabalho, constituída por um “moderador”, um “observador” e, se necessário, um responsável pelas gravações; (c) elaboração e teste do roteiro de questões que deverão ser aplicadas; (d) definição da forma de registro do grupo focal; (e) determinação de critérios para escolha dos participantes; (f) definição do local, data e horário; e (g) escolha de ambiente favorável. Ao final do grupo focal as gravações devem ser transcritas, pois são elas que servirão de base para a análise do conteúdo discutido. Não se pretende, com isto, questionar o participante, mas sim entendê-lo. Busca-se o reconhecimento das encadeações e articulações entre os temas abordados, identificando pontos de convergência ou dispersão entre as opiniões.

O grupo focal, enquanto técnica de pesquisa qualitativa, tem como vantagem a possibilidade de se atingir um maior número de pessoas ao mesmo tempo. É um intercâmbio entre o aprofundamento que ocorre em uma entrevista individual com a troca de percepções entre os participantes a respeito do assunto focado. Possibilita a obtenção de dados de forma mais rápida e com custos às vezes menores do que com a entrevista individual. Adicionalmente, é uma fonte preliminar de informações para a elaboração e teste de instrumentos de coleta de dados, a serem utilizadas em pesquisas posteriores.

No caso desta pesquisa o principal tema discutido nos grupos focais foi coletar a opinião dos produtores e dos profissionais da assistência técnica a respeito das variáveis que interferem nas condições de permanência das pequenas propriedades rurais.

Uma primeira sessão de grupo focal foi realizada com dez técnicos (agrônomos e/ou técnicos agrícolas) que prestam assessoria técnica de campo aos produtores rurais de Cândido Rodrigues e região. Buscou-se, com as opiniões deste grupo, levantar previamente ideias e opiniões acerca do que poderiam explicar a permanência da pequena unidade de produção rural. A segunda sessão envolveu cinco pequenos produtores associados à Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues/SP (Cofrucar). O critério estabelecido para convite e participação neste grupo focal foi o tamanho da unidade de produção agrícola, que deveria ser compatível com o grupo a ser estudado posteriormente.⁷

As sessões foram gravadas e transcritas posteriormente. Os registros foram analisados, buscando-se identificar opiniões ou hipóteses dos técnicos e/ou produtores sobre o

⁶ Ver: Bader; Rossi (1999); Carlini-Cotrim (1996); Gondim (2003); e Westphal *et al.* (1996).

⁷ Proprietários de até 4 módulos fiscais, ou seja, propriedades entre 2 e 56 hectares. Este assunto será qualificado e explorado oportunamente no próximo capítulo.

que motiva a permanência do pequeno produtor rural na atividade agrícola, apresentando-se oportunamente como resultados desta pesquisa.

Entretanto, diante da complexidade do tema e a busca por compreender o que faz o pequeno produtor rural permanecer na atividade agrícola, foi necessário buscar informações primárias adicionais junto a este grupo, por meio de uma nova metodologia de investigação, uma pesquisa de campo.

Para a realização da pesquisa de campo elaborou-se um instrumento de coleta de dados. Esse roteiro de coleta de dados apresenta-se na forma de uma entrevista semiestruturada⁸. As questões elaboradas buscou a identificação do produtor rural de Cândido Rodrigues/SP e de sua família; da propriedade; da mão de obra utilizada na produção; do tamanho da propriedade rural e seu processo de aquisição; da infraestrutura e das atividades produtivas; da composição da participação da renda da propriedade e dos canais de comercialização e transporte. Também se buscou saber acerca do processo de tomada de decisão a respeito da produção rural e acesso a insumos, máquinas, equipamentos e benfeitorias.

AMOSTRAGEM

Para aplicação do instrumento de coleta de dados, utilizou-se a técnica da “bola de neve” (*snowball sampling*), por ser uma amostragem não probabilística⁹ utilizada em pesquisas sociais. Por meio dessa técnica os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente. Assim, acreditam os pesquisadores Velasco e Díaz de Rada (1997) que a técnica da “bola de neve” é uma amostragem exponencial onde cada pessoa pode convidar dois ou mais indivíduos para participar da aplicação de um questionário ou de uma entrevista estruturada.

A “bola de neve” é, para Vinuto (2014), uma técnica que requer do entrevistador algumas atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o grupo pesquisado. A operacionalização desta técnica ocorre a partir do levantamento inicial

⁸ Ver apêndice 1.

⁹ A amostra não probabilística é obtida a partir do estabelecimento de algum critério de inclusão por parte do pesquisador, e nem todos os elementos da população alvo tem a mesma chance de ser escolhida para participar da Amostra. Este procedimento torna os resultados passíveis de não generalização. (OLIVEIRA, T.M.V. **Amostragem não probabilística**: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. São Paulo: Administração On Line, 2001).

de um entrevistado chave, denominado de “semente”¹⁰. Esta técnica permite suplantar uma dificuldade para a realização do trabalho de campo que é a inserção e aceitação por parte dos entrevistados. Escolhidas as “sementes”, estas ajudarão a iniciar os contatos e a delimitar o grupo a ser pesquisado. Dessa forma, o pesquisador pode tirar proveito das redes sociais dos entrevistados e não gastar tempo e dinheiro tentando encontrar os sujeitos da pesquisa. Ao contrário, eles são trazidos ao pesquisador para serem entrevistados. Após a realização da primeira entrevista, solicita-se aos participantes o acesso aos outros. Para assegurar a diversidade dos contatos deve-se fazer uma seleção adequada dos indivíduos iniciais, e, explicar que o novo entrevistado indicado não precisa necessariamente ser um contato próximo.

Entre as vantagens da técnica da “bola de neve” destaca-se a possibilidade de realização de amostragem em populações pequenas e de difícil acesso; a simplicidade e a economia na pesquisa de campo apoiada por um bom planejamento; e a utilização de poucos recursos humanos para a realização das entrevistas (VINUTO, 2014). Por outro lado, a principal deficiência desta técnica é a falta de controle sobre como se constitui a amostra, já que está nas mãos dos próprios entrevistados o estabelecimento de um critério para selecionar os demais entrevistados. Também por ser uma técnica não probabilística, a “bola de neve” não garante a representatividade, nem permite saber o grau de precisão. Outra dificuldade é que o pesquisador não tem o pleno controle sobre o tamanho da amostra.

Costuma-se encerrar a amostragem quando se atinge o objetivo proposto ou chega-se a um “ponto de saturação”. Este ponto ocorre quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar informações relevantes ao trabalho que está sendo desenvolvido no campo (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Assim, a “bola de neve” estaria em consonância com o que propõe Peirano (2014, p.379), de que não existe um momento ideal para começar e terminar uma pesquisa de campo.

Em suma, para a realização da pesquisa de campo foram utilizados os resultados da aplicação do instrumento de coleta de dados, das anotações de campo e da transcrição das entrevistas gravadas.¹¹ Assim, foi possível registrar descrições, trechos de fala, impressões transmitidas pelos entrevistados, sentimentos, observações sobre o que pensam e como agem os pequenos produtores rurais de Cândido Rodrigues/SP. Este material foi lido e ouvido para

¹⁰ As “sementes” são os primeiros indivíduos recrutados e pessoas chaves que irão potencialmente proporcionar uma maior variabilidade nas narrativas dos entrevistados.

¹¹ A transcrição das entrevistas é uma tarefa árdua e longa, que exige conhecimento de técnica de decifração e muita preparação teórica sobre o assunto investigado.

a devida interpretação e aprofundamento das questões investigadas e possibilitou o levantamento de dados pertinentes ao contexto deste trabalho que serão apresentados oportunamente neste estudo.

Além desta introdução que contém os desafios metodológicos, são apresentados quatro capítulos. O primeiro apresenta e discute os temas centrais da pesquisa: o que é uma ‘pequena unidade de produção rural’ e a sua importância para o desenvolvimento econômico, estando condizente com o 1º objetivo específico proposto para esta Tese. No capítulo 2 serão apresentadas as interpretações a respeito do espaço territorial rural em diferentes países do mundo, assim como as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social no meio rural e as questões relacionadas a um eventual desaparecimento da pequena unidade de produção rural, em consonância com o 2º objetivo específico. O terceiro capítulo faz uma descrição da história do desenvolvimento da região de Cândido Rodrigues/SP e apresenta como está constituída sua estrutura fundiária e produção agrícola, objeto desta pesquisa. No quarto capítulo apresentam-se os resultados e as discussões obtidas com a realização dos grupos focais e da pesquisa de campo. E por fim, são feitas considerações finais a respeito da pesquisa.

1 A PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL E O ESPAÇO RURAL COMO LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TERRITÓRIO

1.1 A pequena unidade de produção rural, suas especificidades e contribuições ao desenvolvimento

As pequenas unidades rurais são pequenas extensões de terra utilizadas para a produção vegetal e animal. Seu tamanho varia conforme as diferentes regiões do Brasil e suas dimensões são estabelecidas pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para melhor compreensão da definição de pequena propriedade rural, se faz necessário o entendimento do que é um módulo fiscal. O artigo 4º do Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980, define que o módulo fiscal de cada Município deve ser expresso em hectares (10.000 metros quadrados) e fixado pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de uma Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

- I - hortifrutigranjeira;
- II - cultura permanente;
- III - cultura temporária;
- IV - pecuária;
- V - florestal;

§ 1º - Na determinação do módulo fiscal de cada município, o INCRA aplicará metodologia, aprovada pelo Ministério da Agricultura, que considere os fatores estabelecidos neste artigo, utilizando-se dos dados constantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

§ 2º - O módulo fiscal fixado na forma deste artigo será revisto sempre que ocorrerem mudanças na estrutura produtiva, utilizando-se os dados atualizados do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Este trabalho tomará como base de apoio para determinar o que é uma pequena unidade rural o conceito de módulo fiscal, definido na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Este mesmo critério de determinação também é adotado pelo Novo Código Florestal, por meio da Lei n. 11.326/2006. Assim, uma pequena unidade rural é aquela área de terra cultivável que possui até 4 (quatro) módulos fiscais. Para o município de Cândido Rodrigues um módulo fiscal é de 14 hectares. Para a realização deste trabalho também foi considerado

como pequena unidade de produção rural a Fração Mínima de Parcelamento (FMP) de um imóvel rural, que é de 2 (dois) hectares para o município de Cândido Rodrigues/SP. A FMP é a menor área que um imóvel rural pode ser desmembrado para fins de transmissão a qualquer título. Dessa forma, ficou determinando que uma pequena unidade de produção rural para esta pesquisa é aquela compreendida entre 2 e 56 hectares.

Para Pires *et. al.* (2011) as pequenas propriedades rurais são responsáveis por grande parte dos alimentos, em torno de 60%, que constituem a cesta básica dos brasileiros. Considerando a agricultura familiar como todo o estabelecimento no qual pelo menos metade da mão de obra ocupada fosse familiar, sem restrições ao tamanho do estabelecimento ou a origem da renda familiar, Kageyama *et al.* (2013, p.115), com base em dados do Censo Agropecuário de 2006, estimam que a agricultura familiar contribuiu com aproximadamente 52% do valor da produção.

De acordo com Hoffmann (2014) autoridades governamentais estão criando nos portais do governo estatísticas falsas e sem sentido para justificar a importância da agricultura familiar. Afirmar que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil não é correto, conforme pode ser observado na Tabela 1 que relaciona a produção da agricultura familiar e da agricultura não familiar para alguns produtos selecionados, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006. Analisando-se a Tabela 1 pode-se observar que a participação da agricultura familiar é de 33,1% para o arroz; 69,6% para o feijão; 83,2% para a mandioca; 45,6% para o milho; 14% para soja; 21,2% para o trigo; 57,6% para o leite de vaca; 67,1% para o leite de cabra; 16,2% para ovos de galinha. Ou seja, há uma oscilação bastante dispersa em termos de participação percentual da agricultura familiar no total produzido.

Em 2012 o IBGE divulgou uma “segunda apuração” de todos os dados do Censo Agropecuário de 2006 permitiu mostrar que os 12,3 milhões de pessoas da agricultura familiar detinham 29,7% do número de cabeças de bovinos, 51,2% das aves e 59% dos suínos. Para Hoffmann (2014), a criação de estatísticas sem sentido para ressaltar a importância da agricultura familiar somente prejudica esse setor da produção, não permitindo uma análise clara da situação real de cada produto.

Tabela 1. Produção da agricultura familiar e da não familiar para produtos selecionados, Brasil, 2006.

Produto	Produção não familiar	Produção familiar	Produção total	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca (1.000 t)	6.484	3.204	9.688	33,1
Feijão-preto (1.000 t)	160	512	672	76,2
Feijão de cor (1.000 t)	595	685	1.280	53,5
Feijão-outros (fradinho, caupi, corda) (1.000 t)	184	953	1.137	83,8
Feijão total (1.000 t)	939	2.149	3.088	69,6
Mandioca (1.000 t)	2.006	9.907	11.913	83,2
Milho em grão (1.000 t)	22.555	18.873	41.428	45,6
Soja (1.000 t)	39.731	6.465	46.196	14
Trigo (1.000 t)	1.760	473	2.233	21,2
Café em grão (verde) (1.000 t)	1.502	919	2.421	38
Leite de vaca (10.000.000 litros)	8.719	11.849	20.568	57,6
Leite de cabra (10.000.000 litros)	12	24	36	67,1
Ovos de galinha (10.000.000 dúzias)	2.231	451	2.682	16,2

Fonte: Adaptado de Hoffmann (2014), baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As unidades de produção rural apresentam uma série de especificidades devido aos fatores ecológicos, biológicos e institucionais. De acordo com Szmrecsanyi (2010) esses fatores podem explicar ou condicionar a permanência de um estabelecimento de produção agropecuária na atividade. Para Norton & Alvang (1993), os fatores que influenciam e condicionam a atividade agropecuária são de natureza técnica (aspectos físicos e biológicos) e de natureza institucional e humana (exógenos ou endógenos as unidades de produção agrícola).

Segundo Szmrecsanyi (2010), os fatores ecológicos como a topografia, a fertilidade do solo, as condições climáticas, a quantidade de água, os organismos vivos (micro e macroorganismos) são específicos da atividade produtiva no campo e não são levados em consideração nos demais setores da economia. A topografia é a que mais se mantém constante com o passar do tempo. O solo é um recurso sujeito a erosão e a degradação, especialmente em regiões tropicais do planeta. Sua conservação física e química requer práticas agronômicas

adequadas para que se mantenha ou melhore sua fertilidade. A questão climática e suas alterações estão fora do pleno controle do ser humano e aumentam o risco da produção agropecuária. Algumas ações podem ser tomadas para amenizar seu impacto na produção, tais como a irrigação para corrigir as deficiências de umidade, utilização de estufas para amenizar os problemas de temperaturas, e arborização como proteção aos ventos e a insolação.

Para Szmrecsanyi (2010), a análise de viabilidade de implantação e desenvolvimento de uma atividade agropecuária deve procurar introduzir espécies animais e vegetais mais adequadas às condições climáticas de cada região, tornando as técnicas de proteção climáticas viáveis economicamente. Com relação aos organismos vivos são eles responsáveis por pragas e doenças nas plantações e rebanhos, causando danos à produção, aumentando os custos de produção e exigindo um grande esforço em pesquisas agrônomicas e zootécnicas para o seu combate.

Os fatores ecológicos de Szmrecsanyi (2010) se assemelham aos fatores físicos como determinantes técnicos de Norton & Alvang (1993): clima (precipitação, evaporação e temperatura); terra (topografia, fertilidade e a estrutura do solo); controle de água (irrigação e drenagem); capital (construções, máquinas e ferramentas); distância do mercado consumidor.

Os processos biológicos, segundo Szmrecsanyi (2010), são responsáveis por uma produção agrícola cíclica e sazonal, pelo período de safra e entressafra, por períodos de maiores e menores rendimentos e pelos processos de maturação mais ou menos longos. Apesar de toda a pesquisa agrônômica e zootécnica com o objetivo de encurtar os ciclos produtivos, ainda não foi possível eliminar o período de sazonalidade de produção, diminuindo as oscilações de oferta de produtos agropecuários no mercado. A variação na oferta de produtos agropecuários ocorre devido à sazonalidade de produção e a interferência de fatores biológicos e ecológicos, causando problemas de distribuição dos produtos do setor.

Para Norton & Alvang (1993), as pragas e doenças no cultivo agrícola, bem como as doenças e enfermidades nos animais, são condicionantes biológicos fora do pleno controle humano, que influenciam o sucesso da agropecuária.

Além disso, a demanda por produtos agrícolas primários, segundo Szmrecsanyi (2010), é inelástica e, associada a dificuldades de armazenagem, faz com que os preços oscilem, impactando a renda do produtor rural. Cabe, portanto, uma atuação do Governo sobre os preços com o objetivo de amenizar os efeitos da oscilação de oferta de produtos agropecuários.

Também, para Szmrecsanyi (2010), a perecibilidade e a irreversibilidade do processo produtivo são fatores biológicos que afetam a produção agropecuária. A perecibilidade dos produtos agropecuários exige investimentos em estruturas para a conservação dos produtos (silos, frigoríficos, armazéns) ou beneficiamento e transformação industrial, influenciando o processo de comercialização. A irreversibilidade do processo produtivo torna a mudança na produção quantitativa e qualitativa da agropecuária inviável no curto prazo, diferentemente do setor industrial que pode interromper seu processo produtivo a qualquer momento. Como consequências dessas características do setor agropecuário a ocupação da força de trabalho torna-se descontínua e sazonal, ficando na dependência dos ciclos produtivos ou de outros setores da economia.

Dentre os fatores institucionais peculiares ao setor agropecuário, conforme Szmrecsanyi (2010) está o grande número de estabelecimentos, sua dispersão e heterogeneidade quanto à produção e produtividade. Isto torna “o poder de decisão sobre o que, como e quanto produzir extremamente descentralizado”. Os fatores institucionais tornam-se importantes na adoção de incentivos, organização e assistência na mobilização e na cooperação entre os produtores.

Para Szmrecsanyi (2010), a mobilização e a cooperação institucional são dificultadas devido ao grande número de unidades de produção, a dispersão territorial e aos objetivos de subsistência de algumas unidades de produção. Portanto a eficácia das medidas de incentivo, organização e assistência exigem investimentos em recursos materiais e humanos para dar apoio institucional e de infraestrutura no fornecimento de insumos e na criação de novos canais de comercialização. Os investimentos em recursos humanos envolvem a formação de profissionais de nível técnico e superior, mas também dos produtores rurais, com o objetivo de torná-los aptos na adoção de novas técnicas de produção.

Segundo Szmrecsanyi (2010), para a realização de um planejamento que atenda aos fatores institucionais, faz-se necessário a realização de um diagnóstico do setor e uma descrição de qual o seu papel para o desenvolvimento econômico e social. O diagnóstico irá determinar a parcela de recursos a serem destinados ao setor agropecuário e como será a distribuição entre as várias atividades do setor e entre as diferentes regiões do País. Dessa forma é possível a realização de uma política de desenvolvimento do setor agropecuário, por meio de investimentos e incentivos especiais para a agropecuária, evitando a transferência de produtos e fatores de produção para outros setores da economia (urbano e industrial).

Para Szmrecsanyi (2010), são instrumentos institucionais de planejamento indispensáveis para a elevação da produtividade e melhoria nas condições de vida da população rural a reforma agrária e o fomento e controle da agroindústria. Cada país deve escolher qual a melhor reforma agrária a ser desenvolvida e quais suas condições, mas “não há reforma agrária sem mudança na estrutura da propriedade da terra, nas relações de produção e na distribuição da renda”. Também a promoção e estímulo à implantação de agroindústrias para o processamento da produção primária é um instrumento de planejamento necessário ao desenvolvimento do setor agropecuário. Com o tempo essas agroindústrias conseguem “promover por si o pleno emprego e a elevação dos fatores de produção”. Tornam-se, a partir desse momento, importante os processos de controles governamentais com o objetivo de garantir uma renda adequada aos produtores rurais e evitar distorções na distribuição da renda.

Outra especificidade que se deve levar em consideração na elaboração de um plano ou programa de desenvolvimento para o setor agropecuário é o prazo de maturação dos investimentos, que vai depender se é uma plantação perene, anual, do manejo dos rebanhos e da tecnologia agrícola adotada no processo de produção (SZMRECSANYI, 2010).

Portanto, o setor agropecuário, devido aos fatores ecológicos, biológicos e institucionais é diferente dos demais setores da economia (industrial e serviços), necessitando constantemente do apoio do poder público para a realização da atividade produtiva e demais funções que a agricultura pode desempenhar. Esse somatório de atividades que a agricultura pode desempenhar é denominado de multifuncionalidade da agricultura (CAZELLA BONNAL E MALUF, 2009).

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), a multifuncionalidade da agricultura pode ser entendida como a reprodução socioeconômica das famílias rurais (geração de trabalho e renda); promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade (acesso à comida de qualidade e em quantidade); manutenção do tecido social e cultural (identidade social e forma de interação das comunidades rurais); preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (por meio do uso sustentável dos recursos naturais). A multifuncionalidade da agricultura permite valorizar outras características da propriedade rural além da produção de alimentos, valorizando o território rural. Mas, para que a multifuncionalidade possa ser exercida pelas famílias dos pequenos agricultores o Estado tem por obrigação criar meios para financiar a transferência de renda com base em fundos e programas públicos.

Para Basso *et al.* (2003) deve-se compreender a pequena unidade como um agente participante do desenvolvimento econômico local. Para tanto, este trabalho toma como apoio a teoria dos sistemas agrários como forma de compreender a complexidade, a diversidade e a mudanças no ambiente socioeconômico de produção agrícola.

Um sistema agrário, para Basso *et al.* (2003) é caracterizado por uma análise dos elementos que o compõe, tais como: um sistema de produção agrícola aliado às características ambientais, qualidade e disponibilidade do trabalho na região de atuação da propriedade rural. A combinação desses elementos possibilita a definição dos diferentes sistemas de produção implantados nas pequenas unidades rurais, impactando no desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões produtivas brasileira.

Segundo Basso *et al.* (2003), para melhor compreender os sistemas de produção pode-se realizar uma divisão em sistemas de cultivos (produção vegetal) e sistemas de criação (produção animal). Os sistemas de cultivos e criação podem ser definidos de acordo com cada unidade fiscal de produção está sendo utilizada com o decorrer dos anos de produção. De acordo com as operações técnicas necessárias pode-se implantar uma lógica operacional de uso dos recursos produtivos e dos estímulos as atividades que apresentarem maior rendimento para a propriedade rural. Assim, pode-se assegurar a sua reprodução social ao longo do tempo, tornando-a um agente de transformação do próprio sistema agrário regional.

Também se deve considerar o conceito de economia de escala como fator determinante de produtividade para assegurar um desempenho satisfatório dos diferentes sistemas de produção a serem implantados nas pequenas unidades rurais. A escala de produção leva em consideração a capacidade das atividades produtivas realizadas nas propriedades rurais e esta é determinada pela disponibilidade e qualidade dos recursos produtivos, tais como, terra, tecnologia, mão de obra.

De acordo com Basso *et al.* (2003):

Considera-se que um nível mínimo de produtividade é necessário para assegurar um desempenho satisfatório dos sistemas de produção no curto prazo (para garantir a compra de insumos e a manutenção dos equipamentos e das instalações) e no longo prazo (para garantir a reposição dos próprios equipamentos e instalações) e ainda satisfazer às necessidades de consumo dos agricultores. (Basso *et al.*, 2003, p.83).

Assim, o pequeno produtor rural também deve preocupar-se em obter e manter uma produtividade economicamente viável por meio da aplicação de técnicas de produção que possibilite aumento dos rendimentos produtivos e financeiros. A viabilidade de muitos dos

pequenos agricultores passa necessariamente por uma mudança nas estruturas, nas técnicas produtivas e nas políticas públicas de extensão rural, o que exige investimentos significativos, realocação de fatores de produção e mudança no comportamento como agente social com poder de interferir na situação atual (BASSO *et al.*, 2003).

Analisando o tamanho das propriedades destinadas a agricultura Mundlak (2001), afirma que os retornos à escala na agricultura podem ser considerados constantes. O tamanho ótimo de retorno de escala está diretamente ligado ao nível tecnológico e administrativo da unidade de produção. Alterações no nível tecnológico (agrobiodiversidade, plantio direto, irrigação, agricultura de precisão) e na forma de gestão da propriedade rural alteram o tamanho ótimo da unidade produtiva.

Poulton *et al* (2010) destacam as ações coletivas como forma de superação de obstáculos relacionados a pequena produção. O apoio organizacional do Estado, o associativismo, cooperativismo e a integração da indústria com as pequenas unidades de produção são formas que podem reduzir seus custos de transações e facilitar o acesso a um maior nível tecnológico e aos mercados de insumos e produtos. Estudos de Eastwood *et al.* (2010) sobre o tamanho dos estabelecimentos e o custo de oportunidade do trabalho demonstrou que é provável que existam forças que levem o tamanho das unidades de produção a aumentar com o processo de desenvolvimento econômico. Gardner (2002) observou que nos Estado Unidos, no século 20, conforme aumentava os salários não agrícolas, ampliava-se o tamanho dos estabelecimentos agrícolas de forma a equilibrar os rendimentos com os demais setores da economia. Houve uma correlação entre o aumento dos salários e o tamanho das propriedades.

Mesmo com todas essas evidências de aumento do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas, Helfand *et al.* (2014) não acreditam no desaparecimento dos pequenos e médios produtores no Brasil, principalmente se estes produtores conseguirem aumentar sua produtividade por área.

Outro fator importante para o pequeno produtor rural é a pluriatividade rural como forma de diversificação das atividades rentáveis do negócio. O desenvolvimento de novas atividades produtivas e/ou de transformação (queijos, embutidos, massas, doces) interna à propriedade rural, possibilita a melhoria nas condições de renda do pequeno produtor rural.

Segundo Schneider (2003, p.174) as atividades de transformação ou de processamento interno de produtos primários nas propriedades rurais são uma estratégia

adotada para agregar valor ao produto de origem agrícola, que pode elevar a renda das famílias de produtores rurais.

Baumel e Basso (2004) destacam também a diversificação da produção de culturas e animais nas propriedades rurais. A diversificação permite a produção e a comercialização de produtos de origem agrícola em diferentes momentos de tempo, mantendo um fluxo de caixa mais ativo da propriedade rural e diminui o risco diante de uma frustração de safra agrícola e da oscilação dos preços agrícolas.

A pluriatividade rural permite também que os pequenos produtores rurais mantenham suas residências no meio rural e busquem outras formas de renda fora do meio rural. Por meio da pluriatividade rural os membros que fazem parte das pequenas propriedades rurais procuram garantir renda extra pelo exercício de diferentes atividades ou escolhem atividades não agrícolas (trabalho na indústria, comércio, serviços públicos, artesanato, prestação de serviços) como forma de incrementar sua renda.

Deste modo, pode-se observar a interferência do setor urbano no desenvolvimento econômico e social das pequenas propriedades rurais. A relação rural-urbano cria elementos alternativos para o desenvolvimento econômico, por meio da geração de uma fonte extra de renda, e social pela interação das pessoas das áreas agrícolas com o setor urbano.

1.2 O espaço territorial como local para o desenvolvimento

O entendimento do que é o espaço rural e o que é urbano torna-se importante para a implantação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento do território. Para isso, este trabalho buscou na literatura quais são os critérios adotados pelos países, organizações e o Brasil para determinar o que qualifica um espaço territorial como rural e uma área como urbana.

O espaço territorial rural é o local onde ocorre a mescla de atividades econômicas, hábitos e culturas. Até o século XX, o espaço rural era tido como sinônimo de agricultura ou produção primária, caracterizado por uma área de privações e de escassez de recursos. Essa imagem contrastava com o urbano, que era associado ao desenvolvimento, ao progresso e a uma melhor qualidade de vida. Essa era uma visão simplista a respeito do conceito de rural incorporada pela geografia econômica. Era uma visão do centro para a periferia, onde o centro

industrial era moderno e transformador e a periferia rural era atrasada e conservadora (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

O desenvolvimento rural depende da interação da agricultura com outras atividades econômicas, como a indústria, o comércio, o artesanato, e os serviços. Portanto, a agricultura tem que estar inserida no contexto do território, pois envolve trabalho, preservação dos recursos naturais paisagísticos e do meio ambiente. Assim, o território é o local de interação entre os atores e setores proativos da economia.

Para Kageyama (2008) há duas ideias sobre o que é rural: uma que ruralidade tem na sua essência a questão geográfica e a outra que rural é uma área afastada ou isolada. Dessa forma, o rural poderia ser entendido como uma região mais distante, especializada na produção primária (agricultura, pesca, pecuária), com baixa densidade populacional, pobres, conservadoras e com dificuldades para se ajustar aos sinais do mercado.

De acordo com Kageyama (2008), os critérios mais utilizados para definir área rural são o tamanho da população e a sua densidade. Mas há muitas controvérsias sobre esses critérios simplificados da definição do que é rural. Os aspectos demográficos são necessários, mas não suficientes para essa definição, uma vez que muda muito entre regiões mais densamente povoadas para regiões menos povoadas. Além dos aspectos demográficos devem-se considerar também os elementos econômicos, sociais e culturais.

A menor densidade populacional permite, segundo Abramovay (2000) aos habitantes do território reduzir o sentimento de solidão causado pelo anonimato da vida metropolitana, melhorando e recuperando as relações familiares, comunitárias e de vizinhança. Ou seja, há um aumento no sentimento de pertencimento daquele território. Para Abramovay (2000, p.13) estes valores podem “transformar-se em fontes de desenvolvimento e a geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades”.

Os elementos que definem o que é rural, segundo Kageyama (2008), foram se adaptando com a evolução da sociedade e com a maior ocupação dos territórios pelas propriedades rurais de diferentes tamanhos. Também a modernização da agricultura, com maior acesso da população rural aos rendimentos que as cidades proporcionam, a instalação de indústrias nos espaços rurais possibilita uma maior aproximação cultural entre os habitantes do campo com os das cidades, ajudando na compreensão do território rural. Esses novos

elementos que ajudam a definir o que é rural podem explicar o aumento da interdependência das atividades produtivas e de serviços entre o campo e as cidades.

Em seu trabalho para o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Abramovay (2000), questiona como a questão demográfica, econômica, política e cultural do meio rural brasileiro seleciona quem nele permanece. Confronta com o que ocorreu nos países capitalistas centrais, onde o meio rural teve participação ativa no desenvolvimento econômico e social destas nações e, seu dinamismo não foi obstáculo à criação de novas vagas de trabalho. Diferentemente do Brasil em que as áreas rurais são aquelas que se encontram fora do limite das cidades e são vistas por parte da sociedade brasileira como um local de atraso nas condições de desenvolvimento. Enquanto predominar este tipo de pensamento no Brasil, será difícil explicar que as áreas rurais podem ser dinâmicas e desenvolvidas. Na América Latina e no Brasil o que deve ocorrer é um esforço procurando entender as relações entre as regiões rurais e as cidades de que dependem, sem considerar o desenvolvimento como algo exclusivo das regiões urbanizadas. A ruralidade é um conceito de natureza territorial e multisetorial onde se devem levar em consideração as economias regionais e a densidade populacional.

Para Kageyama (2004), rural não é sinônimo de agrícola e nem exclusivo deste; o rural envolve pluriatividades e é multifuncional (funções produtiva, ambiental ecológica e social); apresenta baixa densidade populacional; e, não há isolamento entre os espaços rurais e urbanos, pois há uma rede que envolve os espaços rurais e urbanos por meio de atividades comerciais, sociais e institucionais.

Segundo Abramovay (2000, p.26), “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”. A noção de desenvolvimento tem que estar vinculada a valorização da ruralidade por toda a sociedade contemporânea. Pois o espaço rural é uma forma das pessoas aumentarem sua relação com a natureza; habitar em áreas menos povoadas; e, também um local que pode apresentar uma maior inserção nas dinâmicas urbanas.

Nesse contexto, a agricultura desempenha um papel importante nas dinâmicas regionais aumentando a relação cidade-campo, mercado interno e externo. Assim, o importante é compreender a dinâmica de desenvolvimento de uma região, sem que ocorra um afastamento das interações com as aglomerações urbanas.

1.2.1 As diferentes formas de definir o espaço rural no mundo

A existência de múltiplas definições rurais reflete a realidade de que os conceitos rurais e urbanos são multidimensionais. Às vezes, a densidade populacional é a preocupação determinante, em outros casos é o isolamento geográfico. Outras vezes, o pequeno tamanho da população caracteriza um lugar rural, mas o quão pequeno é o rural?

Analisando a literatura a respeito da densidade populacional e seus impactos nas relações sociais nos Estados Unidos e na França, Abramovay (2000), concluiu que em locais de maior dispersão populacional há limites no aproveitamento de oportunidades e de desenvolvimento. Isso ocorre devido aos baixos indicadores sociais e situações geográficas preocupantes, tais como o envelhecimento da população e a masculinização do território rural. Esta situação de envelhecimento e predominância masculina, também foi observada no Brasil por meio da análise do Censo do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, há uma tendência, especialmente em países desenvolvidos e em desenvolvimento, de uma intensificação da migração de famílias de média e alta renda e com maior nível de escolaridade, saírem dos centros urbanos para áreas não tão densamente povoadas onde encontram mais segurança e menos transtornos que nas áreas metropolitanas.

Ao analisar o emprego rural não agrícola e a diversidade rural na América Latina, Dirven (2004, p.51), apresenta cinco definições do que é rural baseada: na população máxima da localidade em torno de 2.000 pessoas, que é utilizada pela maioria dos países; pelo número de habitações contíguas (Peru); pelas definições legais (Brasil, Equador, Guatemala, Uruguai); por encontrar-se fora da “cabecreira municipal” (Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Paraguai); e, baseada em “características não rurais” (Costa Rica e Haiti). Nenhum país usa a mesma definição para o que é rural, e segundo Kageyama (2008) todas as definições contém a ideia de que rural é uma área de baixa densidade populacional e de grandes distancias dos núcleos mais urbanizados.

Pesquisando na literatura internacional indicadores para as regiões rurais, Abramovay (2000) levantou que há diferentes maneiras de classificar o espaço rural no mundo: pode ser pela simples delimitação administrativa, sendo urbanas as sedes dos municípios e distritos (Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana); outros países utilizam o critério de ocupação da mão de obra na agricultura como definição do que é rural, como ocorre no Chile, em Israel e na França; ou, pelo número de habitantes nas

sedes municipais (Espanha, Portugal, Itália, Grécia - onde é rural assentamentos humanos contíguos com menos de 10 mil habitantes e tem certo distanciamentos dos centros metropolitanos; e, Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá – onde o limite que determina o que é rural varia entre 1.000 e 2.500 habitantes).

Para os europeus, segundo Abramovay (2000), o conceito de ruralidade está cada vez mais ligado à questão da preservação do meio natural, uma vez que, há uma intensificação das políticas e práticas produtivas voltadas a exploração sustentável da biodiversidade. O *Istituto Nazionale di Sociologia Rurale* (INSOR), citado pelo INEA (2000), classificou o território italiano com base no percentual da superfície verde sobre o total da superfície das *comunas* italianas. Este estudo partiu do pressuposto de que o rural se identifica com um ambiente natural em que a “superfície verde” predomina sobre aquela edificada. Além da “superfície verde”, somaram-se as informações sobre densidade populacional para reagrupar as *comunas* italianas em ruralíssimas, rurais, intermediárias e urbanas. Segundo essa nova tipologia de classificação foi possível concluir que as *comunas* rurais e ruralíssimas cobriam 82,9% das áreas de terras e respondiam por 37,5% da população italiana. Assim, o meio rural deixa de ser um simples espaço produtivo e passa a ter uma importância social cada vez maior do ponto de vista ambiental, recreativo e residencial. Ou seja, há uma redefinição do que é rural vinculando este espaço e seus recursos naturais aos interesses da sociedade.

Ao realizar um estudo sobre a organização espacial e a densidade populacional das regiões rurais do sul da Ásia, Qadeer (2000), encontrou locais com densidades populacionais comparáveis as áreas metropolitanas ocidentais. Chamou estes locais de alta densidade populacional de “*ruralopolises*”, ou seja, uma fusão de sistemas econômicos e sociais com organizações espaciais metropolitanas. Este trabalho nos fornece uma referência internacionalmente aceita de que se considera área urbana quando se tem uma densidade igual ou superior a 400 hab/Km².

Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005) buscaram uma definição operacional para área rural por meio da construção de um índice de ruralidade para a Espanha, que não fosse baseado somente no tamanho da população e na densidade demográfica. As variáveis utilizadas para cada município espanhol foram: a densidade populacional; o número de pessoas com mais de 65 anos por 100 habitantes; número de pessoas com idade entre 0-14 anos por 100 habitantes; número de economicamente inativos por 100 pessoas em idade ativa; número de aposentados por 100 habitantes; número de pessoas que trabalham na agricultura,

na criação de gado ou pesca por 100 trabalhadores; número de casas em mau estado ou total ruína por 100 casas.

A seleção dessas variáveis por parte de Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005), foi justificado por serem representativas do conceito de ruralidade na Espanha. Também porque podem ser medidas, quantificadas, serem variáveis de fácil acesso e atualização imediata. O índice foi construído a partir de uma análise fatorial de componentes principais, dando origem a um único fator que está correlacionado ao envelhecimento da população, dependência econômica, agricultura, pecuária ou pesca, habitabilidade de habitação e densidade populacional. O envelhecimento da população e a percentagem de menores de 14 anos foram as variáveis que apresentaram um alto grau de correlação com o fator ruralidade.

Segundo Ocaña-Riola e Sánchez-Cantelejo (2005), na Espanha e na União Européia, a ligação entre rural e agrícola está perdendo terreno para um novo conceito de rural relacionado com as atividades de relaxamento, lazer e ao ar livre. Ao longo dos últimos anos, a proteção do ambiente, o desenvolvimento das zonas naturais e a promoção do turismo rural levaram a sociedade a considerar as zonas rurais como um espaço recreativo e ambiental. Esta nova percepção da área rural como destino turístico e de lazer está trazendo recuperação demográfica, econômica e social em áreas que sofreram severo declínio populacional durante o êxodo rural espanhol da década de 1960.

Todas essas delimitações arbitrárias internacionais do que é rural acabam por refletir tradições históricas e geográficas. Isto dificulta a comparação das informações entre os diferentes países devido à falta de homogeneidade nos critérios de definição do que é rural, especialmente se for considerado o simples critério populacional para essa delimitação, conforme pode ser observado nos trabalhos de Veiga (2004) para o Brasil.

Para o Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) define como rural a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural-de-extensão urbana, rural-povoado, rural-núcleo, rural-outros aglomerados, rural-exclusive aglomerados. Quanto a classificação dos domicílios, o IBGE (2010) classifica-os em oito categorias, sendo três urbanas (Cidade ou vila, área urbanizada; Cidade ou vila, área não urbanizada; Área urbana isolada) e cinco rurais (Aglomerado rural de extensão urbana; Aglomerado rural, isolado, povoado; Aglomerado rural, isolado, núcleo; Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; Zona rural exclusive aglomerado rural).

Para Veiga (2004), o Brasil é menos urbano do que o IBGE apresenta se levarmos em consideração as recentes metodologias adotadas no primeiro mundo e se avaliarmos os indicadores disponíveis sobre o que é rural para as sociedades mais desenvolvidas. No Brasil, para Veiga (2002) não deveria ser considerado urbano os municípios com menos de 20 mil habitantes. É um critério de classificação simples e objetivo, mas que falha ao determinar como rural os municípios com grande densidade demográfica situados nas grandes regiões metropolitanas do país. Ao levar em consideração esse critério, Veiga (2002), verificou que dentre os 5.507 municípios existentes no Brasil no ano de 2000, 4.024 municípios seriam considerados rurais.

Kageyama (2008, p.39) discorda dessa classificação simplificada realizada por Veiga (2002). Para Kageyama (2008) o ideal é a combinação de critérios envolvendo população e densidade demográfica, como foi feito por uma pesquisa conjunta entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Segundo Kageyama (2008), com base nos dados do IBGE, IEA e Unicamp, Veiga (2002) classifica de forma equivocada como “urbanos” apenas 455 municípios brasileiros (aglomerações metropolitanas, outras aglomerações e centros urbanos). São classificados como municípios de pequeno porte aqueles que possuem menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/Km²). Médio porte são aqueles municípios que possuem entre 50 e 100 mil habitantes e mais de 80 hab/Km². Juntos esses dois grupos totalizam 567 municípios, que adicionados aos 455 anteriores totalizam 1.022 municípios urbanos no Brasil.

A compreensão dos critérios para definir o que é rural na Itália, França, EUA e na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pode servir de embasamento para o desenvolvimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural brasileiro.

1.2.2 Critérios utilizados para definir o que é rural na Itália, na França e nos Estados Unidos da América (EUA)

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009) a agricultura familiar italiana apresenta uma trajetória de sucesso que comprovam o efeito das ações públicas na promoção do

desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural italiano se dissocia da busca de economia de escala por meio de ganhos de produtividade na atividade agrícola e se aproxima da economia de escopo, ou seja, uma produção de qualidade para atender a um consumidor mais exigente com sua alimentação. Assim, espera-se que nosso país desenvolva políticas públicas para que o espaço territorial brasileiro ocupado pela pequena unidade de produção rural seja capaz de induzir um desenvolvimento rural mais sustentável gerador de novas oportunidades.

Na Itália, de acordo com o Istituto Nazionale di Economia Agraria (INEA, 2000), utilizou-se indicadores que permitem definir o território como um conjunto de relações geográfica, econômica, social e institucional, entrelaçadas e que se complementam. Assim, a agricultura e os outros setores da atividade econômica passaram a representar os “sistemas territoriais” por grau de homogeneidade de desenvolvimento socioeconômico. Os “sistemas territoriais rurais” representam a integração do setor agrícola com outros setores da economia e com instituições representativas das políticas agrícolas.

Outra metodologia de definição de território utilizado na Itália foi desenvolvida pelo Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT, 1986) em parceria com a Universidade de Newcastle e a Universidade de Leeds. Essa nova metodologia permite identificar os trabalhos locais e utiliza o crescimento da importância dos deslocamentos diários da população para trabalhar, chamado movimento “pendularismo”. O Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT, 1986) denominou esse método de zoneamento territorial como sistemas locais de trabalho (SLT). O SLT maximiza o número de pessoas que vivem e trabalham numa mesma área e minimiza o número de trabalhadores que saem diariamente dessa área para trabalhar; e, também, minimiza o número de trabalhadores residentes em outras áreas que entram diariamente para trabalhar. Portanto, o SLT é um sistema de interação local, envolvendo os moradores que trabalham no local, os trabalhadores que saem para trabalhar em outro local e entre os trabalhadores que veem de outra área para trabalhar.

De acordo com o INEA (2000), o SLT de trabalho acaba interferindo na localização de serviços, das atividades econômicas e sociais e na questão da infraestrutura do território. Para Kageyama (2008), os SLT fazem referências as interações entre as comunidades rurais e os centros urbanos. O objetivo do debate sobre a definição do espaço rural na Itália ajuda a identificar e desencadear as potencialidades de desenvolvimento endógeno dos diferentes sistemas locais de produção. O desenvolvimento rural italiano é o resultado da integração entre agricultura e outras atividades econômicas (artesanato, turismo, pequena empresa de

fabricação) e também é a interação dos direitos econômicos, sociais e culturais unidos pela presença de um tecido social e institucional da cultura rural.

O INEA (2000, p.131) também classificou cada local de trabalho como rural de acordo com os regulamentos da Comissão Europeia. Esse Regulamento utiliza-se da baixa densidade populacional e da elevada importância do setor agrícola. Essa tipologia apresentada pelo INEA (2000), de acordo com Kageyama (2008, p.46), resulta em três grandes categorias: os sistemas rurais em declínio, um grupo de áreas com características de ruralidade e com significativa presença de atividades manufatureiras, especialmente agroalimentares (o rural mais dinâmico) e os sistemas urbanos ou não rurais, com elevada densidade populacional e marcada concentração de indústrias e serviços. Esta classificação constitui uma base para a análise das atividades produtivas em áreas rurais.

Com base nesses sistemas locais de trabalho e manufatura (SLTM), o INEA (2000, p.146), propõe uma tipologia das áreas rurais italianas combinando seis indicadores econômicos: (1) percentual de empregados na agricultura sobre o emprego total; (2) percentual de empregados em serviços sobre o emprego total; (3) taxa de industrialização (empregados na indústria por 1000 habitantes); (4) presença de atividades comerciais (empregados no comércio por 1000 habitantes); (5) presença de atividades de hospedagem (empregados em hotéis e atividades complementares por 1000 habitantes); e, (6) desenvolvimento do setor bancário (número de agências bancárias por 1000 habitantes).

Por meio de uma análise de clusters, esses indicadores possibilitaram a identificação de seis grupos de sistemas econômicos locais para descrever o território: sistema manufatureiro (local com elevada especialização manufatureira, presença significativa de pequenas empresas); sistema turístico (atividades turísticas e recreativas ambientais); sistema agrícola marginal (forte dependência da agricultura e agroindústria de pequeno porte); sistema periurbano (forte presença do setor terciário); sistema agrícola em transição (sistemas rurais do sul da Itália e presença do setor público); sistemas de economia integrada (local com alta taxa de industrialização, forte atividades terciárias, sistema de crédito desenvolvido, áreas urbanas e industriais inseridas em áreas rurais).

No caso italiano, segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009), houve um processo de industrialização difusa

na qual os espaços rurais deixam, de forma gradual, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em direção a um modelo de desenvolvimento regional, estruturado por uma rede urbana de pequenas e médias cidades especializadas na produção de bens e serviços específicos (...). Os espaços rurais, nesse estilo de

desenvolvimento, não se reduzem às atividades agrícolas (...), mas são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais, etc. (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p.34).

A conclusão do estudo do INEA sobre a caracterização da produção nas zonas rurais italianas é de que essas regiões são espaços não somente para a prática da agricultura, mas para o crescimento no número de empregos na indústria manufatureira e nos serviços cada vez mais interagindo com os centros urbanos. Dessa forma, o INEA (2000, p.154) pode identificar que nas áreas rurais do Centro-Norte apresentaram uma interação maior com os centros urbanos e uma progressiva perda de identidade agrícola, pois apresentaram uma ligação mais forte entre o emprego rural e manufatureiro. Nas áreas rurais do sul da Itália (mais pobres e menos desenvolvidas) há uma especialização nas produções agroindustriais e, portanto, apresenta uma forte conotação agrícola que impacta na estrutura econômica desta região.

Na França, o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos/Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica (Insee/Inra, 1998), realizou uma nova divisão do que eles chamam de zoneamento em áreas urbanas (ZAU) com a finalidade de deixar mais claro o que é o espaço rural. Essa parcela do território francês foi dividida em: *polos urbanos* (locais que oferecem ao menos 5 mil empregos e têm uma população entre 8 mil e 10 mil habitantes); e, *coroa periurbana* (*comunas* constituídas por ao menos 40% de pessoas empregadas nos polos urbanos ou nas *comunas* periurbanas que sofrem influência destes polos). De acordo com o Insee/Inra (1998) 76% da população francesa vivem nesses espaços de predominância urbana constituído pelos polos urbanos e *comunas* periurbanas.

De acordo com as constatações anteriores, o Insee/Inra (1998) realizou para a França uma divisão em quatro categorias dos espaços predominantemente rurais: o *rural sob fraca influencia urbana* (são as bordas em torno dos espaços urbanos constituídos por *comunas* que tem ao menos 20% de seus habitantes trabalhando nos centros urbanos); os *polos rurais* (são unidades urbanas que oferecem entre 2 mil e 5 mil empregos e possuem mais postos de trabalho do que a população residente. São locais de atração e exercem a função de estruturar o espaço circundante); a *periferia dos polos rurais* (são *comunas* onde menos de 20% da população ativa trabalha nos polos rurais); o *rural isolado* (categoria residual que ainda representa mais de 1/3 do território e 10% da população francesa).

Este tipo de classificação desenvolvida pelo Insee/Inra (1998) utilizada na França permite uma visão mais assertiva das dinâmicas territoriais, tais como: o seu crescimento demográfico; quais são as áreas de maior atração e repulsão populacional; como ocorrem as relações de confiança entre os habitantes locais e as instituições públicas e privadas; quais os locais que apresentam maiores crescimentos comerciais e industriais; quais as novas atividades econômicas desenvolvidas localmente e no interior das propriedades agrícolas; quais são as atividades que contribuem para a geração de renda em cada território. Dessa forma, é possível acabar com a dicotomia entre cidade e campo ou entre o rural e o urbano, sem abandonar ou deixar de lado as especificidades das áreas rurais.

Ao revisar o desenvolvimento rural norte americano a partir dos anos de 1980, Abramovay (2000), observou que as vantagens comparativas das localidades rurais estavam cada vez mais dependentes da localização destas em relação aos centros metropolitanos. Essa vantagem comparativa cria a possibilidade de uma maior atratividade para atividades de recreação, de um novo local para aposentados e/ou para o estabelecimento de novas residências em locais mais tranquilos que os centros urbanos.

Sendo que a maioria dos domicílios rurais não se ocupa com atividades agrícolas a ideia de *continuum* rural-urbano de Pahl (1966) passa a fazer sentido nos EUA, uma vez que, não há diferenças nos modos de vida, na organização social e na cultura determinados pelos limites espaciais. Também com a redução da agricultura na ocupação produtiva e da dificuldade em separar o que é urbano e rural, fez com que os estatísticos do Serviço de Economia Rural do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (ERS/USDA)¹² utilizem atualmente a classificação dos territórios em áreas metropolitanas e não metropolitanas.

Segundo Veiga (2004) ao final do século XX surgiu no mundo outras opções mais relevantes para a abordagem demográfica dos territórios. Os Estados Unidos da América (EUA) utilizam duas formas de classificação oficial, o *United States Census Bureau (U.S. Census Bureau)* e a do *Office of Management and Budget (OMB)*.

O *U.S. Census Bureau* (2010) classifica as áreas urbanas como aquelas mais adensadas e não segue a divisão político-administrativa. A classificação segue a denominação de áreas urbanizadas ou “clusters” urbanos. Uma área urbanizada caracteriza-se por ter mais

¹² UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **What is Rural?** Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2017.

de 50 mil pessoas e um núcleo com densidade superior a 386 hab/Km², podendo ter uma zona adjacente com uma densidade mínima de 193 hab/Km². Para ser uma área urbanizada não há a necessidade de haver uma cidade com 50 mil habitantes. A partir do censo de 2000 adotou-se o conceito de “clusters” urbanos para aquelas localidades com população entre 50 mil e 2,5 mil habitantes, mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Dessa forma, para o *U.S. Census Bureau* (2010), a população rural é aquela que não está classificada como áreas urbanizadas ou “clusters” urbano. Em 2010, 71,2% da população americana viviam em 486 áreas urbanizadas (219.922.123 habitantes), 9,5% em 3.087 “clusters” urbanos (29.331.123 habitantes) e os 19,3% restantes nas imensas áreas rurais (59.492.267 habitantes).

O Office of Management and Budget (OMB, 2003), é um órgão do governo americano com finalidades políticas e administrativas. O OMB (2003) utilizou das estimativas anuais de população, emprego e renda para classificar o território dos EUA em condados metropolitanos (*metropolitan counties*) e condados não metropolitanos (*nonmetropolitan counties*). Um condado que contém a maior cidade torna-se o condado central, juntamente com todos os municípios adjacentes que tenham pelo menos 50% da população na área urbanizada cercado a maior cidade. Um município periférico deve se qualificar com base na porcentagem de residentes empregados do município que trabalham no condado ou condado central. Deve ter um limite mínimo de 25% dos trabalhadores residentes trabalhando no condado central ou 25% dos empregados fazendo “padrão de deslocamento reverso” ou pendular reverso onde os trabalhadores se deslocam para locais de trabalho fora de seus municípios de residência. Além disso, os condados não metropolitanos são subdivididos em “*micropolitan areas*”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “*noncore*” para o restante dos condados.

O Serviço de Economia Rural do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (ERS/USDA, 2013) utiliza uma mescla das duas classificações normativas oficiais, onde foi possível classificar em “*metro*” e “*nonmetro*” os residentes das áreas rurais e urbanas dos EUA, de acordo com os dados do censo de 2000. Para o ERS/USDA (2013) a população “*nonmetro*” divide-se em 58,9% rural e 41,1% em urbana. Já a população “*metro*” está constituída por 21% rural e 79% urbana.

Nos EUA a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo *U.S. Census Bureau* por uma tricotomia em “áreas urbanizadas”, “clusters urbanos” e “áreas rurais”. A OMB (2000) preferiu uma nova dicotomia “metro” e “nonmetro”. E, para efeitos analíticos, o ERS/USDA optou pela classificação dicotômica dos dados do *U. S. Census Bureau*. Ou seja, os

formuladores de políticas públicas dos EUA, muitas vezes, acabam por criar suas próprias definições do que é rural e não rural.

1.2.3 O que é rural para Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e alguns países selecionados

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011), classificou o território de seus países membros em regiões predominantemente rurais, intermediárias e predominantemente urbanas com base na porcentagem de população que vive em unidades rurais locais. A base de dados metropolitana identificou a existência de 1.200 áreas urbanas (com uma população de 50.000 ou mais habitantes) em mais de 30 países da OCDE¹³. Em 2014, dois terços da população urbana da OCDE viviam em cidades com mais de 50.000 habitantes¹⁴. Quase metade da população total da OCDE (48,2%) vivia em regiões predominantemente urbanas, o que representava cerca de 6% da área total. Foram consideradas localidades rurais aquelas que apresentam uma densidade populacional inferior a 150 hab/Km² (exceto o Japão e Coreia que é de 500 hab/Km²). Dessa forma, em 2014, as regiões rurais representavam um quarto (25,1%) da população da OCDE e viviam em espaços rurais que cobrem 83% da área terrestre¹⁵.

O quarto restante da população da OCDE (26%) vive nas regiões de categoria intermediária que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Nos três tipos de regiões (urbana, intermediária, rural) encontram-se comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Dessa forma, a OCDE (2011) utiliza uma tricotomia a nível microrregional formada por áreas essencialmente urbanas, essencialmente rurais e uma área ambivalente ou intermediária.

A principal característica da metodologia proposta pela OCDE (2011) é que ela cobre todos os territórios dos países estudados e não apenas suas áreas rurais. Essa metodologia de classificação permite organizar os dados em dois níveis hierárquicos: em

¹³ Países membros da OCDE em 2011: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República da Eslováquia, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia.

¹⁴ No entanto, a experiência urbana é muito diferente de país para país. Na Coreia, 83% da população nacional estavam concentradas nas cidades (mais de 45 milhões de pessoas).

¹⁵ Essas participações variam conforme o país considerado. Na Irlanda, Finlândia e Eslovênia, a participação da população nacional nas regiões rurais foi duas vezes maior que a média da OCDE.

unidades locais e a nível regional. Ao realizar essa classificação é possível estabelecer um critério do que é rural e urbano e assim, ampliam-se as condições de analisar a dimensão territorial do desenvolvimento e suas consequências sobre as políticas públicas.

Para a OCDE (2011), localmente as pequenas unidades administrativas podem ser urbanas ou rurais de acordo com sua densidade populacional. Sendo rural quando a densidade populacional for inferior a 150 hab/Km². O critério de densidade demográfica apresenta como vantagens: a sua fácil operacionalização e compreensão; as áreas rurais sempre serão caracterizadas por apresentar menor densidade habitacional; a densidade populacional é um critério neutro desvinculando a ruralidade da pobreza e do despovoamento.

Regionalmente, segundo a OCDE (2011), basta agregar as unidades locais e classificar a região como predominantemente urbana, intermediária ou predominantemente rural usando a porcentagem da população que vive em unidades locais rurais. Dessa forma as regiões são classificadas em: predominantemente urbanas (se a participação da população que vive em unidades locais rurais for inferior a 15%); intermediárias (se a participação da população que vive em unidades locais rurais estiver entre 15% e 50%); predominantemente rural (se a participação da população que vive em unidades locais rurais é superior a 50%).

A OCDE (2011) também realiza uma classificação secundária das regiões levando em consideração a presença ou não de centros urbanos. Uma região predominantemente rural torna-se intermediária se contiver um centro urbano de mais de 200.000 habitantes (500.000 para o Japão e a Coreia) representando pelo menos 25% da população regional. Uma região intermediária torna-se predominantemente urbana se contiver um centro urbano com mais de 500.000 habitantes (1.000.000 para o Japão e a Coreia) representando pelo menos 25% da população regional.

O trabalho da OCDE (2011) apresenta uma preocupação recorrente para todos aqueles que lidam com o planejamento do território, que é criar uma definição de rural e urbano por meio de critérios ou indicadores (demográficos e sociais) que permitam analisar diferentes espaços em bases homogêneas.

O Quadro 1 apresenta uma série de critérios utilizados na definição das áreas rurais e urbanas para alguns países e organizações do mundo. A maioria dos países latino americanos utiliza-se de dois critérios: divisão política-administrativa e tamanho da população. A divisão-política administrativa é um critério legal porque o perímetro urbano é delimitado por meio da legislação, e por exclusão do território urbano determina-se o espaço rural, como é o caso

brasileiro. O outro critério classificatório utilizado é o tamanho da população de uma localidade, que aparece em países como a Argentina e o México.

Outros países adotam mais de um critério para definição do que é área rural ou urbana, como é o caso da Austrália (utiliza a densidade demográfica, a oferta de serviços e aglomerações de habitações); Chile (tamanho da população e participação da agricultura); Cuba, Honduras, Nicarágua e Panamá (se valem do tamanho da população e oferta de serviços); e, o Uruguai (utiliza a oferta de serviços e a divisão administrativa). Somente o Chile utiliza a participação da agricultura como critério para a definição do território em urbano ou rural. Os países da OCDE e da União Européia costumam usar a densidade demográfica como critério para classificar as áreas rurais e urbanas, conforme apresentado no Quadro 1.

Para os países em desenvolvimento as áreas rurais são classificadas por Wiggins e Proctor (2001, p.432) em cinco tipos baseadas em duas variáveis que permitem generalizações úteis a respeito das áreas rurais: abundância de capital natural e pelos custos mais elevados de deslocamentos dos bens e das pessoas. Os custos de movimentações estão diretamente relacionados com a distância da área rural em relação aos centros urbanos. As regiões mais próximas apresentam uma interação mais intensa entre a zona urbana e a rural (zona periurbana), permitindo o deslocamento diário das pessoas de uma zona para outra. As áreas rurais mais distantes (rural remoto) não apresentam infraestrutura adequada, há dificuldades nos deslocamentos e conseqüentemente os custos para os fluxos de pessoas e bens são mais elevados. Outra forma de diferenciar as áreas rurais em países em desenvolvimento é a quantidade e qualidade de seus recursos naturais, que podem estimular o desenvolvimento e/ou atraso da área rural. Normalmente, a dotação dos recursos naturais disponíveis traz vantagens comparativas para o crescimento econômico da região.

De acordo com o IBGE (2017), houve um esforço nas últimas décadas para o estabelecimento de critérios padrões para a delimitação de áreas rurais e urbanas em escala global e regional. Mas não foi possível essa homogeneização devido à falta de informações a respeito dos territórios dos diferentes países do mundo.

Quadro 1 - Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas em países e organizações selecionadas

País/Organização	Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas					
	Tamanho da população	Densidade demográfica	Oferta de serviços	Participação da agricultura	Divisão administrativa	Aglomerações de habitações
Argentina	X					
Austrália		X	X			X
Bolívia	X					
Brasil					X	
Chile	X			X		
Colômbia					X	
Costa Rica					X	
Cuba	X		X			
República Dominicana					X	
Equador					X	
El Salvador					X	
Estados Unidos	X					
França	X					
Guatemala					X	
Haiti					X	
Honduras	X		X			
Inglaterra						X
México	X					
Nicarágua	X		X			
País de Gales						X
Panamá	X		X			
Paraguai					X	
Peru						X
Uruguai			X		X	
Venezuela	X					
OCDE		X				
União Européia		X				

Fonte: IBGE (2017), com base em dados de Bibby e Brindley (2013); Brezziet, Dijkstra e Ruiz (2011); Eurostat (2015); Ferranti *et al.* (2005); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras (2013).

1.2.4 Quais os critérios utilizados no Brasil para definir um local como rural ou urbano

Para determinar o que é rural e urbano no Brasil, Veiga (2004), utilizou-se das estatísticas demográficas e procurou entender porque ainda existe essa contradição urbano-rural no Brasil até o início do século XXI. Os indicadores demográficos que mais confirmam a atualidade da dicotomia rural e urbano é o número de homens serem persistentemente maior ao número de mulheres e a fertilidade entre as mulheres ser superior nas regiões rurais do Brasil. No entanto, para Veiga (2004) a maior fertilidade entre as mulheres e a predominância masculina não são razões suficientes para se pensar que esta seja a principal fronteira espacial entre o urbano e o rural.

Segundo Abramovay (1999), o fluxo migratório de jovens do meio rural tem causado problemas de masculinização do campo; inserção no mercado de trabalho urbano de baixa qualificação; desertificação social, econômica e cultural das áreas de pequena concentração populacional; e, aumento do custo social e ambiental para os centros urbanos. Para reverter este fluxo migratório dos jovens do meio rural para o meio urbano o Brasil tem que criar condições para que os jovens permaneçam na atividade produtiva por meio do desenvolvimento do espaço rural, respeitando as particularidades de cada território. Com a promoção do desenvolvimento do espaço rural haverá ampliação da relação campo e cidade, tendo como consequência o surgimento de novas oportunidades para a melhoria nas condições de vida no meio rural.

Para Veiga (2004) o Brasil é mais rural do que oficialmente se divulga, pois cerca de 80% dos municípios brasileiros e 30% da população estão em ambiente rural. Essa observação reforça que ainda existe uma contradição urbano-rural no Brasil, principalmente se forem consideradas as diferentes atividades desenvolvidas em muitas áreas rurais e que não tem relação direta com as atividades agropecuárias. Outro ponto que deve ser considerado é o tamanho do território brasileiro e as desigualdades apresentadas pelas diferentes regiões rurais do país localizadas na região amazônica, da mata atlântica, dos campos e das florestas meridionais.

Segundo Veiga (2004), o conceito brasileiro de urbano como sendo toda a área sede município (cidade) e de distrito (vila), independentemente de suas características estruturais ou funcionais, é uma forma simples e equivocada de classificação que deixa o Brasil com

81,2% de urbanização. Para o autor, devem ser estabelecidos critérios mais objetivos e assertivos de classificação em urbano e rural. Um critério seria adotar o número de habitantes, a densidade demográfica e a localização do município analisado, que pode ser próximo a regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas regionais.

Partindo desses critérios (população, densidade e localização) o desafio foi classificar a população dos 5.507 municípios brasileiros pesquisados pelo Censo de 2000. Como apoio para seu trabalho, Veiga (2004), adotou como urbana a população da pesquisa apresentada na *Série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (1999 e 2002)* desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) onde foram identificados 455 municípios (12 aglomerações metropolitanas, 37 demais aglomerações e 77 centros urbanos) urbanos e que representavam 57% da população do Brasil no ano de 2000.

O desafio era classificar os 5.052 municípios que não foram englobados pelas aglomerações urbanas da *Série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (1999 e 2002)*. Para resolver este problema Veiga (2004), utilizou como critério decisivo a densidade demográfica¹⁶. Veiga (2004) estabeleceu que uma densidade de 80 hab/Km² como o limite em que um território deixaria de pertencer a categoria rural e passaria a categoria de urbano. Essa densidade de 80 hab/Km² justifica-se pela observação da evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho da população do município. Segundo Veiga (2004),

enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa Ipea/IBGE//Unicamp, a densidade média é superior a 80 hab/Km², na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km². Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/Km². (VEIGA, 2004, p.79).

Assim, Veiga (2004) considerou município de pequeno porte os municípios que apresentaram menos que 50.000 habitantes e menos que 80 hab/Km²; e de médio porte aqueles municípios entre 50 e 100 mil habitantes cuja densidade seja maior que 80 hab/Km², mesmo que tenham uma população inferior a 50 mil habitantes.

Por meio da análise desses resultados foi que Veiga (2004) concluiu que o Brasil rural é formado por 80% dos municípios brasileiros, nos quais residem 30% da população

¹⁶ Segundo o autor, a densidade demográfica é o melhor indicador para demonstrar as modificações promovidas pelo homem no ambiente natural. Ou seja, a “pressão antrópica” e o grau de artificialização dos ecossistemas.

brasileira. Também foi possível constatar que 13% da população brasileira que vivem em 10% dos municípios não se enquadram como essencialmente urbano e nem essencialmente rural. Portanto, o Brasil urbano é constituído por 455 municípios. Os demais 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, que poderão se transformar em cidades.

Dessa forma, Veiga (2004), separou os municípios brasileiros em cinco grupos: três grupos (aglomerações metropolitanas; demais aglomerações; centros urbanos) constituintes da rede urbana do Ipea/IBGE/Unicamp e os outros municípios foram separados em dois grupos pelos critérios de localização, tamanho e densidade em “ambivalentes” e “rurais”. Por meio desse critério, Veiga (2004), estimou que em média 4.502 sedes de municípios brasileiros são “cidades imaginárias”¹⁷, por não apresentarem indicadores de serviços urbanos, alguns essenciais.

Outro critério utilizado por Veiga (2004) foi à análise da distribuição populacional das microrregiões. Para tanto, utilizou-se o critério da densidade demográfica (80 hab/Km^2) para classificar as microrregiões de governo brasileiras. Constatou que das 558 microrregiões brasileiras: 388 apresentam menos que 80 hab/Km^2 e 32 apresentam mais de 80 hab/Km^2 . As demais microrregiões foram classificadas em metropolitanas (22) e não-metropolitanas (41). As 32 microrregiões com mais de 80 hab/Km^2 apresentam um significativo grau de urbanização, mesmo sem a presença de um município com mais de 100 mil habitantes como utilizou-se o Ipea/IBGE/Nesur-IE/Unicamp para definir o que é um centro urbano.

Para refinar mais ainda o que é rural e o que é urbano no Brasil, Veiga (2004), agrupou os cinco tipos de microrregiões em três grandes categorias: microrregiões marcadas por aglomerações urbanas (metropolitanas e não-metropolitanas); microrregiões significativamente urbanizadas (com centros urbanos ou com mais de 80 hab/Km^2); e, microrregiões predominantemente rurais (sem aglomerações, sem centro urbano e com menos de 80 hab/Km^2). Das 558 microrregiões brasileiras: 388 apresentaram-se como predominantemente rurais (30,9% da população brasileira); 107 como significativamente

¹⁷ Veiga (2004) classificou 4.502 sedes de municípios como “cidades imaginárias” por não disporem das seguintes funções urbanas: sem serviço de esgotamento sanitário terceirizado; sem manutenção e estradas e vias terceirizadas; sem varredura de ruas e limpeza terceirizada; sem museu; sem plano diretor; sem guarda municipal; sem teatro ou casa de espetáculo; sem IPTU progressivo; sem instituição de ensino superior; sem estação de Rádio AM; sem coleta de lixo domiciliar terceirizada; sem provedor de internet; sem lei de zoneamento ou equivalente; sem página na internet.

urbanizadas (20,1% da população brasileira); e, 63 marcadas por aglomerações (63% da população brasileira).

Assim, Veiga (2004) conclui que o peso relativo da população rural no Brasil, no ano de 2000, era de aproximadamente 30% ou o equivalente aos 4.500 municípios que não dispõem de funções que indicam grau de urbanização. Ficou demonstrado pelas duas metodologias, a de análise municipal e pela de microrregiões, que o Brasil apresenta 30% de sua população rural.

Por meio de suas observações e configurações, Veiga (2004) comprovou sua teoria de que o Brasil é mais rural do que os dados populacionais apresentados pelo IBGE, onde se considera urbana toda a sede de município. Dessa forma foi possível chegar a um resumo da hierarquia urbano-rural sobre o Brasil: 50% da população brasileira é urbana; 20% é ambivalente; e, 30% é rural.

O Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula pelo simples método de se considerar urbano toda a sede de município. O mundo rural brasileiro está constituído por aproximadamente 80% dos municípios, 70% das microrregiões, 60% do território nacional e por 30% da população do país.

Essa revisão teórica sobre o que é rural no mundo objetivou a apresentar um levantamento sobre quais os critérios que o Brasil e o mundo utilizam para definir o que é um espaço rural e um espaço urbano. Nesse sentido tanto os trabalhos da OCDE (2011), do ERS/USDA (2010) e do Insee/Inra (1998) procuraram pensar o espaço rural como um local para o desenvolvimento social. Em todos esses estudos houve a preocupação em elaborar uma definição espacial para o que é rural e urbano e não apenas setorial. Os resultados desses trabalhos mostram que há uma preocupação em detalhar melhor os espaços para promover a integração dos diferentes setores econômicos para o desenvolvimento do território. Também se torna difícil estabelecer um padrão de classificação para o que é rural devido à grande diversidade que é característica desse espaço territorial.

Para a OCDE (2011) o desenvolvimento rural tem que ser concebido de forma mais intensa no espaço territorial por meio de uma maior integração entre a agricultura e as atividades econômicas urbanas (indústria, comércio, serviços). Devem-se criar condições para que os habitantes daquele espaço territorial passem a valorizar mais a diversidade de atividades e mercados possíveis de serem constituídos de forma integrada. Para que isso aconteça pressupõe-se a aprovação de políticas públicas que estimulem projetos que

valorizam o local dentro de um processo de desenvolvimento econômico e social. Nos EUA, França e nos países desenvolvidos da OCDE, os empregos agrícolas estão cada vez mais em declínio, mas quando analisados os domicílios rurais constatou-se que mais de 90% dos domicílios não são unidades de produção agropecuária. Ou seja, a maioria dos empregos de quem mora no meio rural está em outros setores da economia, como o industrial e de serviços.

Para o Brasil o problema de classificação do que é rural e urbano sofre influências desde 1938, onde se definiu “cidade” como a sede do município, e, ainda se possibilita aos municípios determinar o que é rural e urbano pela Lei do Perímetro Urbano Municipal. A consequência da liberdade dos municípios determinarem o que é urbano causou um exagero sobre o grau de urbanização dos territórios, sendo considerados urbanas todas as sedes municipais, distritos e vilas (KAGEYAMA, 2008).

O Brasil é uma nação em que tantas pessoas vivem em áreas que não são claramente rurais ou urbanas (VEIGA, 2004). Mudanças aparentemente pequenas na forma como as áreas rurais são definidas podem ter grandes impactos sobre quem e o que são considerados rurais. Os pesquisadores e os formuladores de políticas públicas compartilham a tarefa de escolher adequadamente entre as definições rurais alternativas atualmente disponíveis ou criar suas próprias definições do que é rural e não rural.

O crescimento dos centros urbanos não leva necessariamente a uma melhor distribuição de renda e a redução do nível de pobreza da população que neles vivem. Nesse aspecto, o espaço rural permite uma série de oportunidades de geração de renda (produção primária, processamento dos produtos, serviços e comércio) capazes de promover uma maior integração das populações e a um custo de investimento menor que o setor industrial. Transformar essa possibilidade de melhorias nas condições de vida das pessoas desse espaço territorial em realidade passa pelo processo de valorização do meio rural através de políticas públicas que favoreçam a um maior entrelaçamento do rural com o urbano (ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto, embora a atividade rural esteja sujeita às regras do mercado, como qualquer outra, admite-se que a pequena unidade rural desempenhe um papel adicional em termos de desenvolvimento econômico e social. O fato das pequenas unidades de produção não terem adotado tecnologias resultantes da “Revolução Verde”, como o uso intensivo de máquinas, químicos e melhoramentos genéticos, coloca-nos diante de inovações proporcionadas por uma agricultura ecologicamente mais sustentável (orgânica, regenerativa,

ecoagricultura, permacultura, biodinâmica, agroecologia, natural, de uso reduzido de insumos externos ao sistema) que possibilitam atender demandas ditas sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental (QUEDA, KAGEYAMA, SANTOS, 2009).

1.3 O desenvolvimento econômico e o desenvolvimento no espaço rural no Brasil

Esta sessão faz uma revisão sobre o que é o desenvolvimento econômico e suas consequências para a sociedade. Na sequência, por meio de recortes históricos, é apresentado como ocorreu o desenvolvimento econômico no espaço rural brasileiro e quais foram as consequências para a atividade agropecuária.

1.3.1 O desenvolvimento econômico

Para Veiga (2001) o desenvolvimento é possível de se obter à medida que o resultado do crescimento econômico prioriza a melhoria das condições sociais de vida da população. Essa melhoria das condições sociais vai muito além das possibilidades de escolhas daquilo que se deseja consumir, mas principalmente “das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade”. Portanto, para Veiga (2006) o desenvolvimento deve ser representado pela melhoria nas condições do bem-estar humano, garantia das liberdades individuais e respeito ao meio ambiente.

Segundo Schneider (2007) o desenvolvimento é um fenômeno de natureza social que exige a participação humana na realização de ações que visam o bem-estar da sociedade. Portanto, é uma construção política ideológica historicamente elaborada pela sociedade que resulta em ações práticas nas melhorias das condições da população.

O desenvolvimento passou a existir à medida que foi socialmente construída e politicamente legitimada uma classificação ou definição que passou a conferir a uma determinada situação social, realidade prática, região ou país a condição de *desenvolvida* e aos demais foram resguardadas denominações como *subdesenvolvidos*, *em desenvolvimento*, *não desenvolvido* e outras (SCHNEIDER, 2007, p.4).

O desenvolvimento pode ser compreendido como uma área da economia e da sociologia que se sustenta nas condições sociais das comunidades, nas políticas de incentivo ao desenvolvimento do território e nas condições naturais que estão à disposição da população. Cabe aos elaboradores de projetos de desenvolvimento local diagnosticar e compreender essas condições políticas, econômicas, sociais e naturais e empreender esforços para ações práticas que resultem em melhorias das condições de vida das populações. Essas ações práticas dependem das relações e interações das pessoas que vivem no território. São as pessoas as responsáveis em melhorar os meios de produção que utilizam, bem como na preservação de sua cultura e valores.

Por isso para Schneider (2007) o “que importa para o desenvolvimento é saber e responder os motivos ou as causas que provocam as mudanças, entender como elas ocorrem e mostrar quem delas se beneficiam”. Ou seja, os responsáveis pela elaboração de projetos de desenvolvimentos do território devem conhecer os principais fatores de mudança no ambiente, levantar e acompanhar as alterações e transformações econômico-ambiental, cultural, institucional, ético e moral dos espaços e das populações.

Para Kageyama (2008) também é importante avaliar o contexto institucional e as formas de intervenções governamentais por meio de suas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Essas políticas territoriais podem ajudar na combinação de bens públicos e bens privados objetivando a valorização dos produtos locais e facilitando a incorporação de externalidades positivas (turismo e produtos regionais). Dessa forma o território é o local de ação do Estado e demais agentes econômicos públicos e privados com o objetivo de internalizar as externalidades positivas para a promoção de seu desenvolvimento.

Para Alexandre Neto (2006), a plasticidade e o modo de gestão da temporalidade do território são as duas características a sobrevivência e a oportunidade de desenvolvimento do território. A plasticidade do território está relacionada com sua maior ou menor capacidade de ser moldado, e que esse território mantenha essa forma após a aplicação de uma força ou ação externa.

O nível de plasticidade do território está associado a maior ou menor possibilidade de se poder intervir sobre ele, de modo a alterar algumas de suas características e aperfeiçoar ou valorizar outras. O nível de plasticidade do território consiste, assim, na sua maior ou menor possibilidade de ser moldável, isto é, de ser passível de ser moldado, mas também na capacidade de se automoldar, de se reconverter, de se adaptar a novos desafios internos e externos e de encontrar soluções para sobreviver a choques conjunturais ou de longo prazo (ALEXANDRE NETO, 2006, p.13).

Segundo Alexandre Neto (2006), os agentes econômicos e as políticas públicas têm capacidade de moldar o território ao longo do tempo. A qualidade de ações e decisões tomadas pelos agentes econômicos associados a políticas públicas desenvolvimentistas fazem com que determinado território alcance um maior ou menor grau de desenvolvimento. E, esse desenvolvimento econômico e social é resultado de um processo histórico de consolidação de políticas públicas e de decisões e estratégias privadas que tornarão o território mais versátil e ágil para o desenvolvimento.

A plasticidade de cada território depende de uma combinação de elementos que serão responsáveis pela complexidade de desenvolvimento e sofisticação que caracterizam o território. Portanto, o resultado do desenvolvimento territorial depende da sua estrutura econômica, dos seus setores econômicos predominantes, da sofisticação e diversificação de sua base produtiva, de sua infraestrutura, da formação e qualificação dos recursos humanos, do nível de inovação e desenvolvimento tecnológico. Também a natureza dos relacionamentos interorganizacionais e interinstitucionais internos e externos ao território ajudam a explicar os diferentes níveis de plasticidade do território (ALEXANDRE NETO, 2006, p.41).

De acordo com Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p.39), o território é “uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra”. Para esses autores o desenvolvimento do território é uma construção social que resulta da interação dos atores locais, impedindo a transferência desses recursos materiais ou não (saber-fazer) para outros locais. Isso faz com que o território não seja somente um local geográfico,

mas uma realidade humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009, p.39).

O desenvolvimento que o território irá adotar depende do comportamento da economia local/regional, das particularidades do seu sistema social de produção (relação capital e trabalho), do modelo de territorialização das empresas e da natureza das estratégias empresariais adotadas. A combinação destes aspectos determina a personalidade e as especificidades dos territórios.

A personalidade do território é a capacidade que um local apresenta para superar as adversidades econômicas e sociais, tais como, perdas de investimentos e migrações. Também

envolve a competência territorial em reencontrar novas formas de combinação de recursos produtivos que possibilite seu desenvolvimento econômico e social. Para isso tem que ter uma boa combinação dos seus agentes econômicos e sociais que promova a reinvenção dos territórios por meio da participação de seus cidadãos. A identidade territorial é constituída por um conjunto de recursos materiais e imateriais que despertam uma consciência coletiva para a construção do sentimento de pertencimento e de solidariedade entre as pessoas que habitam esse local. Essa identificação está relacionada com os aspectos culturais, seus valores e com grau de confiança entre as pessoas e instituições.

Também, para Alexandre Neto (2006), as políticas públicas são responsáveis pela construção de identidades territoriais diferenciadas. A aplicação de políticas públicas e a boa ou má memória do território a respeito dos resultados dessas políticas contribuem para a memória coletiva e para a formação de uma identidade com o local. Dessa forma, o território é um processo histórico de construção e reconstrução de condições socioeconômicas favoráveis ao seu desenvolvimento.

Outra questão que interfere no desenvolvimento territorial, segundo Alexandre Neto (2006) é a temporalidade. A gestão do tempo passa a fazer parte do planejamento para assegurar o desenvolvimento econômico e social do território, para diminuir os impactos de uma desaceleração e da competitividade dos seus setores produtivos. Para isso deve-se conhecer o passado do território, compreender seu funcionamento no presente e projetar o que se quer para o futuro. Deve-se ter uma gestão territorial proativa, prevendo mudanças setoriais e estruturais antevendo necessidades e correções futuras. A temporalidade territorial é o tempo dos agentes econômicos que nele estão localizados. É o tempo de decisões, reações, de vida das empresas, de permanência das vantagens comparativas e competitivas, das capacidades produtivas dos agentes. Ou seja, é o nível de desenvolvimento do território em cada momento de tempo.

1.3.2 O desenvolvimento no espaço rural

O desenvolvimento rural envolve um conjunto de dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental que possibilitem a expansão das capacidades dos produtores rurais na promoção do desenvolvimento do território. Ao dinamismo econômico medido pelos indicadores sociais e ao crescimento econômico dos países foram

incorporados aos indicadores de bem-estar social (índice de desenvolvimento humano) e aos indicadores de sustentabilidade ambiental que ampliam a capacidade humana na promoção do desenvolvimento territorial (KAGEYAMA, 2008, p.71).

Segundo Kageyama (2008) o desenvolvimento rural requer a participação da agricultura na criação de valor, na geração de postos de trabalho e de serviços, na preservação da paisagem e do meio ambiente. A preservação ambiental proporciona uma integração social e institucional entre os setores da economia e da sociedade promovendo uma rede de relações intra e intersectorial dos mesmos. Dessa forma, os agentes econômicos locais têm que pensar globalmente e agir localmente. O pensamento global vem por meio da produção agrícola globalizada cuja regulação e estruturas são dominadas por cadeias de *commodities* e sistemas alimentares. O agir localmente envolve uma agricultura localizada e diversificada que prioriza os atores e as diversidades como responsáveis por uma maior autonomia da agricultura e dos espaços rurais. Para isso, as funções das áreas rurais devem forçar o desenvolvimento de empresas e iniciativas locais na elaboração de produtos e serviços que possibilitem alavancar o desenvolvimento dos territórios.

Em seu trabalho de pós-doutorado “Tendências e temas dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil”, Schneider (2007), verificou que o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, intensificou-se e ganhou forças a partir do início da década de 1990. Isso ocorreu por causa das mudanças políticas, sociais e econômicas promovidas pelo Estado a partir da Constituição de 1988.

Para Schneider (2007) até a década de 1980 o Estado brasileiro era o responsável pelos processos de planejamento e desenvolvimento do meio rural, e tinham como principal objetivo o combate à pobreza. As ações de desenvolvimento eram intervenções de caráter social e compensatórias nas regiões que não conseguiam avançar no processo de “modernização” ou integrarem-se aos demais setores da economia como o industrial, o comercial e o de serviços. Os estudos sobre o desenvolvimento rural brasileiro até a década de 1980 visavam analisar as mudanças produtivas e fundiárias e as comunidades rurais e suas populações tradicionais. Os trabalhos procuraram compreender o modo de vida, as estratégias de reprodução e a identidade social dos habitantes dos espaços rurais. A partir da segunda metade da década de 1980 o debate sobre desenvolvimento rural muda com o surgimento dos movimentos sociais rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os seringueiros, os atingidos por barragens e as mulheres trabalhadoras rurais. A intensificação dos sistemas de produção integrada por meio de cadeias produtivas e a relação

do agricultor com a agroindústria também se tornam temas relevantes neste período. Assim, para Schneider (2010), os estudos sobre desenvolvimento rural até o começo da década de 1990 eram influenciados por um sentido político ideológico determinado por programas governamentais de caráter social e compensatórios.

Para Navarro (2001) o Brasil apresentou dois momentos significativos em sua história em que o desenvolvimento atraiu uma generalização de forças e interesses que exigiram programas governamentais, debates intelectuais e motivação social. O primeiro ocorreu após a década de 1950 até o final dos anos de 1970. Esse período pós II Guerra Mundial o mundo e o Brasil tiveram significativo crescimento econômico e a agricultura tinha peso econômico sobre as contas nacionais das nações. Essa pujança econômica estimulou a possibilidade de desenvolvimento para todos os países. No campo ocorreu uma forte integração das famílias rurais as novas tecnologias de produção padronizadas representadas pela “revolução verde”. A partir deste novo padrão tecnológico o mundo rural subordinou-se a novos interesses de grandes grupos de fornecedores e processadores da produção agrícola.

O segundo momento significativo, de acordo com Navarro (2001), ocorreu a partir da década de 1990 e caracteriza-se pela discussão pela impossibilidade do desenvolvimento ou pelas dificuldades de sua concretização. Para Navarro (2001) “a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento”. A partir da década de 1990 intensificou-se o processo de internacionalização das economias modificando as estruturas sociais, econômicas e societárias dos países. Essas alterações modificaram também o modo de agir dos governos e o tema desenvolvimento reapareceu nos debates e nas disputas sociais em escala global.

1.3.3 O desenvolvimento rural no Brasil a partir da década de 1990

Para Schneider (2010), o desenvolvimento rural no Brasil pode ser analisado sob três aspectos a partir da década de 1990: estabilização econômica e descentralização política; mudança na sociedade civil brasileira com maior participação dos movimentos sociais; e, a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente.

O primeiro aspecto está relacionado com a estabilização econômica e a descentralização política e financeira promovida pela Constituição de 1988 aos municípios brasileiros, responsabilizando-os também por políticas públicas de saúde, educação e segurança. Também a Constituição de 1988 contribuiu para o desenvolvimento ao cobrar a implantação e a promoção de direitos sociais, como a aposentadoria aos trabalhadores rurais, a demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas, uso das terras públicas para o extrativismo, o combate ao trabalho infantil e escravo.

O segundo aspecto diz respeito a mudança da sociedade civil brasileira ampliando sua diversidade e formas de expressão política, deixando de ser reivindicatória e contestatória e passando a ser proativa e propositiva por meio de associações, cooperativas, organizações não governamentais (ONGs). Essas organizações acabaram por contribuir em ações em que o Estado não se fez presente, tais como na prestação de serviços educacionais, saúde, assistência social e de vigilância sobre as políticas públicas a serem executadas.

O terceiro aspecto envolve a incorporação de noções de sustentabilidade e meio ambiente a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (ECO92), que passou a orientar ações políticas, pesquisas e regulamentar a realização de estudos de impactos ambientais causados pelas atividades econômicas. Navarro (2001) também chama a atenção para a questão da sustentabilidade e sua importância a partir da década de 1990. O autor cita o Protocolo de Kyoto e suas discussões sobre as mudanças climáticas oriundas das modificações ambientais e de formas predatórias de uso da terra. Essa discussão implicará em um novo processo de gestão dos recursos naturais por parte dos agricultores. Também a revolução tecnológica que está sendo implantada na agricultura trará maneiras diferentes de compreendermos os sistemas agrícolas e o modo de vida rural.

Além dos três aspectos que impactaram no desenvolvimento a partir da década de 1990, Schneider (2007), elenca quatro fatores que contribuíram para a elaboração sobre o significado de desenvolvimento rural no Brasil.

O primeiro fator corresponde às discussões sobre como a agricultura familiar contribui para a sociedade brasileira como modelo econômico, social e produtivo, fazendo oposição ao poder do agronegócio estabelecido no país. Isto se deve ao crescimento da agricultura familiar como uma categoria politicamente organizada e associada ao movimento sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 1990. Dessa forma foi possível lutar por

maior acesso ao crédito rural, por melhorias nos preços, nas formas de comercialização, pela aposentadoria rural e proteção contra a abertura da economia ao mercado internacional.

A importância da agricultura familiar também foi avaliada por Guilhoto *et al.* (2007) e mostrou que o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas, no período de 1995 a 2005, respondeu por aproximadamente 9% do PIB brasileiro. Segundo os autores, o segmento familiar constituído por pequenos produtores respondeu por parcela expressiva da riqueza nacional, apesar da insuficiência de terras, dificuldades creditícias, menor aporte tecnológico, assistência técnica precária e subutilização de mão de obra. Essa participação significativa no PIB por parte do segmento familiar decorre da existência de parcelas importantes do segmento familiar integradas aos setores agroindustriais e por meio da utilização plena de suas terras.

O segundo fator que contribui para o desenvolvimento rural no Brasil, de acordo com Schneider (2007), corresponde a crescente influência e ação do Estado no ambiente rural por meio de políticas públicas voltadas a reforma agrária e a segurança alimentar. O Estado brasileiro promoveu a legitimação da reforma agrária por meio da Lei Agrária e do Rito Sumário em 1993, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que ajudou a fortalecer os pequenos agricultores no Brasil. Também o governo brasileiro atuou no combate ao trabalho escravo e infantil, na regularização de áreas de quilombolas, na seguridade social do trabalhador rural. Como política de segurança alimentar houve uma unificação em 2003 das diferentes formas de transferência de renda e de subsídios diretos as populações mais pobres no programa da “Bolsa Família”, que hoje representa o principal programa político social do Estado brasileiro voltado à população rural e urbana pobre do país. Também o programa de aquisição de alimentos (PAA)¹⁸, criado em 2003, faz parte das estratégias de segurança alimentar no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e ajuda no fortalecimento da agricultura familiar. O PAA auxilia no desenvolvimento rural uma vez que permite que os governos federal, estaduais e municipais possam adquirir alimentos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas de forma direta e sem licitação.

¹⁸ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma Lei de “Chamada Pública” do Governo Federal criada com duas finalidades: combater a fome e fortalecer a agricultura familiar por meio da aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

O terceiro fator refere-se às mudanças nos fatores políticos e ideológicos, que possibilitou uma aceitação maior da reforma agrária e uma discussão sobre o modelo e a forma de sua execução. Também houve um maior esclarecimento, a partir da década de 1990, sobre as diferenças existentes no mundo rural brasileiro. Essas diferenças mostraram que há um dualismo entre a forma familiar de produção e agricultura patronal-empresarial, intensificando as disputas político-ideológicas entre o agronegócio e sua organização em cadeias de produção e a agricultura familiar que interfere no desenvolvimento rural.

O quarto fator relaciona-se com o desenvolvimento rural sustentável e a incorporação da questão ambiental as técnicas produtivas por meio da agricultura de base ecológica, que acabou por tornar-se uma possibilidade ao desenvolvimento rural sustentável, devido ao seu enfoque conservacionista e preservacionista da biodiversidade.

1.3.4 As principais linhas de pensamento sobre o desenvolvimento rural no Brasil

Conhecer quem são os principais formuladores de políticas de desenvolvimento rural, suas bases teóricas e seu pensamento são importantes para a compreensão das ações do Estado na promoção do desenvolvimento dos territórios rurais. Para compreender o desenvolvimento rural no Brasil a partir dos anos de 1990, Schneider (2007), construiu quatro abordagens que auxiliam no entendimento das diferentes linhas de pensamento sobre o tema na história recente do país.

A primeira abordagem tem como principais referências os trabalhos de Veiga e Abramovay sobre o papel das instituições, da inovação tecnológica e da sustentabilidade ambiental. A segunda abordagem diz respeito ao novo rural brasileiro, que mescla atividades agrícolas com não agrícolas e propositura de políticas compensatórias, tendo como principal autor Graziano da Silva. A terceira abordagem tem como principais autores José de Souza Martins e Zander Navarro e envolve os limites históricos e sociais, baseados na tradição como obstáculos ao desenvolvimento. E, a quarta abordagem é composta por estudos que focam o agronegócio e as cadeias agroalimentares, tendo como referências trabalhos de universidades brasileiras com a escola francesa sobre os complexos agroindustriais.

Em seu trabalho Schneider (2007) começa analisando as contribuições de Veiga e Abramovay para o desenvolvimento rural. Para esses dois pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) o desenvolvimento rural é explicado pelas questões relacionadas à inovação

e o empreendedorismo, as instituições e as políticas públicas, a construção de mercados e a sustentabilidade e o meio ambiente. Ambos os autores concordam sobre a importância da valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento de seu potencial dinamizador nas economias locais. Argumentam que a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são responsáveis pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais. Isto ocorre porque promove uma ampliação na sua capacidade de geração e agregação de valor à produção e também ajuda a reduzir os custos de transações por meio do aumento no nível de confiança entre os agentes econômicos e sociais envolvidos. Para estes autores o agricultor diferencia-se do camponês por apresentarem uma integração aos mercados que o estimula a virar produtor de mercadorias. Dessa forma os pequenos agricultores integrados aos mercados são constantemente estimulados a inovar e a se tornarem pluriativos por meio do *treadmill*¹⁹ tecnológico e de sua maior interação com o território.

Para Schneider (2007) os trabalhos de Veiga indicam que os territórios mais inovadores são aqueles em que a economia local gera uma demanda agregada por produtos e serviços estimulando a circulação, o empreendedorismo local e questionou a natureza territorial do espaço rural. Para Veiga (2002) o Brasil é mais rural do que os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abramovay, segundo Schneider (2007), utilizou-se da literatura sobre capital social e suas relações de confiança para explicar os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade que resultam em inovação para o desenvolvimento do território rural. Neste ponto, Schneider (2007) observou que há um consenso entre os trabalhos de Veiga e Abramovay sobre o papel das instituições no meio rural. As instituições auxiliam na produção de um ambiente estável, na redução de riscos e incertezas (produção e comercialização), no combate à pobreza e na geração de confiança, que é o tecido social responsável por uma maior coesão no desenvolvimento rural do território. O tema sustentabilidade ambiental abordado por Veiga (2002) é atualmente um fator importante para o debate sobre o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Para o autor, a perda de informações genéticas por meio da redução da biodiversidade é um

¹⁹ A ideia do *Treadmill* (esteira) foi introduzida por Willard Cochrane em 1958. O *treadmill* tecnológico provoca a redução dos custos de produção das *commodities* agrícolas, aumenta a oferta de produtos e consequentemente reduz os preços de mercado. Os primeiros produtores a adotar a nova tecnologia vendem sua produção a custo mais baixo, apropriando-se do aumento de renda agrícola. Com o aumento da produção ocorre queda nos preços de mercado. Os produtores que adotam tardiamente a nova tecnologia veem sua renda agrícola cair à medida que os preços caem. Assim são obrigados a adotar tecnologia de baixo custo para sobreviver com preços mais baixos. Dessa forma, os agricultores parecem estar em uma esteira, sempre correndo para adotar a mais nova tecnologia para ficar à frente da queda dos preços reais.

problema global e a queda da resiliência natural dos ambientes é um problema que afeta o desenvolvimento do território local.

O desenvolvimento rural no Brasil para Graziano da Silva; Del Grossi e Campanhola (2002), passa pela análise do processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária brasileira que ocorreu até o final da década de 1980. A partir da década de 1990 por meio do Projeto Rurbano, liderado por Graziano da Silva, identificou-se um “Novo Rural” no Brasil, onde há uma aproximação e um *continuum* daquilo que é rural e urbano. Para estes autores há a constituição de um “Novo Rural” por meio de três grupos de atividades: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas (moradia, lazer, atividades industriais e de serviços); um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado que não tinham importância econômica até recentemente (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais). Portanto, o “Novo Rural” seria constituído pela pluriatividade das atividades econômicas, combinando as atividades agrícolas e não agrícolas e promovendo uma maior integração da agricultura com o comércio e os serviços e entre o espaço rural e o urbano.

Para Kageyama (2008) o desenvolvimento rural resulta da combinação desses aspectos econômicos, sociais, ambientais e na diversificação. Os aspectos econômicos interferem no nível de renda das famílias; o aspecto social na qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural; o aspecto ambiental na preservação dos recursos naturais e das paisagens, que ajudam na diversificação das atividades econômicas que geram renda (pluriatividade) aos agricultores por meio de uma integração rural-urbana.

De acordo com Graziano da Silva (2001), além do “Novo Rural” considerado moderno pelos autores há também um grupo de agricultores denominados de “sem-sem” excluídos e desorganizados. Este grupo de “sem-sem” não possuem terra, emprego fixo, casa, acesso aos serviços de saúde, serviços educacionais e nem conseguem instituir uma organização para lutar por suas reivindicações. Graziano da Silva (2001) ressalta a importância das instituições e de políticas públicas para o atendimento destes produtores rurais marginalizados, como a reforma agrária seletiva para estes produtores, o Projeto Fome Zero²⁰ e de Segurança Alimentar²¹. Dessa forma, a modernização dos sistemas produtivos

²⁰ O Programa Fome Zero foi criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão

mostrou a incapacidade do agronegócio em promover e absorver estes produtores rurais nos processos de produção.

Ao analisar o reordenamento histórico do meio rural e ao processo de urbanização que ocorreu no Brasil, especialmente após a década de 1980, Martins (2001) concorda com Graziano da Silva (2001). Para Martins (2001), o rural é mais amplo do que dizem e não está mais reduzido ao agrícola porque atualmente se constitui de uma trama de relações econômicas, sociais, culturais e políticas que atuam dentro e fora do território. A agricultura tradicional brasileira também nunca foi estritamente agrícola e continua não sendo. Em muitos locais do Brasil é possível encontrar a prática da pluriatividade no âmbito da agricultura familiar. O autor cita como exemplo a cerâmica de Caruaru, em Pernambuco, que sempre foi uma atividade auxiliar da agricultura e se tornou uma atividade econômica urbanizada. Também relatou o caso de lavradores de Minas Gerais que deixam a roça por um período e empreitam construção de casas na cidade de São Paulo em busca de renda.

Segundo Schneider (2007) existe outra vertente de estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil, representada por José de Souza Martins e Zander Navarro, que analisam os condicionantes e as potencialidades das mudanças sociais no meio rural por meio das tradições políticas e pelo patriarcalismo. Para estes pesquisadores o desenvolvimento é limitado em função do poder e dos modos de dominação existentes nos espaços rurais: clientelismo, patriarcalismo, comportamentos e práticas políticas assentadas na pessoa (carisma) e numa estratificação social que dificulta a mobilidade social das pessoas, como se estivéssemos num sistema feudal. Para Martins (2001) e Navarro (2001) o desenvolvimento rural tem que levar em consideração o acesso aos recursos físicos (terra, infraestrutura, máquinas/equipamentos) e financeiros (crédito rural para plantio e comercialização agrícola).

De acordo com Schneider (2007), José de Souza Martins e Zander Navarro ressaltam a necessidade da promoção de processos radicais de democratização,

em que os grupos sociais deixariam de ser tutelados e controlados pelas elites e pelos mediadores (agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais). Sustentam, basicamente, que as próprias populações rurais deveriam organizar instâncias de gestão cuja institucionalização e legitimação passaria pelo Estado por uma via de mão dupla. De um lado, através da concessão

contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf>. Acesso em 13 nov. 2018.

²¹ Complementar ao Programa Fome Zero a Segurança Alimentar tem por objetivo garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação suficiente em quantidade e a preços compatíveis, de forma segura, nutritiva e que atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares de toda a população. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

de recursos (financiamento e infraestrutura) e por meio do reconhecimento de direitos (cidadania, acesso à terra) e, de outro lado, por meio da exigência de contrapartidas que se materializariam em melhorias nos indicadores de qualidade de vida e bem-estar social (escolarização, por exemplo) (SCHNEIDER, 2007, p.24).

Martins (2001) coloca que a modernização rural forçada provocou os desmantelamentos das velhas estruturas sociais, corroeu as instituições, desorganizou as comunidades, desmoralizou os costumes e deixou as populações degradadas. Essa modernização excludente beneficiou apenas parte da sociedade, privando milhões de pequenos produtores rurais de ter dignidade. A modernização excludente provocou a violação do modo de vida e das visões de mundo das culturas tradicionais pela imposição de mecanismos de dominação social e cultural que as elites locais construíram para legitimar seu poder e manter os privilégios, jogando os camponeses na pobreza.

Quanto à contribuição da sociologia para o desenvolvimento rural, para Martins (2001), os estudos realizados foram mais analisando as perturbações do agrícola no meio rural do que uma preocupação como o modo de ser e de viver dos camponeses e de sua inserção nos processos históricos e sociais. Para o autor houve uma compreensão inadequada por parte dos mediadores e formuladores de políticas em relação à população rural. Essa interpretação equivocada das reais necessidades das populações rurais, no Brasil, acabou por criar diversas formas de dominação e controle, tais como o clientelismo, o patriarcalismo e o populismo. Atualmente, a ideologia de domínio sobre as populações rurais sofre influência da tecnocracia estatal, dos partidos políticos, e das instituições. Segundo Martins (2001) isto pode ser observado nas formas de dominação presentes no Movimento dos Sem-Terra (MST), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à Igreja Católica e nos assentamentos de reforma agrária.

Para Martins (2001), os impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil começa pela definição do que é agricultura familiar. A agricultura familiar é uma organização social de reprodução da família relacionada diretamente com a terra e com a produção agrícola. Para o autor o termo agricultura familiar tem um sentido histórico e antropológico explicado por valores oriundos da tradição familiar. As estratégias de permanência da agricultura familiar não devem se limitar as questões de subsistência, mas de adaptar-se aos novos desafios gerados pelas transformações econômicas e sociais. Portanto, a característica essencial da agricultura familiar é mudar e se adaptar de acordo com as alterações que ocorrem na sociedade da qual ela se insere. A agricultura

familiar não envolve somente a produção agrícola, mas também “as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação a filhos e netos”. Ou seja, há toda uma conjuntura de relação social-familiar em que todos os ganhos econômicos e financeiros obtidos em outros setores da economia ou por meio de transferências de programas de distribuição de renda do governo, revertam para a manutenção e perpetuação do núcleo familiar.

Para analisar e caracterizar a família agrícola além de sua rede de relacionamentos por várias gerações e em vários lugares deve-se levar em consideração a multiespacialidade e a multitemporalidade. Essa multiespacialidade e multitemporalidade podem ser observadas por meio da persistência das práticas culturais rurais que continuam nas grandes cidades brasileiras. Segundo Martins (2001) há “uma resistência ao desenraizamento e de uma relutância em ser o sujeito definitivo que os censos supõem”. Há também um problema social oriundo do campo e que se revela nas cidades brasileiras, que são as migrações que se estabelecem em suas periferias e vivem em condições deploráveis.

Neste ponto, Martins (2001) concorda com Veiga (2002), o conceito do que é rural e urbano precisa ser revisto, porque há áreas metropolitanas com grande influência da cultura e modo de vida do meio rural. Segundo Martins (2001), há “um rural desruralizado pela adaptação à realidade e aos contrastes urbanos, formas residuais de viver e pensar não raro associadas a uma recusa radical do que o rural ainda é entre nós, como lugar de privações e insuficiências”. Também para Navarro (2001), o desenvolvimento rural ultrapassa a noção de rural-urbano. Isto ocorre porque não se limita as famílias rurais e a produção agropecuária, nem ao plano das interações sociais, que são principalmente rurais (comunidades, bairros e distritos rurais), mas envolve mudanças na vida social dentro dos municípios e podem ampliar-se para horizontes territoriais mais extensos. Dessa forma, poderá desaparecer o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal divisão.

Para Martins (2001) há um atraso na tomada de consciência e na formulação de uma consciência social e política em relação à crise das relações sociais no Brasil. Essa situação ocorre devido ao desencontro histórico entre a questão agrária e o discurso sobre essa questão, ou seja, há uma desigualdade entre a gravidade do problema e a intensidade dos discursos. Tanto a reforma agrária como a agricultura familiar dependem da compreensão do quadro histórico e dos desafios das políticas sociais. Existe no Brasil uma resistência social e política com relação à reforma agrária e as políticas de apoio à agricultura familiar. A reforma agrária

é uma questão que deve ser analisada em termos qualitativos (foi justa e correta) e não quantitativos por meio do número de assentamentos ou desapropriações que foram realizados.

O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. É o que assegura no campo e no interior a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais. Mesmo que a referência ideológica seja equivocada e insubsistente, posta além da realidade histórica de quem luta pela reforma ou é por ela alcançado. É uma descabida perda de tempo essa querela sobre números que, tanto num lado como no outro, representam algo diverso do que está sendo discutido (MARTINS, 2000, p.109).

Há tecnocratas governamentais que defendem que seria menos custoso aos cofres públicos se o governo fornecesse um auxílio financeiro às famílias dos sem terras. Isso asseguraria a sobrevivência dessas famílias de agricultores sem terras e o governo pouparia recursos com um programa de reforma agrária que envolveria transformações econômicas e sociais. Esse subsídio financeiro funcionaria como um desativador de tensões, mas Martins (2000) discorda dessa solução simplista, pois a luta pela reforma agrária representa uma inclusão e uma inserção social ativa, produtiva, participante e criativa dessas famílias de agricultores. É uma luta por dignidade, respeito e humanização da política econômica e não por aquilo que na consciência popular é tido como esmola.

Para Martins (2000) o Estado brasileiro agiu favorável a uma estratégia dos grandes fazendeiros ao instituir o regime de propriedade das terras pela Lei de Terras de 1850. Por meio dessa lei foi possível assegurar o controle político e econômico nas mãos dos grandes fazendeiros após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Esse domínio político e econômico começou a apresentar sinais de obsolescência cem anos depois, na década de 1950. O golpe de 1964 e a ditadura militar praticamente aniquilaram a esquerda que atuava no campo. Além disso, assegurou incentivos fiscais e subsídios para a conversão de empresas urbanas em grandes proprietários de terras, bem como a propriedade da terra e sua renda fundiária continuou sendo um dos fundamentos da acumulação de capital e do modelo de desenvolvimento capitalista do Brasil.

A falta de uma política de Estado para o setor menos favorecido, segundo Martins (2001), fez com que os protestos sociais organizados ficassem cada vez mais fortes a partir dos anos de 1980. Isso aconteceu porque houve uma mudança no perfil do trabalhador das grandes propriedades rurais. Os trabalhadores fixos das grandes propriedades foram substituídos por trabalhadores assalariados temporários e residentes fora das propriedades.

Essa mudança na relação de trabalho fez com que esses trabalhadores se organizassem e intensificassem os protestos contra a precarização do trabalho e a falta de uma política agrária que possibilitassem a eles o acesso à terra.

Os grandes proprietários de terras no Brasil do século XIX postergaram o problema da questão agrária e não reconhecerem a necessidade social e histórica do trabalho e dos direitos dos trabalhadores do meio rural. Preferiram criar um regime de propriedade que assegurasse seus privilégios e gerasse um excedente de trabalhadores rurais dependentes e não emancipados, que se rebelaram e começaram a exigir de forma mais incisiva seus direitos a terra a partir dos movimentos sociais do campo na década de 1980. Foi o momento de esgotamento do modelo das relações contraditórias entre o proprietário de terra e o trabalhador rural que havia sido instituída pela Lei de Terras (MARTINS, 2001, p.2).

A postergação da resolução da questão agrária proporcionou uma mistura histórica da questão do trabalho rural com a questão da posse e domínio da terra. Essa escolha adiou as modificações na relação do capital e do trabalho no Brasil, de acordo com Martins (2001). A Revolução de 1930 conseguiu impor um código de trabalho para os trabalhadores urbanos, mas não alterou as relações do trabalhador rural com os proprietários de terras, tornando o trabalhador rural como uma espécie de categoria residual da sociedade brasileira.

Trabalhadores presos ainda a formas relacionais arcaicas, em que a exploração econômica aparecia embutida em sujeição pessoal. Foi essa uma forma de assegurar a paz política no campo e o apoio das oligarquias à modernização econômica parcial e setorial da sociedade brasileira. Foi, ao mesmo tempo, o meio de assegurar uma espécie de institucionalização da acumulação primitiva às custas da superexploração do trabalho e da segregação dos trabalhadores rurais em relação aos benefícios do desenvolvimento industrial. Sem contar a função de exército industrial de reserva em que veio a se constituir a massa dos trabalhadores rurais. Um meio, portanto, de subsidiar a industrialização e a acumulação do capital às custas de um trabalhador rural de baixo perfil. Um trabalhador conformado, confinado nos limites tépidos de necessidades sociais circunscritas, privado de direitos sociais reconhecidos (MARTINS, 2001, p.7).

Martins (2001) também questiona a atuação dos grupos de mediação constituída por integrantes da classe média que procuram dar “voz a quem não tem voz”. Essa politização de fora para dentro das demandas camponesas, sem a participação das pessoas diretamente envolvidas nas decisões vem ocorrendo historicamente no Brasil, como em Canudos²² e no

²² A Guerra de Canudos (1896-1897) foi o confronto entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil. O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que encontrava a região à época,

Contestado²³. Para o autor, os grupos de mediação, oriundos de setores da classe média brasileira, com o objetivo de ajudar os pobres e as vítimas das injustiças acabam impedindo e bloqueando a criatividade social e política dos agricultores sem-terra na busca de soluções políticas emancipadoras para seus problemas de desenvolvimento.

Alexandre Neto (2006) concorda com Martins (2001) ao afirmar que as percepções dos agentes econômicos e instituições pertencentes ao espaço rural são distintas das populações e agentes externos. A percepção por parte dos agentes econômicos e institucionais que fazem parte do meio também não é única, pois dependem da atividade que desenvolvem e da competência de intervir no local. Assim como, a complexidade da compreensão dos agentes externos depende do seu grau de comprometimento e envolvimento em relação ao território rural. A forma como se encara e se entende o território rural condiciona o posicionamento e o relacionamento dos agentes internos e externos com o território.

Segundo Martins (2001, p.22),

tanto MST, quanto Igreja e PT não tem a menor clareza quanto às orientações altamente conservadoras dos valores fundantes das demandas sociais de sua clientela: a religião, a família, a propriedade, a comunidade, o trabalho familiar. O abismo claro entre a retórica radical, supostamente de esquerda, e as características sociais próprias dos grupos em nome dos quais falam, já tem se revelado em vários episódios e desencontros, sobretudo após a realização do assentamento dos reivindicantes de reforma agrária.

Em seu trabalho “Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil”, Martins (2001), elaborou um cenário que pode ser aproveitado pelo momento atual da política brasileira. Para o autor haveria uma inversão da política fundiária do governo, movidos por interesses de grupos de direita, contrários a qualquer interferência no regime de propriedades estabelecidos. Essa situação política representaria um

historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas, de desemprego crônico; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Disponível em: <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/>>. Acesso em 12 nov. 2018.

²³ A Guerra do Contestado ocorreu 1912 e 1916, em uma área povoada por sertanejos, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina. Eram pessoas muito pobres, oprimidas, que não possuíam terras e também padeciam com a escassez de alimentos. Subsistiam sob a opressão dos grandes fazendeiros e de duas empreendedoras americanas que operavam ali – a *Brazil Railway*, responsável pela implantação da via ferroviária que uniu o Rio Grande a São Paulo, e uma madeireira. A *Brazil Railway* obteve do governo, como forma de remuneração pelos serviços prestados, o equivalente a 15 mil metros de terras, uma em cada margem da estrada de ferro, para explorar a erva-mate, os pinheiros e as imbuías. Deram início então à retirada forçada dos nativos, que ocupavam ilegalmente um pedaço de terra, na qual trabalhavam. Os nativos se colocaram contra o governo e as multinacionais e as oligarquias. Os sertanejos encontraram o apoio que precisavam no monge José Maria, figura muito respeitadas por esse povo. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-do-contestado/>>. Acesso em 12 nov. 2018.

retrocesso nos avanços obtidos ou uma paralisia de iniciativas apoiadas pela inércia dos setores burocráticos do Estado brasileiro. Um exemplo disso foi a atual extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e sua transformação em uma Secretaria incorporada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Dessa forma, esses setores de direita continuarão a regular as decisões governamentais, e a agricultura familiar ficará exposta as leis do mercado, sem ou com baixo apoio institucional, que assegure sua sobrevivência e expansão.

Para Navarro (2001), atualmente o desenvolvimento rural apresenta certo desencanto, pois os atores sociais rurais seriam politicamente frágeis, despreparados e sem interesses em promover mudanças mais profundas. Essa fragilidade dos atores sociais, segundo Navarro (2001), ocorre devido à instabilidade financeira destes agentes e a subordinação aos interesses do Estado e das elites políticas locais.

Segundo Schneider (2007), Zander Navarro sustenta que

O caráter revolucionário e transformador dos movimentos sociais (assim como de outros atores) foi lentamente esvaziado e confinado a um discurso retórico e a uma ideologia ultrapassada que estariam em contradição com as próprias práticas que vigoram no interior destas organizações, que seriam assentadas em formas de dominação e controle clientelistas e pouco democráticas (SCHNEIDER, 2007, p.26).

Para Navarro (2001) o desenvolvimento rural é uma interação e uma sobreposição de cinco definições de desenvolvimento: desenvolvimento agrícola ou agropecuário, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural propriamente dito, desenvolvimento rural sustentável e o desenvolvimento local. Por meio destas definições, Navarro (2001) apresenta uma revisão sobre algumas diferenças conceituais a respeito do que é desenvolvimento rural nestes últimos quarenta anos no Brasil.

O *desenvolvimento agrícola ou agropecuário* refere-se à produção agropecuária (área plantada, produtividade, tecnologia, economicidade, uso do trabalho como fator de produção). O *desenvolvimento agrário* acompanha as mudanças sociais e econômicas no longo prazo. Também, analisa as instituições e as políticas do período, as disputas de classes, as condições de acesso e uso da terra, as relações de trabalho e os conflitos sociais, ou seja, a vida social rural e sua evolução. O *desenvolvimento rural* é aquele que tem por objetivo final melhorias no bem-estar das populações rurais com o passar do tempo. Na década de 1970 o desenvolvimento rural era avaliado pela intensificação tecnológica e a adoção de insumos modernos pelos produtores rurais como estratégia de aumentos de produtividade e elevação

da renda dos produtores. Atualmente o conceito de desenvolvimento rural é diferente devido às alterações conjunturais e aos novos condicionantes de desenvolvimento que a economia impõe as famílias e as atividades rurais. Ao *desenvolvimento rural sustentável* foi acrescentado o componente ambiental derivado das preocupações crescentes da sociedade sobre os impactos ambientais derivados da exploração dos recursos naturais. Finalmente, o *desenvolvimento local* que deriva de duas mudanças ocorridas a partir da metade da década de 1990. A primeira mudança foi o aumento no número de Organizações Não Governamentais (ONGs) que delimitaram suas formas de trabalhar em ações locais. A segunda mudança foi o processo de descentralização e a transferência de responsabilidades da União Federal e dos Estados da Federação para os municípios com a Constituição de 1988, valorizando ainda mais o local (NAVARRO, 2001, p.88).

Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural no Brasil apresenta alguns limites que dificultam a elaboração de estratégias para a sua promoção. Começa com a abertura comercial e o aumento da concorrência externa que dificultam a ação estatal na elaboração de programas de desenvolvimento por meio da restrição de sua autonomia nas tomadas de decisão. Outra dificuldade é a heterogeneidade do território agrícola brasileiro, com regiões com intenso dinamismo econômico e tecnológico e com oposição de locais que parecem permanecer no passado, distante de padrões institucional satisfatório. Essa diversidade do rural brasileiro é o primeiro desafio para a elaboração de iniciativas institucionais distintas que promovam o desenvolvimento rural do país respeitando suas especificidades.

Pensando nessas especificidades, Navarro (2001), sugere diferentes soluções para as regiões brasileiras. Para o Nordeste do país a solução para o desenvolvimento seria uma reforma agrária alterando a distribuição das terras e apoiados por programas educacionais, de renda mínima e de serviços de saúde. Na região Norte do Brasil os assentamentos rurais têm que considerar as questões ambientais e o manejo dos recursos naturais. As estratégias para a região Norte devem considerar a questão dos mecanismos de desenvolvimento limpo e o crédito de carbono como fontes de receitas financeiras. Para a região Sul do Brasil a reforma agrária perdeu o significado sendo recomendável uma política de crédito fundiário associada ao financiamento de atividades produtivas (comercialização e agroindustrialização) para as famílias mais jovens recém-constituídas.

Navarro (2001) sugere uma aliança para o desenvolvimento rural por meio de uma coalização de forças sociais de distintas orientações políticas. Dessa forma garantir-se-ia um processo de mudanças nacionais de forma democrática e se reduziria gradativamente as

desigualdades sociais e econômicas, respeitando-se heterogeneidades das regiões brasileiras. O desafio de ordem política e ideológica seria libertar as organizações populares do campo de suas incertezas ideológicas.

Segundo Navarro (2001) o desenvolvimento rural deveria se moldar levando em consideração suas limitações históricas, porque não há mais um Estado capaz de realizar uma forte intervenção no campo. Essa limitação do Estado se deve ao desmonte dos serviços de extensão rural e assistência técnica aos produtores rurais brasileiros. A segunda razão das limitações do desenvolvimento rural é a competição com a área urbana do país por recursos públicos para os investimentos nas áreas sociais. Também o foco de uma estratégia de desenvolvimento rural tem que considerar a questão ambiental e a preservação dos recursos naturais, como água, solos e bacias hidrográficas.

Para Schneider (2007) o que os trabalhos de Martins e Navarro querem demonstrar é que para um programa de desenvolvimento rural ser bem-sucedido as ações implementadas devem ser sustentáveis, duradouras e não regredirem após o apoio externo desaparecer. Isto significa tornar as mudanças em algo concreto, eliminando as causas anteriores que impediam o desenvolvimento do local.

A quarta abordagem sobre desenvolvimento rural elencada por Schneider (2007) a partir da década de 1990, analisa as formas de integração da agricultura familiar às cadeias agroindustriais e aos mercados e quais as implicações sociais desse processo. Assim, essa linha de estudo sobre desenvolvimento rural poderá contribuir no entendimento de como os pequenos produtores rurais e suas organizações podem fazer frente a esse modelo produtivo e econômico estabelecido. Segundo Schneider (2007), “o enfoque agroindustrial ou agroalimentar é uma referência importante no âmbito dos estudos rurais no Brasil”. O desafio da pesquisa é entender

como os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os produtores artesanais, os extrativistas e tantas outras categorias de pequenos produtores poderão se integrar a um modelo de desenvolvimento capitalista que preconiza, cada vez mais intensamente, o consumo de alimentos que cujos atributos são qualidade, higiene, frescor, teor de gordura, etc. (SCHNEIDER, 2007, p.27).

Segundo Schneider (2007) é necessário que haja uma discussão sobre o papel dos mercados, das inovações tecnológicas e das cadeias produtivas no processo de desenvolvimento rural. Para o autor a sobrevivência do produtor depende de sua capacidade em acompanhar a inovação tecnológica, entender e saber como atuar sobre o mercado de produtos de origem agrícola e de realizar uma gestão mais profissional de sua propriedade

rural. Como se pode observar, os estudos sobre desenvolvimento rural desta abordagem tratam de uma agricultura familiar mais capitalizada e localizada em regiões mais dinâmicas das economias rurais. Portanto, os novos desafios dessa produção agroalimentar tornam-se a segurança alimentar, do ponto de vista de sanidade; uma produção cada vez mais sustentável, reduzindo os impactos ambientais causados pelo setor; e, uma produção justa do ponto de vista social, levando em consideração as questões éticas, morais e humanitárias.

Segundo Schneider (2007) a participação da agricultura familiar no conjunto da economia até o presente momento ocorre de forma marginal e na informalidade quando se trata dos aspectos sanitários, fiscais, trabalhista e previdenciário. Com a globalização e as mudanças do sistema capitalista, pode ser que surjam novas oportunidades para a agricultura familiar, desde que esta consiga competir e ser capaz de preencher os espaços deixados pelas grandes agroindústrias. Para Schneider (2007) o desafio para a agricultura familiar consistiria de

sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou *non-standards* (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de “economia da qualidade”. A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social (*embeddedness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais. Neste cenário, os agricultores familiares precisariam desenvolver habilidades para construir os novos mercados, saber “ler as tendências e os gostos dos consumidores”, ser capaz de organizar redes sociotécnicas (de tipo *fair trade* ou solidárias) e cadeias curtas de produção (*short supply agrifood chains*) que permitam atender a demanda SCHNEIDER (2007, p.29).

Mas, para superar essas dificuldades existem algumas barreiras a serem vencidas: a baixa escolaridade dos agricultores; o tamanho dos mercados locais e sua baixa capacidade em absorver os excedentes produzidos; a escala produtiva elevada exigida pelas grandes redes de supermercados e de comércio atacadista; e a garantia de que os direitos da propriedade e a apropriação dos resultados da produção, pois muitos agricultores não sabem elaborar e analisar contratos e ficam vulneráveis a todo tipo de riscos. Esse é um típico problema a ser enfrentado pelos produtores rurais de Cândido Rodrigues/SP, amostra de aplicação deste estudo.

Além das quatro abordagens sobre o desenvolvimento rural, Schneider (2007) apresenta mais três contribuições para o desenvolvimento rural no Brasil a partir dos anos de 1990. A primeira contribuição resulta do esforço de pesquisadores das universidades brasileiras e francesas quanto à utilização da multifuncionalidade no meio rural brasileiro. Para isso procurou-se levantar o quanto as políticas públicas poderiam beneficiar a agricultura

familiar, a reforma agrária e os territórios rurais. Isso permitiria recuperar a lógica camponesa da agricultura familiar, pois haveria uma ruptura com enfoque setorial agrícola do rural e possibilitaria focar a análise sobre as famílias e os territórios rurais. A segunda contribuição diz respeito a uma participação mais ativa do papel do Estado no processo de afirmação de direitos, redução das desigualdades e acesso a capacitação. A participação do Estado eliminaria as desigualdades sociais e contribuiria para acabar com a pobreza no meio rural. A terceira contribuição procura discutir o desenvolvimento do ponto de vista das potencialidades dos pequenos municípios e microrregiões em promover o desenvolvimento do local e do território. Parte da valorização do local como espaço a sofrer as intervenções do planejamento para o desenvolvimento do meio rural.

Schneider (2007) procurou por meio de seu trabalho “Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil” apresentar quais foram os principais fatores que contribuíram para que a discussão do tema desenvolvimento ganhasse legitimidade. Para o autor o Estado exerce um papel importante por meio das políticas públicas e da reforma agrária na promoção do desenvolvimento do espaço rural. Assim, o desenvolvimento rural no Brasil sofre de um dualismo político e ideológico entre o agronegócio e a agricultura familiar. Outro ponto relevante foi que as questões ambientais e de sustentabilidades do sistema tornaram-se relevantes nas discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável. Também restam dúvidas a respeito sobre o que e como pensam os atores sociais, as organizações e instituições que atuam no meio rural.

Assim com Schneider (2007), Veiga (2006), Graziano da Silva; Del Grossi & Campanhola (2002), Navarro (2001), para Kageyama (2008), qualquer tipo de análise sobre a trajetória do desenvolvimento rural deve levar em consideração a diversidade dos atores envolvidos, as atividades empreendidas e quais foram os motivos dessa diversificação; também se deve avaliar a multifuncionalidade de uso dos recursos disponíveis: terra, trabalho, conhecimento e os recursos naturais envolvidos.

De acordo com Knickel e Renting (2000), a agricultura, mais do que uma atividade rural, tem a capacidade de desempenhar um papel integrador no desenvolvimento rural. Assim, qualquer avaliação sobre desenvolvimento tem que levar em consideração a inter-relação e interdependência entre as unidades agrícolas, as áreas rurais, o meio ambiente e a sociedade. Para isso esses autores sugerem quais são os aspectos mais importantes em cada nível de análise. Para o nível de unidade agrícola o que mais importa são as relações entre as diferentes atividades, a capacidade de reorganizar as práticas agrícolas em novas atividades e

em novos produtos. No nível do domicílio rural o que importa são as estratégias familiares para um uso eficiente dos recursos, as interrelações e as participações em redes urbanas locais e regionais, e a existência da pluriatividade. Em nível regional avaliam-se quais são as contribuições das diversas atividades econômicas na geração de empregos e renda pela pluriatividade (paisagem, relações entre empresas agrícolas com empresas de outros setores), os efeitos de multiplicação e substituição, e, a cooperação em nível local e regional. Em nível global analisam-se as relações entre a agricultura, os interesses da sociedade e as demandas que ocorrem sobre as áreas rurais (recreação, meio ambiente e serviços).

Ao realizar uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial em níveis locais e regionais, Kageyama (2008), observou que existe um conjunto de seis elementos que favorecem ao desenvolvimento. O primeiro elemento refere-se à integração mercantil da comunidade rural com as cidades de porte médio e sua capacidade na criação de atividades terciárias e no suprimento de informações para a atividade agrícola moderna (instituições de ensino, pesquisa e informações especializadas para a produção regional). O segundo elemento é a combinação de uma agricultura familiar com um processo de urbanização e industrialização e um mercado local para o consumo de produtos diversificados e com capacidade de fornecimento de insumos e trabalho para a indústria local. O terceiro elemento observado é que a pluriatividade das famílias rurais retém a população no campo e reduz sua migração para o ambiente urbano. O quarto elemento é a diversidade dos meios geradores de renda, reduzindo a dependência exclusiva das atividades agrícolas e melhorando a autonomia dos produtores rurais. O quinto elemento que ajuda no desenvolvimento são os programas de geração de empregos e melhoria na qualidade de vida dos moradores do meio rural, reduzindo as migrações e o isolamento. O sexto, e último elemento, diz respeito a existência de recursos territoriais que possibilitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, queijos, doces), e se apropriando das externalidades positivas que o território proporciona.

Por meio do estudo sobre desenvolvimento rural, Kageyama (2008) concluiu que o crescimento do emprego nas áreas rurais depende dos atores rurais em exercer um papel ativo em redes internas e externas para estimular o crescimento do emprego. A capacidade das comunidades em promover uma autoajuda também favorece o crescimento da ocupação da população economicamente ativa do território. E, as relações de confiança medidas pelo capital social e os aspectos culturais das áreas rurais impactam diretamente na geração de empregos.

2 O DEBATE SOBRE O DESAPARECIMENTO DAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL

2.1 As pequenas unidades de produção rural irão sobreviver?

Análises de Buainain *et al* (2013) sugerem que devido à dinâmica econômica concentradora da produção haverá cada vez mais um aprofundamento da diferenciação social entre pequenos e grandes produtores e uma intensa seletividade entre os produtores rurais. Para estes autores “em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização” (BUAINAIN *et. al.*, 2013).

A conclusão da tendência ao desaparecimento das pequenas unidades de produção rural é de autores como Alves *et al.* (2012) e Buainain (2013) baseada no Valor Bruto de Produção transformado em salários mínimos mensais. Ao fazer essa análise é possível observar que três milhões de unidades produtivas se apropriam de apenas 3,3% do total da renda bruta e que 0,62% (30 mil estabelecimentos rurais) foram responsáveis pela metade do valor da produção total.

Para Helfand *et al* (2014), há todo um debate a respeito do desaparecimento dos camponeses ou pequenos produtores rurais. Mas há evidências históricas, com base nos dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970, 1980 e 2006, que o número de estabelecimentos tem se mantido estável nesse período. Helfand *et al* (2014) fizeram uma análise, por meio de uma tendência linear ajustada, que demonstrou uma queda de 6.626 estabelecimentos por ano. Mantida essa tendência seriam necessários mais 37 anos para que o Brasil reduzisse em 5% o número de estabelecimentos agrícolas atuais. O que pode explicar esta manutenção no número de propriedades pode ser a resiliência do produtor rural em se adaptar as suas necessidades de sobrevivência no campo e ao fato de que não existam oportunidades suficientes ou melhores fora da agricultura para a sua sobrevivência.

Dessa forma se confirma a colocação de Martins (2001), de que nem todos dependem de rendimentos monetários para viver no campo e que a subsistência da família passa a ser prioridade por meio da produção direta dos meios de vida. Observações estatísticas e econômicas em uma economia dual como a brasileira pode não estar considerando os traços

culturais do pequeno produtor rural e sua economia do excedente. A análise da sobrevivência destes pequenos empreendimentos rurais deve extrapolar a simples noção de maximização de lucro nas atividades desenvolvidas, conjugando elementos que contribuem para a manutenção destes agentes no campo. Isto porque,

nem todos dependem de rendimentos monetários para viver. São numerosos, ainda, na roça, aqueles para os quais os ganhos monetários, muito variáveis, aliás, não constituem propriamente o decisivo na sobrevivência da família. Nela a subsistência da família é assegurada prioritariamente pela produção direta dos meios de vida. Então, sim, pode-se entender que uma família até viva sem nenhuma renda monetária nessa economia peculiar que denomino de economia do excedente (e não de subsistência), em que parte da produção própria é consumida em casa e parte é comercializada. Seria ficção medir em dinheiro o que não circulou no mercado (MARTINS, 2011, p.17).

Em seu trabalho a “Estrutura da produção no campo em 1980”, Kageyama e Bergamasco (1989/1990), mostram que, apesar da venda da produção ser importante para a receita dos estabelecimentos, nas unidades puramente familiares a produção para o consumo próprio tem uma correlação com o trabalho familiar utilizado. Ou seja, demonstra-se a importância da produção para o autoconsumo, que é a diferença entre o valor da produção e a receita de venda dos produtos agropecuários. Fato também observado por Hoffmann (2014) ao analisar a importância do consumo e processamento da mandioca pelos pequenos produtores rurais e colocando o excedente (48,9%) para ser vendida no mercado.

Helfand *et al* (2014), com base em vários Censos Agropecuários²⁴, mostram que o número e a parcela de estabelecimentos por classe de tamanho no Brasil permaneceram estáveis entre 1970 e 2006. Em 1970 havia em torno de 4.924.019 estabelecimentos agropecuários e em 2006, existia 4.920.617. Ao analisar a parcela dos estabelecimentos por tamanho, Helfand *et al* (2014), verificaram que em 1970 havia 51,4% com menos de 10 hectares e em 2006, existem ainda 50,3% desses estabelecimentos. Portanto, as pequenas unidades de produção agrícola não estão desaparecendo. A parcela dos estabelecimentos com menos de 100 hectares caiu de 90,8% para 90,4% e a parcela acima de 1.000 hectares aumentou de 0,8% para 1,0%. A pergunta que deveria ser feita é: como essas pequenas unidades de produção permanecem? Quais são suas estratégias de sobrevivência?

O tamanho da propriedade e a escala produtiva não deixam de ser um componente significativo da renda e da pobreza, mas também não se pode esquecer que a terra, a

²⁴ De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, o Brasil apresenta atualmente 5.072.152 estabelecimentos rurais. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017/resultados-preliminares.html>>. Acesso em 13 nov. 2018.

tecnologia e os insumos são necessários ao processo de produção agrícola e na determinação da renda do produtor rural. Mas isto não se mostrou suficiente para justificar o desaparecimento da pequena unidade de produção. Para Helfand *et al* (2014) há três razões que ajudam a explicar o não desaparecimento dos pequenos e médios estabelecimentos: uma pequena parcela de pequenos e médios produtores é competitiva no mercado; apesar da baixa renda gerada na maioria destas propriedades, a falta de alternativas fará com que estes produtores continuem na atividade produzindo o que podem; e, as políticas públicas de distribuição de renda (aposentadoria, Bolsa Família, Pronaf) que permitem a permanência na atividade agrícola.

Kageyama e Bergamasco (1989/1990), no trabalho “A estrutura da produção no campo em 1980”, procuraram fazer uma análise dos mais de 5 milhões de produtores agrícolas no país e qual a sua importância para a economia brasileira dos anos de 1980. Mostraram que havia uma significativa heterogeneidade interna na produção familiar, quando comparada a principais características das empresas capitalistas do setor agrícola nacional. Para comprovar essa heterogeneidade, Kageyama e Bergamasco (1989/90), utilizaram-se das diferentes relações de trabalho predominantes na produção dos estabelecimentos agrícolas com base nas informações do Censo Agropecuários de 1980 e apresentam sua tipologia, sintetizada na Figura 1.

Kageyama e Bergamasco (1989/1990) classificaram os estabelecimentos agrícolas em dois subconjuntos. O primeiro subconjunto é composto por estabelecimentos dirigidos por administrador ou responsável e por estabelecimentos que não utilizam nenhum membro não remunerado da família, denominado como ‘empresa capitalista’.

O segundo subconjunto ficou definido como o que não são dirigidos por administrador contratado (conjunto de unidades familiar) e que usam mão de obra familiar nos processos de produção agrícola. Esse conjunto de unidades familiares caracterizou-se por serem dirigidas pelo próprio produtor rural e por utilizar a mão de obra familiar nos processos produtivos internos.

Figura 1: Tipologia dos estabelecimentos agropecuários no Brasil com base no Censo Agropecuário de 1980.

Total de Estabelecimentos com declaração de área (5.151.155 estabelecimentos)			
Estabelecimentos sem mão-de-obra familiar: com administrador ou com 1 responsável (1.462.737)	Estabelecimentos com mão-de-obra familiar ou conjunto familiar (3.688.418)		
	Empresas Familiares: membros não remunerados da família + empregados permanentes (com ou sem temporários) (242.050)	Familiar + Temporário: membros não remunerados da família + empregados temporários (1.195.903)	Familiar Puro: só membros não remunerados da família (2.250.465)

Fonte: Adaptado de Kageyama e Bergamasco (1989/1990, p.59)

Por meio da heterogeneidade das relações de trabalho interno aos estabelecimentos rurais, Kageyama e Bergamasco (1989/1990), diferenciaram a produção familiar segundo a participação do trabalho assalariado nas atividades internas as unidades de produção agrícola. Esse critério possibilitou classificar esses estabelecimentos em três tipos de unidades familiares: estabelecimentos familiares puros, que não contrata nenhum tipo de trabalho externo a família do produtor; estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários, que além do trabalho da família contratam empregado temporário; empresas familiares, que além do trabalho da família contratam empregado permanente.

Ou seja, na década de 1980 havia no Brasil cerca de 3,7 milhões de estabelecimentos “familiares” de produção agrícola, que representam aproximadamente 71,5% do total dos estabelecimentos, 42,3% da área total de produção levantada no Censo e 74% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira. Concluem as autoras Kageyama e Bergamasco (1989/1990) que esses 3,7 milhões de estabelecimentos “familiares”, são dependentes em maior ou menor grau do trabalho direto da família em suas atividades produtivas. E esses estabelecimentos produtivos podem ser grandes ou pequenos, sendo que quanto menor a participação da mão de obra familiar maior o estabelecimento.

2.2 O aumento no número de pequenas unidades de produção rural

Em sua obra “O debate sobre a pertinência da reforma agrária no Brasil”, Mattei (2014), procurou sistematizar os principais argumentos de um grupo de pesquisadores da área de Ciências Sociais e Humanas que são favoráveis e contrários à reforma agrária no Brasil.

De acordo com Mattei (2014), o debate a respeito da posse da terra sempre fez parte do debate político nacional, especialmente após o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST). Para os pesquisadores que defendem a reforma agrária, citados por Mattei (2014), esta sempre foi um dos principais instrumentos para transformar a sociedade brasileira por meio da redução da pobreza, melhorias na dinâmica populacional, modernização da agricultura, mudança nas relações de trabalho no campo e êxodo rural.

Mattei (2014) analisa os trabalhos de José Graziano da Silva. Para esse pesquisador há que se fazer uma distinção conceitual entre questão agrícola e questão agrária. A questão agrícola relaciona-se com as mudanças nos processos de produção (o que, onde e quanto se produz), enquanto a questão agrária, além de considerar o que, onde e quanto produzir, preocupa-se com as transformações nas relações de produção (como e de que forma se produz), ou seja, como se organiza o trabalho e a produção, o emprego e a produtividade dos trabalhadores.

Segundo Szmrecsanyi (2010), foi a partir da década de 1970 que se intensificou a substituição da economia natural pela atividade agrícola integrada aos complexos agroindustriais. Houve uma integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura (máquinas e insumos), a produção agrícola primária, a agroindústria processadora, e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para financiar o setor agroexportador. Dessa forma, o Brasil promoveu sua “modernização conservadora” para o setor agrícola nacional. Essa “modernização conservadora”, além de trazer problemas antigos de desenvolvimento agrário (propriedade da terra, classes sociais rurais), revela novas questões estruturais com relação à concentração e centralização do capital financeiro aplicado ao setor agropecuário brasileiro. Ou seja, um processo excludente que beneficiou principalmente os médios e grandes proprietários de terras por meio de uma tecnificação crescente e integrados aos complexos agroindustriais. As pequenas unidades de produção ficaram condenadas a atividades marginais do ponto de vista produtivo, produzindo para o autoconsumo e

comercializando seu excedente localmente, ficando cada vez mais dependentes de políticas públicas para sobreviverem.

A reforma agrária ajudaria na constituição de novas unidades produtivas capazes de absorver nosso excedente populacional, especialmente se ela permitisse a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, necessitando dessa forma áreas menores reduzindo o custo de cada família assentada. As atividades não agrícolas permitiriam a ocupação das pessoas “sobrantes” dos demais setores da economia, que não conseguiram uma inserção nas atividades urbanas. Além de absorver este excedente de população, as pequenas unidades de produção trariam alívio para a infraestrutura urbana de transportes, habitação, saneamento, saúde, educação, segurança, etc. Ou seja, a reforma agrária e o estabelecimento de pequenas unidades de produção, não tem que ter um caráter essencialmente agrícola, pois ela serve para absorver o excedente populacional do país que as cidades não têm condições de incorporar em suas estruturas.

Segundo Graziano da Silva, citado por Mattei (2014),

Mesmo diante deste cenário caótico, o autor reconhece que essa política criticada conseguiu dar casa, comida e trabalho para mais de 400 mil famílias, as quais certamente não conseguiriam – devido suas condições sociais – ser absorvidas pelas novas fábricas e indústrias que se instalaram no país. Desta forma, justifica-se a continuidade das políticas agrárias, comparando-se os custos do sistema prisional para se manter um presidiário e os custos de uma família assentada. Além desses últimos custos serem inferiores aos primeiros, deve-se registrar que a maior parte dos recursos investidos retornam para a sociedade de forma direta (produção agrícola) e indireta (famílias assentadas viram cidadãos de fato) (GRAZIANO DA SILVA, citado por MATTEI, 2014, p.401).

Para Delgado (2008), a política agrícola orquestrada pelos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula teve como prioridade apoiar o agronegócio exportador na busca por superávit na Balança Comercial, fortalecendo o Balanço de Pagamentos do Brasil. Dessa forma essa política econômica para área rural não alterou a estrutura agrária, tornando a reforma agrária uma parte insignificante dos programas de governo.

A expansão das exportações de commodities agrícolas, especialmente no governo Lula, foi favorecida pelo aumento da demanda desses produtos liderados pelas compras chinesas e pelo aumento nos preços internacionais dessas commodities. Essa situação promoveu uma expansão da atividade econômica do setor. Mas para Delgado (2008), nenhum país do mundo se desenvolve dependendo única e exclusivamente da manutenção de uma situação favorável no comércio internacional de produtos primários. Isso porque quando houver uma queda na demanda externa ou nos preços internacionais e o nosso país não tem os

demais setores da economia desenvolvidos, ocorre um retrocesso para o crescimento e o desenvolvimento do país.

A dependência do Brasil da exportação de commodities agrícolas fortalece o agronegócio, mantém a estrutura agrária intocada e dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar e das pequenas unidades de produção. Para Delgado (2008), essa situação impossibilita a construção de um crescimento sustentável do país e nem mudanças significativas na estrutura agrária. A manifestação mais concreta disso é a total prioridade que o governo imprime à reprimarização da economia ou a volta ao modelo primário exportador, que tem o agronegócio como carro chefe.

De acordo com Mattei (2014) há uma correlação entre o agronegócio e a apropriação de capital com apoio do Estado brasileiro. Essa situação ajuda explicar o porquê da concentração da riqueza nacional, das expropriações dos recursos naturais e da “modernização conservadora”. Segundo Delgado (2008), houve uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador no Brasil nos últimos anos, em detrimento da agricultura familiar, colocada como um atraso. Mas, o atraso é justamente a priorização de um modelo agroexportador de produtos primários baseado no grande capital e em grandes latifúndios de produção. Para Delgado (2008, p.3), o atraso é priorizar este modelo “em detrimento do crescimento industrial, do setor de serviços, da agricultura sustentável, da participação familiar”.

Para mudar essa situação de prioridade a produção de commodities o Brasil tem que desenvolver uma política agrária que não favoreça apenas o setor do agronegócio e sim que promova a equidade no meio rural. Caso contrário, o país continuará financiando um setor que não tem compromisso com a preservação dos recursos naturais, não cumpre plenamente suas funções sociais, não respeita as relações de trabalho e que não será o condutor do desenvolvimento econômico e social (MATTEI, 2014, p.405).

A viabilidade social de um projeto de desenvolvimento, segundo Delgado (2007, p.122), “depende de um planejamento integrado do uso sustentável dos recursos naturais e da matriz-técnico produtiva, de sorte a superar as externalidades negativas no uso dos recursos naturais presentes na matriz técnica do agronegócio”. A viabilidade desse modelo técnico-produtivo passaria pelo apoio de programas ambientais que remuneraria por serviços ambientais prestados pelos assentamentos rurais.

Para Mattei (2014), além da concentração fundiária, existem ainda diversos obstáculos estruturais do meio rural brasileiro, como: normas, rotinas, relações de poder e de trabalho, as migrações, as mortes, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e das águas, a desnacionalização das terras, a insegurança alimentar, a ampliação dos conflitos agrários, a exclusão social e um modelo produtivista que impedem o pleno desenvolvimento econômico, político e social. Essa situação passa por um desenvolvimento rural sem a solução da questão agrária, impedindo um desenvolvimento equitativo e sustentável para o Brasil. Esse posicionamento contrário a reforma agrária tem como respaldo afirmações de que haveria distorções sobre os sistemas produtivos e da organização econômica estabelecida voltada a produção de commodities para a exportação com o objetivo de melhorar nosso Balanço de Pagamentos.

Segundo Mattei (2014), a dependência da economia brasileira da exportação de commodities fez com que:

a reforma agrária passasse a ser tratada pelos governos pós-redemocratização como a pequena política, ou seja, seu caráter deixa de ser uma proposta de reforma estrutural para se transformar em ações meramente compensatórias, uma vez que o instrumento de desapropriação de terras deixa de ser o principal mecanismo de política agrária (MATTEI, 2014, p.406).

De acordo com Mattei (2014), a reforma agrária tem um papel importante no desenvolvimento do país, principalmente para amenizar os problemas demográficos que o setor urbano não conseguiu resolver. Outro fator preponderante da reforma agrária é a melhoria das condições econômicas e sociais das populações rurais mais carentes, proporcionando uma expectativa de melhoria nas condições de vida das gerações futuras.

Mattei (2014) fez uma revisão das principais teses contrárias à necessidade de reforma agrária no Brasil. A primeira tese apresentada é do sociólogo Zander Navarro, professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa). Segundo Mattei (2014), Navarro vem estudando a reforma agrária sob o ponto de vista dos processos sociais agrários e qual o papel da distribuição de terras no novo cenário rural brasileiro.

Conforme análise de Mattei (2014), para Navarro o MST desenvolve análises equivocadas sobre o cenário das áreas rurais brasileiras utilizando-se de argumentos de ordem moral como justificativa para a penalização do latifúndio, influenciando outras organizações sociais e partidos políticos. Para tanto levou em consideração que os anos recentes

introduziram transformações importantes que promoveram uma redução na importância política e econômica da grande unidade rural. Neste caso, destacam-se:

o encurralamento econômico e financeiro da atividade agrícola, em especial a agricultura empresarial; a perda de importância da chamada bancada ruralista; a redução do peso político da agricultura empresarial e da grande propriedade territorial nas grandes decisões nacionais; a urbanização acelerada das últimas décadas e seus impactos na vida rural que também se urbaniza; o sistema de produção agropecuária e de comercialização garantiu o abastecimento alimentar, dentre outros citados (MATTEI, 2014, p.409).

Essa situação pode ser comprovada a partir da segunda metade dos anos de 1990, onde houve uma mudança econômica e produtiva que proporcionou uma sociabilidade diferente entre o passado agrário brasileiro e suas representações. A partir dos anos de 1990, surgiu no Brasil uma nova geração de agricultores capitalistas que aceleraram a incorporação de tecnologia na produção, motivados pelo aumento nos preços internacionais das commodities agrícolas e pelo aumento do consumo chinês²⁵. Este cenário internacional beneficiou os agricultores com maior escala produtiva. Para compensar essa situação o governo brasileiro promoveu algumas ações para amenizar a questão da pequena unidade de produção rural por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), de políticas sociais e de transferência de renda.

Segundo Navarro (2009), a questão agrária brasileira deixará de existir por meio do processo de urbanização do país que fez com que diminuísse a demanda social por terras; da expansão internacional da agricultura comercial brasileira, fortalecendo ainda mais este setor da economia devido a dependência das exportações do país; a um padrão agrário bimodal com a grande produção predominando nas regiões brasileiras do cerrado e com uma agricultura de menor porte nos estados sulinos integrados a agroindústria; e o potencial produtivo do país associado a bioenergia que deverão aumentar a acumulação do capital gerado pela atividade agrícola.

Diante do exposto, para Mattei (2014), a questão social deixou o campo e foi para as cidades. As alterações sofridas no campo tornaram o debate da questão agrária atual em três temas principais: a oligopolização do setor pelos grandes grupos agroindustriais; a questão trabalhista, que tem que evoluir de simplesmente direitos historicamente negados pelos proprietários de terra; e o tema ambiental em decorrência das mudanças climáticas.

²⁵ As exportações de soja brasileira para a China saíram de 302 mil toneladas (US\$ 89.827.898,00) em 1997 para 54 milhões de toneladas em 2017 (US\$ 20.310.207.678,00) de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em 12 nov. 2018.

Segundo Mattei (2014), durante o processo de modernização da agricultura brasileira constitui-se um grupo de pesquisadores e acadêmicos, representados por Eliseu Alves da Embrapa, que passaram a analisar a realidade agrária brasileira por meio da produtividade dos fatores de produção, em especial da tecnologia. As teses defendidas por esses pesquisadores e acadêmicos ficaram conhecidas como produtivistas conservadoras.

Alves e Rocha (2010), por meio da análise do Censo Agropecuário do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, separaram os 5.175.489 estabelecimentos rurais com base na renda bruta gerada. Observaram que os estabelecimentos rurais com renda bruta acima de dez salários mínimos respondem por aproximadamente 85% do valor da produção total. Aqueles estabelecimentos com uma renda bruta entre 2 e 10 salários mínimos encontram-se em torno de 1 milhão de estabelecimentos. A solução para esses estabelecimentos segundo os produtivistas, é aumentar a tecnologia mecânica e bioquímica para promover ganhos de produtividade. Mas essa modernização sugerida exige mais assistência técnica, crédito rural e muitas vezes uma associação as cadeias de produção agroindustriais, tornando esses produtores mais dependentes do comportamento do mercado internacional.

Segundo Alves e Rocha (2010), existem também em torno de 3.775.826 estabelecimentos (73% do total dos estabelecimentos no Brasil) com renda bruta inferior a dois salários mínimos e que respondem por somente 5% da produção total. Para esse grupo de produtores os autores defendem políticas sociais assistencialistas para manter essas famílias morando no campo. A solução apresentada é muito mais uma visão do agronegócio do que a realidade do mundo rural. Ou seja, como se destinar recursos a programas assistencialistas seria o suficiente para resolver um problema histórico de pobreza e exclusão social. Será essa a solução?

Com base nessas constatações os produtivistas concluíram que no Brasil há dois grupos de agricultores: os bem-sucedidos e os malsucedidos. E, afirmam que o insucesso dos pequenos produtores rurais brasileiros decorre às escolhas errôneas de tecnologias, da má administração dos estabelecimentos produtivos e do excesso de conservadorismo quanto aos riscos financeiros do crédito rural que dificulta uma exploração mais intensa de seus recursos produtivos.

Mas essa colocação dos produtivistas conservadores recebe críticas, pois segundo Mattei (2014), foi o processo modernização da agricultura brasileira agroexportadora e a não

solução dos problemas agrários que promoveram essa situação de exclusão, especialmente das pequenas unidades de produção rural. Os produtivistas ignoram totalmente a história brasileira, desconsiderando a influência da estrutura agrária em suas análises e considerando somente alguns indicadores de produtividade e renda bruta em suas conclusões. É uma análise considerada insuficiente, pois não leva em consideração que somente uma minoria de grandes produtores teve o apoio estatal para transformar suas estruturas produtivas. Segundo Mattei (2014, p.16), o próprio Estado brasileiro absorveu essa ideia preocupando-se apenas com a execução de “políticas sociais compensatórias com a finalidade de amenizar as mazelas geradas pelo modelo de capitalismo agrário implantado no país”. Martins (2000) também discorda dessas políticas sociais assistencialistas propostas por Alves & Rocha (2010) e defende a luta pela terra como uma forma de inclusão social e de desenvolvimento, como forma de aumentar a dignidade humana e promover a inserção das famílias na sociedade produtiva.

3 O ESTADO DE SÃO PAULO, A REGIÃO DE GOVERNO DE ARARAQUARA E O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO RODRIGUES

3.1 A divisão político administrativa do estado de São Paulo

De acordo com os dados da Fundação Seade, em 2018, o estado de São Paulo está constituído por 645 municípios e concentra aproximadamente 44 milhões de habitantes (21% da população brasileira) em um território de 248.898 quilômetros quadrados (2,91% do território nacional). Além da alta concentração populacional, o estado de São Paulo conta com uma participação expressiva no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2017 de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o estado de São Paulo respondeu por aproximadamente 31% dos 6,559 trilhões de reais do PIB do Brasil. Do total do PIB paulista o setor de agronegócio responde por 268 bilhões de reais, sendo 14,8 bilhões com insumos (5,5%); 29,5 bilhões da agropecuária (11%); 109 bilhões pela agroindústria (40,7%); 114,5 bilhões pelos serviços (42,7%).

Para melhor dinamizar o planejamento político e administrativo, o estado de São Paulo em 2018 apresenta seus 645 municípios agrupados em 14 Regiões Administrativas (RAs)²⁶, 41 Regiões de Governo (RGs)²⁷, 06 Regiões Metropolitanas (RMs)²⁸ e 02 Aglomerações Urbanas (AUs)²⁹. Essas são as regionalizações oficialmente vigentes no estado de São Paulo e que são consideradas pela Secretaria de Planejamento e Gestão. Segundo a Fundação Seade, o agrupamento dos municípios paulista, além de facilitar o planejamento político e administrativo possibilita avaliar o desempenho regional do ponto de vista econômico e social.

Para efeito de análise este estudo concentrará suas observações sobre a Região Administrativa Central (RA Central) e sobre a Região de Governo de Araraquara (RG de

²⁶ Regiões Administrativas: Central, Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto e Sorocaba.

²⁷ Regiões de Governo: Adamantina, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jales, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Tupã e Votuporanga.

²⁸ Regiões Metropolitanas: Baixada Santista, Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte.

²⁹ Aglomerações Urbanas: Jundiaí e Piracicaba

Araraquara), onde se encontra localizado o município de Cândido Rodrigues, local de coleta de dados e informações para a execução desta tese.

De acordo com informações para 2018 da Fundação Seade a RA Central³⁰ do estado de São Paulo é composta por 26 municípios, sendo Araraquara (224.389 habitantes) e São Carlos (238.834 habitantes) os dois principais municípios. Localizada no centro do território paulista a RA Central conta com 11.018 Km² e uma população estimada em 2018 de 1.010.368 habitantes. A RA Central é a soma dos 19 municípios que compõem a RG de Araraquara³¹ com os 07 municípios da RG de São Carlos³².

Segundo Silva (1995), esses agrupamentos dos municípios paulistas em Regiões Administrativas e Regiões de Governo tiveram como determinante principal a proximidade locacional, desconsiderando-se as características econômicas e sociais. Para Pavarina (2004) a divisão do território em RAs e RGs não atendeu a finalidade inicial de viabilizar um planejamento integrado do território. Serviu para uma análise do desempenho regional sem um detalhamento social e/ou econômico que permita descrever com clareza os municípios e suas diferenças no território ao qual pertence. Além disso, segundo a autora, as diferentes formas de aglomeração do território, muitas vezes, prejudicam uma compreensão global, tendo em vista a indisponibilidade de dados regionalizados ou mesmo com a regionalização ou detalhamento necessário de variáveis qualitativas e quantitativas.

Mesmo com as limitações observadas por Silva (1995) e Pavarina (2004) quanto aos agrupamentos dos municípios paulistas, este trabalho optou por fazer uma revisão da história do desenvolvimento econômico para o município de Cândido Rodrigues e região utilizando-se dessa divisão política administrativa realizada pela Fundação Seade.

³⁰ Região Administrativa Central: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lucia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

³¹ Região de Governo de Araraquara: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lucia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

³² Região de Governo de São Carlos: Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro e São Carlos.

3.2 O desenvolvimento da Região de Governo de Araraquara

Segundo Maciel e Baeninger (2013) a ocupação inicial desta região do território paulista começou ao final do século XVIII com a construção do caminho para Cuiabá/MT, que passava pelo antigo Campo ou Sertões de Araraquara. Ainda, de acordo com as autoras, “em 1817 foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara, o primeiro povoado dos Sertões”. As demais ocupações da região são derivações desse primeiro povoamento e posteriormente por meio da introdução do cultivo do café e do avanço da Ferrovia Araraquarense para atender aos interesses dos produtores de café. A consolidação do povoamento desta região aconteceu após 1830 com a migração da lavoura cafeeira para o oeste paulista. Por ser uma cultura exigente em quantidade de mão de obra a produção de café foi responsável pela entrada dos imigrantes europeus (italianos, espanhóis e portugueses) a partir do final do século XIX, provocando crescimento da população da RA Central.

Para Pupim (2008) a produção do café ao migrar do vale do Rio Paraíba do Sul para o oeste paulista (região de Campinas, Itu, Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto) favoreceu o desenvolvimento e a urbanização da Região Central do estado de São Paulo. A urbanização desta região do interior paulista foi estimulada também pela instalação das linhas ferroviárias (Ferrovia Araraquarense, Noroeste do Brasil, Paulista, Sorocabana), que atendiam as necessidades de escoamento da produção cafeeira da região. Essas ferrovias serviram aos interesses dos produtores de café e dos comerciantes da produção agrícola. Assim, a expansão cafeeira para o oeste paulista associada às ferrovias provocou um processo de urbanização da Região Central e demais regiões cafeeiras do estado de São Paulo e também impulsionou a vida urbana na capital paulista.

A ferrovia foi estendida de Rio Claro para São Carlos em 1884 e atingiu o município de Araraquara em 1885. Do pátio da estação ferroviária de Araraquara saiu a Ferrovia Araraquarense em 1898, que foi importante para a estruturação do complexo cafeeiro e para o desenvolvimento e criação de municípios na região. A Ferrovia Araraquarense (ou Empresa Ferroviária Araraquarense - EFA) começou a ser prolongada a partir de Araraquara em 1898 até a estação de Itaquerê (Bueno de Andrada) e chegou à barranca do Rio Paraná em Santa Fé do Sul em 1952. Seus trilhos seguiram o espigão da paulista entre o Rio Grande e seus afluentes e o Rio São José dos Dourados. A estação ferroviária de Taquaritinga foi inaugurada

em 1901 e a de Cândido Rodrigues, que ainda era distrito de Taquaritinga, em 1908 (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL).

A maioria dos municípios da região, segundo Maciel e Baeninger (2013), foram fundados no quarto final do século XIX decorrentes do crescimento econômico proporcionado pela economia cafeeira. É o caso de Jaboticabal que desmembrou em 1867 de Araraquara (criado em 1832) e Taquaritinga que se emancipou de Jaboticabal em 1892. Cândido Rodrigues, que era distrito de Taquaritinga virou município em 1959.

A partir de 1930, Szmrecsanyi (1986) observou que houve uma intensificação do acúmulo pelo setor industrial e uma aceleração na urbanização dos municípios devido às transformações no setor agropecuário. Cano (2017) também observou uma diminuição na importância econômica do café e uma maior diversificação na produção agrícola no Brasil. Segundo o autor houve um elevado crescimento econômico e uma intensificação da urbanização e da industrialização entre 1930 e 1960, principalmente nos grandes centros brasileiros. Os efeitos positivos desse processo foi o aumento na oferta de bens e serviços, maior número de empregos urbanos e ascensão social dos trabalhadores da classe média. Com a expansão urbano-industrial ampliou-se a conscientização política, a organização sindical e houve o crescimento da cultura e da arte. Por outro lado, a rápida urbanização expôs o problema do déficit habitacional, de saneamento básico, da saúde, da educação e de transporte público. No campo ocorreu um aumento do êxodo rural e o crescimento da reivindicação pela reforma agrária. Todos esses problemas fizeram aumentar as manifestações sociais em favor das reformas de base (agrária, urbana, tributária, educacional).

A RG de Araraquara, segundo Maciel e Baeninger (2013), nas décadas de 1940/50/60 concentrava seus esforços econômicos apenas na agricultura, com a introdução da cana de açúcar. Houve nesse período um baixo crescimento populacional e com predominância de população rural sobre a urbana. A partir dos anos de 1970 consolidou-se a inserção da Região Governo de Araraquara no eixo agroindustrial paulista e com uma população mais urbanizada. Para Cano (1988) os anos de 1970 foram um momento de mudança na economia da Região, pois houve um processo de interiorização da indústria paulista por meio de incentivos governamentais para a implantação dos complexos agroindustriais no interior do Estado. Essa política de interiorização de investimentos contribuiu para o dinamismo econômico, para manter a população e absorver fluxos migratórios de trabalhadores no setor da citricultura e da cana de açúcar. De acordo com Bógus e Baeninger (1995), o processo de interiorização do desenvolvimento industrial foi

estimulado por investimentos estatais, principalmente na área de infraestrutura e de tecnologia. Esse investimento do Estado foi importante para a estruturação das cidades e para a expansão da área urbana dos municípios do interior paulista. A partir desse novo cenário econômico proporcionado pela interiorização de investimentos, a RG de Araraquara beneficiou-se com a introdução e fortalecimento da cana de açúcar e da citricultura.

Para Maciel e Baeninger (2013), “apesar da economia regional se apoiar na produção agrícola, o moderno complexo agroindustrial está direcionado para a vida urbana, para as cidades”. Esse processo de urbanização da RG de Araraquara tem contribuído para o crescimento dos setores secundários e terciários da economia e para a concentração da população nos municípios com complexos agroindustriais mais dinâmicos. Assim, a RG de Araraquara que em 1940 tinha somente 30% de sua população no meio urbano (67 mil pessoas) passou a apresentar em 2010 um índice de 95% de população urbana (579.400 pessoas). Está sendo considerado pelas autoras meio urbano e rural de acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Maciel e Baeninger (2013), o município de Araraquara apresenta a maior concentração da população de sua Região de Governo, assim como a maior parcela das atividades industriais e de serviços fazendo com que haja uma forte interligação com os municípios de seu entorno regional. A maior parte dos municípios menores que constituem a RG de Araraquara, como Cândido Rodrigues, concentram suas atividades econômicas na produção agrícola, com presença significativa dos canaviais e dos laranjais. Também é possível encontrar outras atividades produtivas como: fruticultura diversificada (limão, goiaba, carambola, lima, lichia), hortaliças (folhosas e legumes), café, cereais (milho, soja), avicultura e pecuária.

Analisando a Tabela 2 observa-se que apesar dos setores agropecuário e industrial serem importantes para a economia local, é o setor de serviços que gerou maior número de empregos formais para a RG de Araraquara em 2017. De acordo com Maciel e Baeninger (2013), o setor de serviços tem essa relevância porque essa atividade econômica é complementar ao setor da agroindústria e da produção primária principalmente nos processos de comercialização, transporte e armazenagem. Também o setor terciário da região atua na integração de toda a rede de serviços empresariais, pesquisa e ensino superior direcionado para o desenvolvimento do setor primário e secundário.

Na Tabela 2 comparando os resultados percentuais das atividades econômicas da RG de Araraquara com o município de Cândido Rodrigues observa-se que a agricultura tem um peso percentual maior como atividade econômica e que os serviços têm um percentual menor quando comparado com a média percentual da Região de Governo. A explicação dessa ocorrência para Cândido Rodrigues pode ser embasada na teoria de Veiga (2004) sobre a dimensão rural do Brasil, pois o município em análise apresenta características de um território muito mais rural do que urbano.

Tabela 2. Participação percentual dos empregos formais da RG de Araraquara e no Município de Cândido Rodrigues em 2017 por Setor de Atividade Econômica

Região de Governo e município	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	Indústria	Construção	Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços
RG Araraquara	10,91%	28,52%	3,15%	19,15%	38,28%
Cândido Rodrigues	17,77%	33,71%	0,28%	11,28%	36,95%

Fonte: Fundação Seade.

Os principais produtos oriundos da agricultura da RG de Araraquara é a cana de açúcar e a laranja, sendo incluída a produção de limão na Tabela 3 por ser uma cultura importante para o município de Cândido Rodrigues. De acordo com os dados da Fundação Seade para os anos de 1990, 2000, 2010 e 2019, apresentados na Tabela 3, observa-se um aumento da importância econômica da cana de açúcar e conseqüentemente de todo o setor sucroalcooleiro na região. Essa expansão na produção de cana ocorreu principalmente sobre as áreas que antes eram ocupadas com a cultura da laranja, que entrou em decadência entre os pequenos e médios produtores rurais. Além da cultura da cana de açúcar, o plantio de limão se tornou uma opção interessante de renda para os pequenos e médios produtores da RG de Araraquara, especialmente para o município de Cândido Rodrigues. Para esse município pode-se observar um aumento na sua produção de 18.720 toneladas em 1990 para 38.669 toneladas em 2016, de acordo com dados de Informações dos Municípios Paulistas (IMP) da Fundação Seade e da produção agrícola municipal (PAM) do IBGE, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Produção de cana de açúcar, laranja e limão em toneladas para a RG de Araraquara e o município de Cândido Rodrigues (1990, 2000, 2010 e 2016)

Localidade	Produto	Produção em toneladas 1990	Produção em toneladas 2000	Produção em toneladas 2010	Produção em toneladas 2016
RG de Araraquara	Cana de açúcar	10.021.320	14.535.008	24.055.260	27.331.512
	Laranja	1.969.778	2.629.039	2.117.631	1.034.653
	Limão	110.871	203.100	124.455	225.706
Cândido Rodrigues	Cana de açúcar	99.000	162.000	201.600	217.620
	Laranja	17.680	14.346	2.457	734
	Limão	18.720	23.970	24.000	38.669

Fonte: IMP – Fundação Seade e PAM – IBGE.

Ao analisarmos a Tabela 4 verifica-se a importância das exportações de limões como um fator de estímulo ao aumento na produção brasileira. As exportações brasileiras saíram de um patamar de US\$ 8.942.317 em 2000 para US\$ 159.750.474 em 2017. Os municípios que constituem a RG de Araraquara, especialmente Cândido Rodrigues, que é constituído por pequenas propriedades rurais, aproveitaram-se deste incremento de demanda internacional e expandiram suas produções, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Locais de destinos e valores em US\$ das exportações brasileiras de limões e limas frescas ou secas em 2000, 2010 e 2017.

Locais de destino das exportações de limões e limas frescas ou secas	2000 Valor FOB (US\$)	2010 Valor FOB (US\$)	2017 Valor FOB (US\$)
Europa	4.342.138	47.356.398	78.647.833
União Europeia - UE	4.328.496	47.356.398	77.324.436
Oriente Médio	0	2.128.178	2.288.657
América do Norte	267.963	1.081.805	686.680
Mercado Comum do Sul - Mercosul	1.802	98.470	337.330
América do Sul	1.821	98.470	337.330
África	97	877	128.208
Total	8.942.317	98.120.596	159.750.474

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Portal Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 08 nov. 2017.

Ao analisar a evolução da população e a migração nas Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos, Maciel e Baeninger (2013), observaram que nos anos de 1970 a

migração representou quase 70% do crescimento populacional da região e nos anos 2000 respondeu por 50% desse crescimento populacional. Assim, as RGs de Araraquara e São Carlos desempenham um papel importante nos fluxos migratórios interestaduais, especialmente da região nordeste do Brasil, e intra-estadual, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo. Esse movimento migratório é explicado pela dinâmica econômica dos complexos agroindustriais da laranja e da cana, assim como a importância industrial de outras regiões do estado de São Paulo que também influenciam nas movimentações populacionais das RGs de Araraquara e São Carlos.

Pereira e Troiano (2013) por meio do trabalho “Os atores do rural paulista: um ensaio sobre a Região Central” do estado de São Paulo investigaram as transformações ocorridas no espaço rural paulista ocupado pelos trabalhadores rurais, pequenos produtores e empreendedores agrícolas. Segundo as autoras, o interior do território paulista sofreu interferências da ação da agricultura itinerante e pela consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Essa convivência e interdependência, às vezes mais ou menos amistosas, entre imigrantes, camponeses, pequenos produtores, empreendedores agrícolas e a agroindústria ajudou a transformar as relações econômicas, sociais e culturais dos municípios do interior do estado de São Paulo.

Essa transformação econômica, social e cultural do território da RG de Araraquara intensificou-se a partir da metade dos anos de 1980 a partir do estabelecimento de um novo padrão agrícola financeirizado, com utilização do ‘pacote tecnológico’ da “Revolução Verde” integrado aos Complexos Agroindustriais (CAIs) e voltados ao mercado externo. Segundo Pereira e Troiano (2013) o Brasil a partir dos anos 1980 passou a defender uma política agrícola baseada nos ganhos econômicos de escala, priorizando as grandes culturas e inviabilizando técnica e economicamente a pequena propriedade rural. Assim, a agricultura empresarial consolidou-se e integrou-se ao capital financeiro, comercial, industrial para compor um novo padrão agroexportador. Essa modernização conservadora representada pela agricultura empresarial atual começou no governo militar e não alterou a estrutura agrária brasileira. Com essa propositura estimulou-se atividades agropecuárias exportáveis, tais como: cana de açúcar, laranja, soja, algodão, café, cacau e o complexo carne. Assim, o estímulo à produção agropecuária por meio do ‘pacote tecnológico’ associada aos CAIs proporcionou a partir dos anos de 1980 um aumento das exportações agroindustriais brasileiras até os dias atuais.

Segundo Graziano da Silva (1997), assim como Paulillo e Almeida (2009) na década de 1960 houve uma intensificação da modernização da agricultura paulista impulsionado pelas mudanças nos processos de produção. Simultaneamente a essa modernização da agricultura aparecem o CAIs da RG de Araraquara liderados pelas grandes usinas de álcool e açúcar e pela indústria processadora de suco de laranja.

Para as pesquisadoras Pereira e Troiano (2013) a década de 1980 consolidou o agronegócio no território brasileiro por meio da territorialização dos capitais e a oligopolização do espaço agrário. Assim, também para Martine (1990) a consolidação do agronegócio no Brasil beneficiou-se da infraestrutura voltadas ao setor e da modernização agrícola e industrial. Os produtos de maior peso para o esforço de ajuste externo do governo brasileiro a partir da metade da década de 1980 foram os que tiveram maior valorização, incentivos, subsídios e crédito, tais como a cana de açúcar e a laranja no interior paulista. De acordo com Martine (1990) “houve um forte direcionamento de recursos estatais para um número mais limitado de produtores modernos”, que pudessem contribuir para uma balança comercial favorável.

A consolidação do agronegócio no Brasil, segundo Martine (1990), representa a afirmação do pensamento neoliberal na atividade primária nacional. A implantação de uma agricultura agroexportadora e dos grandes CAIs voltados para o mercado internacional e nacional ajudou a difundir que não haveria prosperidade na agricultura sem escala de produção e também sem pesados investimentos em capital. Assim, para viabilizar a adoção do pacote tecnológico os agricultores devem ser mais informados, ter comportamento empresarial e acima de tudo, capacidade de endividamento.

Nesse contexto apresentado por Martine (1990) encontram-se os CAIs da RG de Araraquara. O CAI sucroalcooleiro tem se mantido como uma das principais indústrias do país, beneficiando-se pelos financiamentos e incentivos públicos. Também o CAI citrícola paulista, que é o maior do mundo, beneficiou-se das mesmas condições governamentais descritas por Martine (1990). Segundo Paulillo & Moraes Camargo Almeida (2009), durante da década de 1990 o CAI citrícola sofreu importantes reestruturações institucionais. Houve alteração nas vantagens no relacionamento de negócios dos citricultores da década de 1980 com relação às agroindústrias processadoras de citros. A partir da década de 1990 começou uma nova etapa entre citricultores e indústria caracterizada pela baixa rentabilidade obtida na produção primária e conseqüentemente queda na remuneração dos trabalhadores, principalmente para aqueles trabalhadores que estão na ponta do processo produtivo.

Voltamos às questões da escala de produção, de novas tecnologias de produção e de imposição de comportamento empresarial aos produtores rurais.

Enfim, essas são algumas características que a agricultura da RG de Araraquara enfrenta quando confrontada sob a perspectiva dos CAIs e muitas vezes, pelas políticas agrícolas governamentais. A modernização agrícola focada na geração de superávit comerciais e organizada sob o guarda-chuva dos CAIs infelizmente apresentam-se como uma transformação parcial, desigual e mantida pelos recursos do tesouro nacional, selecionando quem serão os vencedores e beneficiários do desenvolvimento do território.

A modernização agrícola da RG de Araraquara resultou em aumentos de produção agrícola e de rentabilidade para uma pequena parcela dos agentes econômicos envolvidos, mas essa melhoria econômica não significou a constituição de um ‘bem-estar’ geral. Não houve uma redistribuição dos benefícios do crescimento econômico dos CAIs entre os mais diversos setores da sociedade. É nesse cenário que o pequeno produtor rural de Cândido Rodrigues tem que sobreviver, pois não apresenta escala econômica, nem tem condições de endividamento para adquirir novas tecnologias, pouco acesso a crédito rural e não apresenta os mesmos objetivos produtivos do médio e grande produtor rural.

3.3 O município de Cândido Rodrigues

O presente subcapítulo apresenta e caracteriza o município de Cândido Rodrigues/SP. As informações apresentadas têm como fontes o Perfil dos Municípios Paulistas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do estado de São Paulo (SEADE, 2017); no Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) (SÃO PAULO, 2008); no *website* da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues (CÂNDIDO RODRIGUES, 2017); e no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013 para o Município de Cândido Rodrigues/SP (CÂNDIDO RODRIGUES, 2010).

A atual sede do município foi fundada em 1906 pelo presidente Afonso Augusto Moreira Pena (CÂNDIDO RODRIGUES, 2017). Quando ainda era apenas um povoado, era parte do território do município contíguo de Taquaritinga e era denominada pelos imigrantes italianos como ‘Campim’. Essa denominação foi adotada pelos colonos italianos para

identificar a propriedade do senhor Saulle Borghi, local por onde passava a Estrada de Ferro Araraquarense (EFA) (SEADE, 2017).

Depois foi atribuído ao povoado de ‘Campim’ o nome de ‘Albuquerque Lins’, em homenagem a Manoel Joaquim de Albuquerque Lins (1852-1926), oitavo governador do estado de São Paulo entre os anos de 1908 a 1912. O primeiro trem a parar neste povoado o fez dia 8 de fevereiro de 1908, ocasião em que foi inaugurada a estação ferroviária ‘Cândido Rodrigues’, em homenagem ao General Antônio Cândido Rodrigues (1850-1934), que na época era Secretário da Agricultura do estado de São Paulo.

No dia 20 de novembro de 1908 a localidade de ‘Albuquerque Lins’ passa a ser chamada de ‘Cândido Rodrigues’. Este fato pode ser comprovado pelos registros das primeiras escrituras de vendas de terrenos no loteamento da antiga ‘Campim’ no cartório de imóveis da cidade de Monte Alto/SP realizado pelo Sr. Saulle Borghi.

Quase dez anos mais tarde, em 10 de outubro de 1918, por meio da Lei Estadual nº 1602, Cândido Rodrigues foi elevado à condição de distrito do município de Taquaritinga. E, finalmente, em 18 de fevereiro de 1959, Cândido Rodrigues adquiriu autonomia político-administrativa e deixou de ser um distrito de Taquaritinga.

Na época da escolha do local sede da Estação Ferroviária de ‘Cândido Rodrigues’ em 1908, houve uma disputa entre o povoado de ‘Albuquerque Lins’ com a localidade de ‘Icoarana’, que era tido como o povoado mais desenvolvido na época. A estação era uma antiga reivindicação da população local devido às dificuldades que os produtores rurais tinham para escoar a produção agrícola por meio da Estrada de Ferro Araraquarense. Assim, o Sr. Saulle Borghi, que havia adquirido uma área de terras do Sr. João Prandi, fez a doação do espaço físico necessário para a nova parada de trem e a estação foi estabelecida em ‘Albuquerque Lins’ (CÂNDIDO RODRIGUES, 2009).

Aproveitando a oportunidade de expansão imobiliária que a implantação da nova parada de trens proporcionou, o Sr. Saulle Borghi e seu filho deram início a um loteamento, com a construção de casas que eram demandadas na sua maioria por colonos italianos que ali se estabeleciam. Surgem também as primeiras atividades econômicas no povoado: fábrica de cervejas, hospedaria, comércio de secos e molhados, farmácia, beneficiamento de café, beneficiamento de arroz e moinho de fubá.

No dia 13 de junho de 1915 o povoado inaugurou sua primeira capela, tendo Santo Antônio como padroeiro. A iluminação pública e a primeira escola começam a fazer parte da

vida dos cidadãos a partir de 1916 e o Cartório de Paz instala-se em 1917 (CÂNDIDO RODRIGUES, 2017).

O município de Cândido Rodrigues apresenta 2.675 habitantes no ano de 2017 para um território de 70,89 Km², resultando em uma densidade demográfica de 37,73 habitantes por km² (SEADE, 2017). Atualmente o município de Cândido Rodrigues está situado na Região Administrativa (RA) Central e pertence à Região de Governo (RG) de Araraquara (SEADE, 2017).

3.4 A estrutura fundiária e a produção rural no município de Cândido Rodrigues

Para caracterizar a estrutura fundiária e da produção rural do município de Cândido Rodrigues este trabalho buscou informações junto ao Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) (SÃO PAULO, 2008) e do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013 para o Município de Cândido Rodrigues/SP (CÂNDIDO RODRIGUES, 2009).

De acordo com a Tabela 5 a estrutura fundiária do município de Cândido Rodrigues em 1995/1996 era constituída de 231 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), sendo que 74,1% dessas UPAs tinham menos que 50 hectares de área e representavam 58,05% da área agrícola total do município. Estes dados atestam a adequação e justificam a escolha do município enquanto estudo de caso válido, frente aos objetivos pretendidos para este trabalho, uma vez que visa investigar as unidades de produção que apresentam até 4 módulos fiscais, ou seja, 56 hectares.

Tabela 5. Estrutura fundiária. Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996.

Áreas das UPAs em hectares	Número de UPAs	% sobre o número de UPAs	% de número de UPAs acumulado	Área total em hectares	% sobre a área total	% de área total acumulada
0 a 1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 a 2	1	0,36	0,36	1,80	0,03	0,03
2 a 5	20	7,19	7,55	82,70	1,24	1,27
5 a 10	39	14,03	21,58	318,80	4,78	6,04
10 a 20	69	24,82	46,40	996,30	14,93	20,98
20 a 50	77	27,70	74,10	2.473,60	37,07	58,05
50 a 100	18	6,47	80,58	1.217,20	18,24	76,29
100 a 200	5	1,80	82,37	762,20	11,42	87,71
200 a 500	2	0,72	83,09	609,80	9,14	96,85
Total	231	83,09	-	6.462,40	96,85	-

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

A estrutura fundiária de 2007/2008 está apresentada na Tabela 6. Comparativamente aos dados do LUPA de 1995/1996, houve um aumento de 231 para 278 UPAs. Os percentuais de UPAs com menos de 50 hectares aumentou de 74,1% para 91,73% e, a área total acumulada de 58,05% para 62,74%.

Tabela 6. Estrutura fundiária. Município de Cândido Rodrigues/SP, 2007/2008.

Áreas das UPAs em hectares	Número de UPAs	% sobre o número de UPAs	% de número de UPAs acumulado	Área total em hectares	% sobre a área total	% de área total acumulada
0 a 1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 a 2	4	1,44	1,44	6,90	0,10	0,10
2 a 5	30	10,79	12,23	122,90	1,84	1,95
5 a 10	57	20,50	32,73	455,10	6,82	8,77
10 a 20	89	32,01	64,75	1.254,00	18,79	27,56
20 a 50	75	26,98	91,73	2.347,40	35,18	62,74
50 a 100	16	5,76	97,48	1.094,20	16,40	79,14
100 a 200	4	1,44	98,92	573,50	8,59	87,73
200 a 500	3	1,08	100,00	818,50	12,27	100,00
Total	278	100,00	-	6.672,50	100,00	-

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

De acordo com a Tabela 7 a maior parte da força de trabalho utilizada nas propriedades agrícolas de Cândido Rodrigues é proveniente da família do produtor rural. Também se pode observar que houve uma redução no número de trabalhadores permanentes existentes nestas propriedades, ao se comparar os dados de 1995/1996 e 2007/2008. O número de trabalhadores temporários não foi objeto de comparação porque o LUPA 2007/2008 não contemplou estes dados. Mas, com base nas observações realizadas em campo por esta pesquisa e junto à Casa da Agricultura de Cândido Rodrigues pode-se inferir que é um número significativo.

Tabela 7. Mão de obra (Trabalho) utilizada nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Ano	Trabalho	Número de UPAs	Total	% das UPAs
2007/2008	Familiares do proprietário que trabalham na UPA	215	430	77,3
	Trabalhadores permanentes	72	140	25,9
	Trabalhadores temporários	-	-	-
	Total de UPAs	278	-	100,0
1995/1996	Familiares do proprietário que trabalham na UPA	159	340	68,8
	Trabalhadores permanentes	110	246	47,6
	Trabalhadores temporários	168	246	72,7
	Total de UPAs	231	-	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Com o objetivo de comparar a adaptação dos pequenos produtores rurais de Cândido Rodrigues aos diferentes ciclos econômicos das culturas, foram elencadas as principais culturas produzidas no município na Tabela 8. Quanto à diversificação de produção agrícola, houve um aumento no número de culturas, de 22 culturas diferentes em 1995/1996 para 27 em 2007/2008.

Além da variedade de culturas, chama atenção na Tabela 8 a mudança no número de UPAs e no tamanho da área plantada de cana-de-açúcar, limão, manga e laranja ocorrida entre 1995/1996 e 2007/2008. A laranja, que era a principal cultura em 1995/1996, perdeu espaço para a cana de açúcar, limão e manga. Em 2007/2008 diversificou-se a produção para gramas, tangor (citro híbrido de mandarina e laranja doce), lentilha, carambola, espinafre, milho doce, fruta do conde, pupunha e viveiros de citros.

Tabela 8. Principais culturas agrícolas nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996; 2007/2008 e 2017.

Culturas	2017*	2007/2008		1995/1996	
	Área total em hectares	Nº UPAs	Área total em hectares	Nº UPAs	Área total em hectares
Cana-de-açúcar	3.200	89	2.846,60	68	1.752,80
Limão	1.137	168	1.229,00	141	1.010,40
Manga	600	108	868,50	91	560,40
Gramas		105	517,40	-	-
Laranja	42	35	286,60	101	1.460,80
Mandioca	15	22	69,70	2	9,50
Goiaba	23	16	54,90	6	19,10
Eucalipto		22	51,50	25	36,20
Tangor		13	44,20	-	-
Lichia		2	28,20	1	1,50
Milho	100	11	27,70	21	83,90
Lentilha		1	24,40	-	-
Braquiária		4	21,90	7	78,00
Tangerina		10	18,60	34	158,30
Abacate	7	3	17,40	4	5,20
Lima		6	16,30	2	1,70
Batata-doce	28	7	14,80	1	1,50
Carambola		7	12,60	-	-
Cebola	8	3	10,70	4	22,60
Espinafre		1	9,60	-	-
Milho-doce		1	2,40	-	-
Fruta do conde		2	2,20	-	-
Jiló		3	1,90	1	0,90
Berinjela		2	1,80	1	1,00
Pupunha		2	1,70	-	-
Viveiro de citros		2	1,50	-	-
Outras florestais		1	1,50	-	-
Tangelo		-	-	8	40,80
Seringueira	7	-	-	1	24,40
Banana		-	-	2	9,70
Alho-poró		-	-	1	7,30
Melancia		-	-	1	2,80
Soja	45				
Amendoim	140				

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008) e *Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE para o ano de 2017.

No município predomina o uso de solo com culturas perenes, em 214 UPAs totalizando uma área plantada de 2.580 hectares, conforme Tabela 9. São plantadas, sobretudo, árvores frutíferas (limão, manga, laranja, goiaba, carambola e demais, conforme Tabela 9). Em outras 123 UPAs observa-se o cultivo de culturas temporárias, principalmente cana de açúcar. Apesar do menor número de UPAs com culturas temporárias, a área total cultivada é maior que aquela ocupada pelas culturas perenes, com 2.989,2 hectares. Nota-se também a diminuição na área de pastagens e o aumento da área destinada à preservação ambiental (reflorestamento, vegetação natural ou de brejo e várzea).

Tabela 9. Uso do solo nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Área	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	Área total em hectares	Nº de UPAs	Área total em hectares
Cultura Perene	214	2.580,00	184	3.285,40
Cultura semi-perene	-	-	70	1.762,30
Cultura anual	-	-	26	106,30
Culturas Temporárias	123	2.989,20	-	-
Pastagens	109	535,10	156	1.015,20
Reflorestamento	23	53,00	25	36,20
Vegetação natural	45	130,80	5	24,90
Inproveitada	-	-	63	167,60
Inproveitável	-	-	2	10,20
Vegetação de brejo e várzea	67	160,80	-	-
Descanso	20	96,10	-	-
Complementar	212	127,50	162	54,30

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Quando se observa a evolução na existência e/ou no uso de recursos tecnológicos (equipamentos, máquinas e benfeitorias) nas UPAs, conforme Tabela 10, ainda é baixo a utilização de recursos computacionais. Houve, entre 1995/1996 e 2007/2008, a redução na utilização de irrigação convencional, que causa maiores perdas de água, e o aumento nos sistemas de irrigação por gotejamento e micro aspersão, e, conseqüentemente, no número de poços semi-artesianos. Também se pode observar a baixa incidência de equipamentos para a

distribuição de calcário e de tratores de pneus para as atividades de campo. O número de casas de moradia habitadas praticamente não sofreu alteração neste período.

Tabela 10. Equipamentos, máquinas e benfeitorias utilizados nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Item	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	Total	Nº de UPAs	Total
Computador	3	4	-	-
Conjunto de irrigação auto propelido	5	5	-	-
Conjunto de irrigação convencional	14	14	25	25
Conjunto de irrigação gotejamento/micro aspersão	13	13	1	1
Distribuidor de calcário	29	29	-	-
Trator de pneus	155	228	142	226
Casa de moradia habitada	129	186	131	191
Casa de moradia total	116	164	140	253
Estufa/plasticultura	3		2	
Poço semi-artesiano	105	112	48	50
Total	278	-	231	-

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Com base nos dados da Tabela 11, nota-se que houve um aumento significativo na participação dos proprietários das UPAs de Cândido Rodrigues em associações, cooperativas e sindicatos de produtores rurais. Aumentou de 38,5% para 48,6% o número de UPAs que participam de cooperativas; de 3,5% para 26,6% a participação em associações e, de 22,5% para 31,3% em sindicatos rurais. Esses números podem ser indicativos de um incremento nas relações de confiança entre os pares e a visualização da importância do associativismo como meio de ampliar seu poder de negociação de insumos e escoamento da safra agrícola. Também há um aumento na representatividade do setor em função da maior participação no sindicato da categoria.

Tabela 11. Organizações associativas e sindicais as quais os produtores rurais fazem parte. Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Tipo de organização	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Produtor faz parte de cooperativa de produtores	135	48,6	89	38,5
Produtor faz parte de associação de produtores	74	26,6	8	3,5
Produtor faz parte de sindicato de produtores	87	31,3	52	22,5
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Quanto à utilização de assistência técnica por parte dos produtores rurais, de acordo com a Tabela 12, observa-se que diminuiu o número de produtores que não a utiliza (de 28,6% para 19,1% das UPAs entre 1995/1996 e 2007/2008). Entre aqueles que utilizam a assistência técnica houve uma mudança da procedência dessa assistência, ou seja, diminuiu a assistência técnica exclusivamente governamental e aumentou a participação das empresas privadas juntamente com aquela do governo. As cooperativas e algumas usinas de processamento de cana de açúcar da região disponibilizam técnicos de campo para dar assistência aos produtores rurais.

Tabela 12. Acesso à assistência técnica agropecuária por parte das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Acesso à assistência técnica	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Não utiliza assistência técnica	53	19,1	66	28,6
Utiliza somente assistência técnica governamental	43	15,5	111	48,1
Utiliza somente assistência técnica privada	23	8,3	26	11,3
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	159	57,2	28	12,1
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Por outro lado, é baixo o número de UPAs que utilizam crédito e seguro rural (Tabela 13). A baixa utilização de crédito rural merece uma atenção especial, pois talvez os critérios exigidos para que o pequeno produtor tenha acesso a esse recurso estejam muito rígidos, ou o pequeno produtor rural não quer correr o risco de perder a sua propriedade em função de falta de condições de pagamentos. Também é pequena a disponibilidade de energia elétrica na atividade agrícola e praticamente insignificante a disponibilidade e/ou o uso de computadores e *internet*.

Tabela 13. Utilização/acesso de serviços financeiros, seguros, energia elétrica e informações por meio computacional por parte das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Tipo de utilização/acesso	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Utiliza crédito rural	24	8,6	13	5,6
Utiliza seguro rural	8	2,9	-	-
Dispõe de energia elétrica para uso na atividade agrícola	181	65,1	169	73,2
Utiliza computador nas atividades agropecuárias	3	1,1	3	1,3
Acessa <i>internet</i> para fins na agropecuária	2	0,7	-	-
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Quanto à utilização de práticas agrícolas, conforme dados da Tabela 14, destaca-se a adoção de práticas de conservação de solo, adubação mineral e orgânica e a análise de solo. As demais práticas agrícolas, como adubação verde, sementes melhoradas, plasticultura, mudas fiscalizadas, confinamento e pastejo intensivo, mineralização e vermifugação do rebanho são utilizadas em baixo percentual pelas UPAs de Cândido Rodrigues.

Tabela 14. Práticas agrícolas adotadas nas Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Práticas agrícolas adotadas nas propriedades	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Utiliza práticas de conservação de solo quando necessária	213	76,6	221	95,7
Realiza análise de solo, quando necessário	121	43,5	162	70,1
Faz calagem, quando necessário	-	-	180	77,9
Faz adubação mineral, quando necessária	217	78,1	-	-
Faz adubação orgânica, quando necessária	155	55,8	-	-
Faz adubação verde, quando necessária	30	10,8	-	-
Faz adubação orgânica/verde, quando necessária	-	-	168	72,7
Utiliza sementes melhoradas	4	1,4	14	6,1
Utiliza plasticultura	2	0,7	2	0,9
Utiliza mudas fiscalizadas	14	5,0	-	-
Utiliza confinamento de boi	2	0,7	4	1,7
Utiliza pastejo intensivo	2	0,7	0	0,0
Utiliza mineralização do rebanho	74	26,6	88	38,1
Utiliza vermifugação do rebanho	78	28,1	101	43,7
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Cabe, por fim, destacar que houve uma mudança na escolaridade dos produtores rurais de Cândido Rodrigues entre 1995/1996 para 2007/2008. A Tabela 15 mostra que o percentual dos proprietários rurais com 1º grau (Ensino Fundamental) completo em 1995/1996 era 3,9% do total e aumentou para 25,9% em 2007/2008. Os produtores que tinham 2º grau completo (Ensino Médio) em 1995/1996 também eram 3,9%, e este número aumentou para 10,8% em 2007/2008. Também houve uma redução no percentual de produtores sem instrução ou com instrução incompleta de 20,8% para 4,3%.

Tabela 15. Escolaridade dos produtores rurais das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Nível de escolaridade do proprietário rural	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	12	4,3	48	20,8
Proprietário com antigo primário completo	128	46,0	133	57,6
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo	72	25,9	9	3,9
Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	30	10,8	9	3,9
Proprietário com curso superior completo	30	10,8	32	13,9
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Também se nota o elevado percentual e o aumento do número de proprietários rurais de Cândido Rodrigues que estão morando fora das UPAs, na Tabela 16. Somente 21,6% dos proprietários residem na própria unidade de produção.

Tabela 16. Local de residência dos produtores rurais das Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). Município de Cândido Rodrigues/SP, 1995/1996 e 2007/2008.

Local de residência do proprietário rural	2007/2008		1995/1996	
	Nº de UPAs	%	Nº de UPAs	%
Proprietário residente na própria UPA	60	21,6	58	25,1
Proprietário residente fora da própria UPA	218	78,4	173	74,9
Total de UPAs	278	100,0	231	100,0

Fonte: Adaptado pelo autor do Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentam-se na primeira parte os resultados qualitativos obtidos por meio da aplicação da metodologia de grupos focais aos profissionais da assistência técnica e também a um grupo de pequenos produtores rurais de Cândido Rodrigues/SP. A segunda parte do capítulo relata os resultados provenientes das entrevistas de campo efetuadas junto a 14 pequenos produtores rurais.

4.1 A opinião dos profissionais de assistência técnica e pequenos produtores rurais acerca da permanência das pequenas unidades de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP

A primeira sessão de grupo focal foi realizada no dia 17 de novembro de 2017 às 18h30, na sede da Associação dos Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos de Taquaritinga. Essa sessão contou com a presença de dez técnicos (8 agrônomos e 2 técnicos agrícolas) da Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais (unidades de Taquaritinga e Monte Alto), da Coplana Cooperativa Agroindustrial (unidade de Taquaritinga), e da Casa da Agricultura de Taquaritinga e Cândido Rodrigues. Todos os participantes foram escolhidos e convidados por prestarem assessoria técnica de campo aos produtores rurais de Cândido Rodrigues e região.

A segunda sessão de grupo focal foi idealizada para ser realizada junto a pequenos produtores do município e associados à Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues/SP. O critério determinado para participar do grupo focal foi o tamanho da unidade de produção agrícola, que deveria possuir até 4 módulos fiscais, ou seja, 56 hectares.

Foram convidados os 27 associados da cooperativa de Cândido Rodrigues e feitas três tentativas para a realização dos grupos focais.

Nas duas primeiras tentativas havia sido combinado o dia e o horário, mas os produtores rurais não compareceram. O grupo focal foi agendado na mesma data em que haviam sido combinadas reuniões dos cooperados – uma para tratar de assuntos relacionados à Cooperativa e outra para ser discutido um novo contrato para venda de frutas. A ideia era aproveitar a reunião dos produtores, que teriam se deslocado até a sede da cooperativa, para realizar a entrevista focal. Entretanto, ambas não aconteceram e foram canceladas, sem aviso

prévio ao pesquisador que se deslocou desnecessariamente, juntamente com o observador e com o responsável pela gravação e anotações. Somente na terceira data agendada foi possível a realização do grupo focal com somente cinco produtores que se dispuseram a participar e que estavam realizando um treinamento com os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati) sobre conservação e preservação de solos.

A entrevista coletiva finalmente pode ser realizada no dia 22 de agosto de 2018 na sede da Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues, com um grupo constituído por cinco pequenos produtores rurais. Uma explicação possível para a resistência desses produtores em participar do grupo focal é que na mesma época houve a visita de um grupo de pesquisadores de uma universidade federal do estado de Minas Gerais que fizeram uma pesquisa muito desgastante para os produtores. Esses pesquisadores permaneceram aproximadamente quatro horas levantando dados econômicos, financeiros e de produção, gerando um descontentamento com novas pesquisas.

No início de cada sessão focal o moderador fez uma breve apresentação da equipe que o acompanhava (um observador e um responsável pela gravação e anotações) e pediu a cada participante do grupo que se apresentasse. Em seguida fez uma breve explicação do que é a técnica de grupos focais e pediu autorização para realizar as gravações. Também foi esclarecido o que é considerado uma pequena unidade de produção agropecuária.

A pergunta central foi “o que na visão dos senhores explica a permanência do pequeno produtor rural do município de Cândido Rodrigues na atividade agrícola?” Esta indagação guiou as discussões e teve por objetivo fomentar a reflexão dos participantes a respeito das características pessoais, sociais, culturais, financeiras e econômicas do pequeno produtor rural. Durante as discussões, o moderador sempre procurou manter o foco das opiniões. Conduziu a discussão para a investigação de quais as possíveis atitudes, comportamentos e estratégias adotadas pelas pequenas unidades de produção rural que fazem com que elas permaneçam e continuem na atividade agropecuária – ou, coloquialmente, como os profissionais da assistência técnica e os próprios produtores rurais *explicam* essa permanência. Os resultados obtidos nos grupos focais subsidiaram a elaboração de um instrumento de coleta de dados que foi aplicado junto aos pequenos produtores rurais, visando obter dados complementares à entrevista coletiva.

Analisando os resultados obtidos com a aplicação da metodologia de grupos focais junto a técnicos e produtores rurais nota-se uma convergência na maioria das opiniões. Ou

seja, pode-se identificar um conjunto de temas que buscam identificar a permanência da PUPR que é comum a ambos os grupos, salvo as particularidades de um ou outro grupo, devidamente indicados no texto.

Na opinião dos técnicos e dos agricultores “a nossa região tem uma estrutura de produção baseada na pequena produção rural e familiar e isso não vai acabar”. A permanência da PUPR pode ser explicada pelo *tipo de atividade econômica desenvolvida*. Os entrevistados mencionaram que a escolha da cultura é fundamental para tentar garantir renda aos produtores rurais e suas famílias. Ou seja, a perpetuação do pequeno na atividade “depende da sua capacidade em analisar o cenário das culturas” e tomar decisões sobre o que e como produzir. Assim, a capacidade de avaliar a rentabilidade e a lucratividade proporcionada pelas culturas e mudá-las, se for o caso, demonstra resiliência por parte do produtor.

Destacam que entre as culturas, contemporaneamente “as propriedades vão adaptando suas produções a atividades mais rentáveis na área de frutas e hortaliças”. Notadamente a opção pela *fruticultura* é destacada como um fator fundamental à sobrevivência da PUPR. Destacam os agricultores entrevistados que o fato de se dedicarem à fruticultura os diferenciam “de outras regiões de pequenos produtores, como Taiapu e Taiuva que as coisas não andam e as terras foram arrendadas para cana”. Esta dicotomia fruticultura X cana de açúcar pode explicar parte do êxito quanto à sobrevivência dos produtores nesta região. Exemplificam os técnicos: “anos atrás, se o pequeno se mantivesse na produção de laranja não conseguia sobreviver, então ele migrou para a cana”; “hoje a cana também não é favorável ao pequeno produtor e o limão e demais frutas passaram a serem mais interessantes”. Grosso modo, “a fruta, de modo geral, tem uma rentabilidade maior e é importante para a manutenção do pequeno produtor da região”. Importante, então, é notar que a opção pela fruticultura abre um leque de possibilidades quanto a qual fruta será produzida – sem falar nas diferentes variedades e destinações (mesa ou indústria) – e pode-se utilizar conhecimentos acumulados em culturas semelhantes e com utilização de recursos tecnológicos já disponíveis na propriedade. A fruticultura seria, então, uma cultura que detém a expansão do domínio da cana de açúcar entre as pequenas propriedades do município.

Outro fator considerado fundamental da sobrevivência da pequena propriedade é o *êxito da sucessão familiar*. Para os técnicos, é consenso que a existência de um filho ou filha que se interesse pela continuidade da produção rural é fator fundamental para explicar a permanência da PUPR, seja pela motivação presente – continuar produzindo dado que a atividade rural será provavelmente continuada no futuro – ou pelo orgulho pessoal com o

legado às novas gerações. “Aqueles produtores que não tem um sucessor têm limitação para acompanhar a evolução tecnológica, e estão no grupo de forte tendência a parar na atividade [agrícola]”.

Para os produtores, o fato de ter alguém da família que se interesse pela continuidade da propriedade é um fator motivacional. Para os participantes do grupo focal o “sucessor da pequena unidade rural será selecionado pela paixão e pelos valores transmitidos por seus familiares e, por estar atuando com os familiares no campo”. Um produtor exemplificou esta situação: “tenho um filho de 33 anos que nasceu lá em São Paulo. Aprendeu a trabalhar aqui comigo no sítio. Vê se ele quer sair daqui para outro tipo de serviço? Eu vejo como gratificante isso, pensar que tem alguém que vai continuar”. Um outro produtor rural mencionou que “eu tenho minha filha que está fazendo agronomia e gosta das atividades de campo. Acho que ela vai voltar porque quer ser dona do próprio negócio, ter autonomia decisória e liberdade de horário de trabalho”. Outro produtor citou seus vizinhos, lembrando que “o filho do [...] está fazendo agronomia também e quer voltar; o filho do [...] fez técnico agrícola e também deverá assumir a propriedade também, mesmo porque ele gosta muito da natureza”.

Igualmente é de conhecimento dos técnicos que “muitos filhos e filhas de pequenos produtores estão saindo para estudar e retornando para dar continuidade à atividade de produção agrícola”. Mas ressaltam que o retorno à atividade agrícola por parte dos descendentes mais escolarizados depende dos resultados da própria atividade produtiva, caso contrário estes irão procurar outra atividade laboral mais vantajosa, na área urbana. Para alguns entrevistados, “a maior parte [dos filhos de pequenos produtores] não quer mais ficar mais na roça. Porque veem a vida que os pais levam de dificuldades, de aperto, de dívida no banco, de tudo o mais, é difícil né”.

Há uma ênfase quase consensual aos técnicos entrevistados que se o “produtor tiver um filho ou uma filha na linha sucessória que se interesse pela atividade agropecuária e que buscou formação técnica – técnico agrícola ou agronomia – certamente haverá continuidade da atividade produtiva”. Ou seja, a qualificação do sucessor nas áreas técnicas da produção rural (Agronomia, Técnico Agrícola, Agronegócios, Zootecnia e/ou Veterinária) é fundamental para aumentar o seu interesse em permanecer na atividade agrícola. Também na opinião dos técnicos, este filho ou filha poderá buscar a adoção de inovações tecnológicas aos sistemas de produção, tornando a atividade mais rentável. Assim, “esses pequenos produtores estarão evoluindo na atividade produtiva e de negócios”.

Por outro lado, aqueles “filhos e filhas que estiverem em outras atividades urbanas não irão retornar para o campo”, na opinião dos entrevistados. Isto porque a capacitação em outras áreas do conhecimento, majoritariamente relacionadas a ocupações urbanas, desmotivam a permanência ou retorno ao meio rural para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Para os pesquisados, aquelas PUPRs que não tiverem sucessores – entendidos como filhos ou filhas interessados(as) na manutenção da atividade rural – serão incorporadas pelos grandes produtores rurais, causando um aumento na concentração fundiária na região.

Esta questão sucessória não dependeria, na visão dos entrevistados, somente de aspectos pessoais ou profissionais dos filhos ou filhas. Também foi destacado que há “problema de como os pais trabalham esse aspecto [a sucessão familiar] com seus filhos”. Para estes, “aquele produtor que não deixa o filho aprender nada ou não dá liberdade para o filho trabalhar” fará com que ele saia da propriedade, muitas vezes com destino ao meio urbano “em busca de alternativas de renda e dificilmente esse filho ou filha voltará para a propriedade no futuro”.

Um fator destacado pelos entrevistados diz respeito à *utilização da mão de obra familiar* na atividade produtiva. Para eles, esta questão da mão de obra é imprescindível para a manutenção da PUPR por três motivos: ocupa o trabalho familiar; diminui os custos de produção; e melhora a qualidade e produtividade das culturas, notadamente aquela destinada ao consumo de mesa. O fato de haver alternativas para utilização da mão de obra familiar no ambiente produtivo das PUPR possibilita sua remuneração direta e/ou indireta – por meio da divisão dos ‘lucros’ com a atividade produtiva e/ou acesso a alimentos produzidos na propriedade (autoconsumo) – garantindo renda aos familiares. Este fato poderia explicar a intenção de permanência das gerações futuras na atividade rural: “são poucos os produtores que saíram daqui, comparados com Dumont, Jaboticabal e Sertãozinho”, regiões tradicionalmente canavieiras, que utilizam relativamente pouca mão de obra. Por outro lado, opinam os entrevistados que o “a utilização da mão de obra familiar por parte do pequeno produtor faz com que o produtor tenha um baixo custo de produção”. Ainda que consensual entre os entrevistados, esta opinião a respeito do baixo custo de produção vinculado à utilização do trabalho familiar é controversa. Isto porque o produtor não considera e contabiliza o custo de oportunidade da mão de obra familiar – remuneração semelhante à praticada no mercado, garantia de um salário mínimo e demais benefícios vinculados à seguridade social. Por fim, com relação à qualidade do serviço prestado, destacam todos os benefícios decorrentes desta opção laboral: “a permanência da família possibilita uma melhor qualidade no

desenvolvimento dos trabalhos na propriedade. O trabalho da família, a permanência constante do proprietário acompanhando as atividades todos os dias e observando o desenvolvimento das culturas, a aplicação dos insumos na quantidade certa e na hora certa é fundamental. Se for um trabalho de terceiro, nunca o serviço fica de qualidade [...]”. Ou seja, os entrevistados ressaltam que a eficiência produtiva na PUPR se deve à utilização de trabalho familiar que é de melhor qualidade, seja na produção direta seja na gestão, e proporciona uma produtividade maior.

Além deste comentário em geral, os cuidados produtivos inerentes à fruticultura seriam mais bem realizados pela mão de obra familiar. Por ser uma atividade produtiva exigente em termos de tratamentos culturais, o cuidado e dedicação da mão de obra familiar possibilita aumento da qualidade e da produtividade: “eu vejo que a mão de obra qualificada da família é que faz com que as coisas funcionem, principalmente para a produção de frutas na realização das operações e manejos no momento certo”. Destaca um entrevistado que é fundamental a presença da família “principalmente nesses trabalhos artesanais que a gente faz em certas culturas como goiaba e carambola. Para se ter uma boa produção e de qualidade é feito um trabalho artesanal, como poda, desbaste, colheita, combate de pragas e doenças”. A utilização de mão de obra de terceiros não seria recomendada, pois “se for produzir frutas com mão de obra de terceiros para fazer esse trabalho artesanal eu vejo que fica muito mais difícil, então esse ponto é fundamental para dar sustentação da propriedade”.

A este respeito, alguns entrevistados apontaram a manutenção da PUPR enquanto alternativa laboral para a mão de obra familiar, dada a falta de alternativas de trabalho no meio urbano. O proprietário e sua família muitas vezes não têm qualificações, experiência ou capacidade para desempenhar atividades produtivas no meio urbano. Indagam os entrevistados: “eu vejo muitos produtores se questionando: se eu vender minha propriedade e for para a cidade, o que vou fazer no meio urbano?”. Ainda, a possibilidade de absorção elástica da mão de obra na atividade rural cria um alento para a família, enquanto alternativa de renda: “tem alguns exemplos de pessoas de nossa região que estavam com emprego urbano e retornaram para a atividade no campo por não estar satisfeito com a qualidade de vida na cidade e a remuneração recebida” na cidade. Deve-se ter em conta a já mencionada remuneração indireta que estas pessoas têm no meio rural: autoconsumo de produtos agropecuários e, no caso de residência na propriedade rural, subsídio ao valor pago de energia elétrica e não pagamento de despesa com água e aluguel.

A importância da família – ascendentes, descendentes e cônjuges – e dos *aspectos pessoais do produtor rural* são reforçados continuamente pelos entrevistados e sob diferentes pontos de vista além da simples questão da mão de obra.

Foi destacado que a manutenção da PUPR pode relacionar-se com o desejo de manter uma propriedade herdada de antepassados – “o bisavô, o avô e o pai já eram produtores e [ele quer] dar continuidade a essa tradição da família” – e também o desejo de manter a rentabilidade que viabilize a transmissão para a geração seguinte. Também foi mencionado que – para além desta ‘obrigação’ intergeracional – o pequeno produtor mantém-se na produção “porque ele gosta e quer ficar na atividade”, pois valoriza o contato com a natureza e a alimentação mais saudável – sem processamento industrial, com mais qualidade e tendo o conhecimento a respeito da origem dos produtos. Ou seja, “o produtor está no campo por amor a terra e o contato com a natureza”.

Os técnicos entrevistados concordam que o pequeno produtor “é uma pessoa mais sincera, mais humana, e quando você dá uma recomendação técnica que consegue aplicar e dá resultado, o pequeno produtor reconhece e agradece pela orientação recebida”. A receptividade dos produtores foi destacada como motivo de satisfação: “eu me dou muito bem com meus *chacareiros* (sic) e gosto de ajudá-los”.

As questões concernentes à *comercialização*, tanto em termos de alternativas para escoamento da produção como a existência de um mercado consumidor, também foram mencionadas como variáveis explicativas para a permanência dos pequenos produtores rurais na atividade. Em resumo, o pequeno produtor rural “tem onde colocar a produção dele”. A este respeito tanto técnicos como produtores não conseguiram dissociar as suas opiniões sobre as alternativas de comercialização da atividade da fruticultura, talvez levando em consideração o caso real ou as experiências pessoais vivenciadas cotidianamente. Para eles a “a permanência do pequeno produtor na atividade é facilitada pela existência de um mercado diversificado para a fruticultura (limão, goiaba, manga, abacate) e, pela facilidade de colocação dessa fruta no mercado”. A interface com o mercado ocorre por meio da existência de atravessadores ou intermediários que adquirem a fruta, tirando a necessidade desta PUPR buscar comprador, seja atacado ou varejo ou mesmo consumidor final. Assim, associam a permanência na atividade agropecuária à “diversidade de frutas que a região produz e a quantidade de barracões que comercializam frutas nos municípios de Cândido Rodrigues, Fernando Prestes e Monte Alto, que compram e escoam a produção”. Entretanto, há questões comerciais ainda não totalmente superadas. Um aspecto destacado são as vantagens em

termos de preço e prazo “onde o produtor tem que ter volume para ter um poder de negociação maior” junto aos atravessadores.

Por outro lado, a existência e a associação junto à cooperativa municipal torna-se uma alternativa interessante para superar a problemática da necessidade de lote mínimo de venda. “Hoje tem os barracões que compram, mas nós temos essa cooperativa que é um grande incentivo pra gente, no momento de comercializar nossa produção e de comprar insumos. Estamos lutando e acho que nós não devemos desistir. A abertura de novos canais de venda só foi possível graças a Cooperativa porque sozinho ninguém conseguiria nada”.

A manutenção da PUPR também dependeria da inversão no processo de escolha de qual a melhor cultura a ser implementada, atentando-se às alternativas de comercialização. “Antigamente o pequeno produtor se perguntava: o que eu planto? Ele escolhia o que ele gostava de produzir ou que era possível produzir com os recursos que tinha a sua disposição”. Atualmente, segundo os entrevistados, o processo ocorre de forma inversa: o produtor rural tem que “pensar na infraestrutura para escoar a produção e quem vai comprar a produção”. Segundos os grupos focais uma forma de superar as adversidades de comercialização é a existência de cadeias curtas de produção, onde parte da produção agrícola possa ser consumida na região, próxima ao local de produção. Foram citadas as “feiras livres dos assentados de Matão e Araraquara” como exemplo “de comercialização da produção próxima à propriedade e no próprio município”.

Aliás, a menção ao *associativismo* e ao *cooperativismo* são comuns quando se pensa em aspectos positivos vinculados à permanência do pequeno produtor rural na atividade agrícola.

A princípio, mencionam, uma vez mais resgatando a situação específica observada na região, que a cooperativa de Cândido Rodrigues é um exemplo notável de associativismo que “deu certo”, contrariando uma expectativa de prevalência de relações individualistas e a falta de confiança entre os produtores. Destacam que dentre os fatores responsáveis por este êxito está o fato de que esta cooperativa foi constituída por pequenos produtores de frutas com interesses em comum e que “quem tomou a frente para a criação da cooperativa foi à Prefeitura Municipal, dando apoio e respaldo técnico para sua implantação”. Estes produtores conseguiram por meio do Programa Microbacias II,³³ da Coordenadoria de Assistência

³³ O Programa Microbacias II do Governo do estado de São Paulo teve como um de seus objetivos apoiar as organizações de produtores rurais. O Programa concedia financiamentos em condições vantajosas, dependendo da estrutura: se a associação fosse constituída por mais de 70% de agricultores familiares, o governo concedia

Técnica Integrada (CATI) da Secretaria de Estado da Agricultura, a liberação de um financiamento para um *packing house*.³⁴ “O governo do Estado viu que o pequeno produtor quer ficar no campo, mas para isso cobra uma contrapartida, que é a formação de associações e cooperativas”. As condições financeiras vantajosas deste financiamento – o montante total envolvido de R\$ 1,6 milhão foi financiado, sendo 50% deste “a fundo perdido” pelo governo do estado de São Paulo, e o restante a ser pago em 18 meses, a juros de 13% ao ano – explicam o ânimo dos produtores para o estabelecimento de relações associativistas. O fator fundamental para a obtenção deste empréstimo foi a existência prévia de uma associação de produtores – que posteriormente se transformou em cooperativa – apta a pleitear o financiamento: “só foi possível ter acesso a este recurso [para construção do *packing house*] porque os produtores de Cândido Rodrigues estavam preparados para o associativismo e a cooperação, mas a maioria dos produtores não está preparada para o associativismo”. Ou seja, casou-se, nesta ocasião específica, a disposição para a associação/cooperação com a existência de recursos financeiros para sua manutenção, o que diferencia a cooperativa de Cândido Rodrigues das demais.

Por outro lado, o “associativismo e o cooperativismo possibilitam ao pequeno produtor rural adquirir escala econômica no momento da compra de insumos e na comercialização da produção”. Notaram os entrevistados que dentre as dificuldades para o pequeno produtor rural permanecer no campo há problemas para aquisição de insumos, exemplificando que não é possível, por exemplo, comprar adubo em pequenas quantidades, somente “carga fechada”. Destacam que quando é possível a compra em menor quantidade, o preço praticado é mais elevado. Também o tamanho das embalagens de agrotóxicos é limitante para o pequeno produtor que pode se ver ‘obrigado’ a comprar uma quantidade de produtos acima de sua necessidade, tendo em vista a indisponibilidade de venda fracionada ou em embalagens menores. Ou seja, parte dos problemas vinculados ao lote mínimo de compra e venda, assim como de regularidade para entrega de produtos no mercado são equacionados com as vantagens de escala obtidas por meio da associação ou cooperação. Novamente a Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues surgiu como um exemplo positivo e que funciona para atender às necessidades de seus associados. Reconhecem a importância da

financiamento a ‘fundo perdido’ de até 70% do valor da proposta de negócio; para associações com menos de 70% de agricultores familiares, a subvenção a ‘fundo perdido’ seria de até 50% do valor financiado. Em ambos os casos, o valor máximo concedido a ‘fundo perdido’ era de 800 mil reais. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

³⁴ *Packing House* pode ser entendido como o local de recebimento e processamento de hortifrutigranjeiros procedentes de pequenas unidades de produção rural, onde é possível realizar a classificação, controle de qualidade, descarte, beneficiamento, embalagem e distribuição.

cooperativa para o preparo e embalagem de produtos, enquanto alternativa para a comercialização da produção agrícola e para a compra de insumos: “isso foi possível graças à Cooperativa porque sozinho ninguém conseguiria nada”. Mas ressaltam os entrevistados: “a maioria dos produtores não estão (*sic*) preparados para o associativismo [...]” e “prefere viver com mil reais a entrar em uma associação e perder tudo”. Estas opiniões balizam o fato de que os benefícios decorrentes da associação ou cooperação não podem ser considerados unívocos ou incontestes.

O associativismo mostra-se, então, uma alternativa interessante para dirimir problemas de falta de escala econômica também quando se considera a grande cooperativa, apesar da opinião de que o “cooperativismo no estado de São Paulo é diferente do sul do Brasil [...] porque na região sul o cooperativismo visa ajudar o produtor na comercialização e nós aqui não, simplesmente compramos e vendemos insumos”. Apesar de sua finalidade mais comercial, a grande cooperativa³⁵ foi destacada como elemento importante de fomento à atividade do pequeno produtor. Isto porque estas grandes cooperativas compram grandes lotes insumos, negociando o melhor preço possível e repassando parte destes ganhos ao produtor. Mesmo que somente enquanto ‘revenda’ de produto, a grande cooperativa tem papel destacado na manutenção da PUPR pois esta torna-se referência do estabelecimento de preço para demais revendas privadas de insumos agrícolas (ou seja, a revenda privada leva em consideração o preço praticado pelas grandes cooperativas ao estabelecer os seus preços). Também há de se destacar a prestação de serviços técnicos aos produtores vinculadas a estas grandes cooperativas e a existência de linhas especiais e específicas de crédito, enquanto fator que colabora com a manutenção da PUPR.

Entretanto este apoio das grandes cooperativas à manutenção da PUPR não é consensual entre os entrevistados. Para alguns as grandes cooperativas não atendem as necessidades dos pequenos produtores: estabelecem quantidades mínimas de insumos a serem vendidas, acima da capacidade de compra e absorção do pequeno produtor; não fornecem apoio à comercialização dos produtos; e não *privilegiam* os pequenos produtores na prestação de assistência técnica. Nem esta é específica para atender a um pequeno produtor, entendendo suas particularidades e vicissitudes, e nem a cooperativa dispõe de quantidade de técnicos suficiente que permita um acompanhamento regular destas PUPRs. Assim, na opinião dos profissionais da assistência técnica que estão no campo a mais tempo “as grandes cooperativas hoje estão expulsando o pequeno produtor rural” de seu quadro associativo,

³⁵ São exemplos de grandes cooperativas existentes na região de Cândido Rodrigues a Coopercitrus e a Coplana.

porque não representam público alvo prioritário para a suas ações comerciais. “Esse modelo de grandes cooperativas só favorece aos grandes produtores”. Sugerem, ao contrário, que o “pequeno produtor tem que estar organizado em pequenas associações e cooperativas em suas microrregiões, atendendo as necessidades dos produtores locais, com tamanhos de áreas e atividades produtivas similares”.

A aceitação de *orientação técnica* foi mencionada como um dos fatores que podem ajudar no aprimoramento das atividades de campo na pequena propriedade da região. Segundo os membros da assistência técnica entrevistados, as PUPRs “são pragmáticas e tem aqueles produtores que são carentes de orientação, que reconhecem e absorvem tudo o que é passado, mas, muitas vezes, o tempo não permite dar uma orientação mais detalhada e de melhor qualidade”, em consonância com o que já foi ponderado. A este respeito, um dos entrevistados destaca que “em Cândido Rodrigues eu atendendo dois tipos de produtores. O ‘carente’ que precisa de mais assistência e muitas vezes não tem condições de colocar tudo em prática, e o ‘pragmático’ que vai bater cabeça por mais tempo” antes de aceitar as recomendações repassadas. Este ponto é importante pois demonstra a abertura da PUPR às inovações técnicas e tecnológicas, ainda que não absorvidas prontamente, e a incapacidade da assistência técnica privada dar conta das demandas. Também a assistência pública por meio da Casa da Agricultura demonstra-se insuficiente em atender à demanda e há um consenso da falta de uma assistência técnica e extensão rural específica para o pequeno produtor.

Os entrevistados reforçam que “aquele pequeno produtor que tinha pouca cultura e não aceitava novas tecnologias praticamente saiu do mercado, e os que permaneceram melhoraram a produtividade e tendem a prosperar”. A imagem estereotipada de que o pequeno produtor rural é um ‘bronco’ e ultrapassado, vivendo como no século XIX, é demovida tanto pelos técnicos como pelos demais produtores entrevistados. Para os produtores rurais a assistência técnica ajuda, pois eles reconhecem que embora possuam a prática da produção no campo, “esse conhecimento técnico é importante e a gente sempre troca ideia com os técnicos, e isso auxilia muito a gente”.

Quando questionados porque há alguns produtores que aceitam e outros que não aceitam a orientação técnica, notam alguns entrevistados que permanecem na atividade produtores de gerações mais antigas e que estes são mais resistentes às mudanças e às inovações. Acreditam que eventos externos possam fazer o produtor reticente às mudanças: “algumas vezes o produtor pode ter sido enganado por algum vendedor desonesto, que orientou a aplicação de um produto que não era o mais recomendado ou não deu a devida

orientação técnica”. Cabe destacar uma reflexão adicional a este respeito: o produtor rural pode não conseguir ter uma visão sistêmica da complexidade de variáveis envolvidas na sua produção. E “como ele é muito assediado por vendedores de produtos [agrícolas], acaba não acreditando e ficando desconfiado dos técnicos que realmente querem passar uma orientação ou uma nova tecnologia para ele”. Esta simbiose entre assistência técnica e venda, dado que muitas vezes ambas são prestadas pelo mesmo agente privado, causa desconforto e desconfiança no produtor. O produtor se pergunta ‘em quem eu vou acreditar?’ e isto causa insegurança no processo de tomada de decisões. Muitas vezes “querendo economizar um real em um produto, [o produtor] pega orientação errada e vai perder mais ou deixar de ganhar com sua produção”.

Por fim, ainda há “casos em que o produtor é ‘cabeça dura’ e não aceita a orientação e nem a tecnologia”. Esse produtor “paga para ver o resultado e acaba perdendo todo o serviço”, por não ter acreditado na recomendação técnica. Citaram, inclusive, o exemplo de um produtor rural que tinha conhecimento a respeito da necessidade de aplicação de um produto em dado momento da produção, mas não quis acreditar na sua eficácia ou benefício. Esse comportamento, segundo Galjart (1979), pode ser explicado pelo ‘desinteresse’, ou seja, o produtor rural sabe o que deveria fazer e não faz, pois ou não quer adotar inovação alguma em sua atividade agrícola ou por questões de valores pessoais ou culturais.

Para os profissionais da assistência “os filhos e a nova geração aceitam mais as inovações” e orientações – sendo que a ênfase destes profissionais recai sobre inovações técnicas e tecnológicas. Esta visão e opinião é compatível com a visão do agronegócio, que enfoca aspectos produtivos, por meio da difusão de pacotes tecnológicos. Isto é compreensível porque a maioria dos técnicos participantes do grupo focal é proveniente de duas cooperativas que são grandes revendedoras de insumos e máquinas e que realizam constantes treinamentos em parceria com grandes empresas nacionais e multinacionais de agrotóxicos, máquinas e equipamentos.

Quando apresentaram suas opiniões a respeito da eventual adoção de *um novo processo de produção*, como a mudança da agricultura convencional para a orgânica ou hidroponia, as respostas foram reticentes. Acreditam os técnicos que as PUPRs não estão preparadas para uma agricultura que esteja fora dos padrões convencionais de produção. Para os entrevistados há uma série de limitações do ponto de vista técnico para práticas alternativas: “tecnicamente a produção de orgânicos é difícil em nossa região porque as propriedades são pequenas e pode haver interferência devido à grande quantidade de

defensivos utilizados nas outras culturas” e seria “difícil você ser uma ilha de orgânicos no meio de defensivos” utilizados pelos vizinhos, em tratamentos culturais convencionais. Ressaltam que é comum “problemas de deriva, que causam interferências em outras culturas”, como a aplicação de defensivos na cana de açúcar que afeta a produção de frutas, sendo “difícil tirar uma produção sem contaminação por defensivos”. Ainda que haja interesse, disponibilidade e vontade de praticar uma produção não convencional, há destaque para o papel do pacote tecnológico: um dos entrevistados citou um exemplo de outro município, onde uma grande empresa faz contrato com os produtores de orgânicos, e “se responsabiliza pela comercialização de toda a produção, desde que o produtor assine um contrato onde ele assume que irá utilizar o pacote tecnológico para orgânicos, inclusive especificando os insumos permitidos na produção”.

Ainda que, segundo os entrevistados, a manutenção da PUPR esteja relacionada com o cultivo tradicional, tal fato não quer dizer que os produtores farão as coisas sempre da mesma maneira (ou seja, foi dito que estes produtores buscam *eficiência produtiva*) ou que não incorporarão novas atividades às já adotadas (praticando a *diversificação da produção*).

Em suma, os entrevistados destacam que a aceitação ou incorporação de orientações da assistência técnica é fator importante para explicar a permanência da PUPR, ainda que estes produtores sejam reservados quanto a novos modos de produção. Deste modo, o que parece relacionar-se à manutenção na produção rural é a busca e adoção de medidas que tragam impacto na *eficiência produtiva*, ainda que na produção convencional em uma pequena propriedade. Para os pesquisados, em “relação ao futuro, o pequeno produtor tenderá a permanecer porque em nossa região o ganho líquido por hectare do pequeno é maior que o ganho do grande produtor”, ou seja, a PUPR consegue maior produção por área, ou obtém ganhos de produtividade, especialmente com o cultivo de frutas. A irrigação foi apontada como um diferencial nesta produção, especialmente na cultura do limão “pois [o produtor] consegue produzir na época de menor oferta e com melhor qualidade”, aliando aumento na produtividade com ganhos de qualidade. Cabe destacar um ponto: quando se comentou a respeito do uso de água para irrigação, ainda que se reconhecesse a importância produtiva e estratégica desta alternativa, foi mencionado que “o [pequeno] produtor na maioria das vezes, não está 100% documentado a respeito do uso da água”, pois é prática na região “não fazer a outorga da água, mas ele sabe que não irrigar, sua produção estará comprometida”. Por outro lado, este produtor “não adota as melhores práticas de irrigação e não domina a questão de quando e quanto irrigar, mas ele sabe que é uma tecnologia essencial para a produção de

frutas”. O receio do produtor faz com que ele não adote todas as orientações técnicas para melhorar a eficiência de sua irrigação. Falta orientação para que o produtor possa ter um uso mais racional dos recursos hídricos e/ou utilizar “uma tecnologia mais avançada, como uma fertirrigação”, que é uma técnica de aplicação de fertilizantes via água de irrigação.

Outro aspecto ressaltado é o fato de que “o grande produtor não acompanha as atividades no dia a dia, [...] não é ele que faz a aplicação de defensivos, insumos e manutenção dos pomares, e isso pode estar reduzindo o lucro dele” ao contrário do acompanhamento diuturno do pequeno produtor. Assim, “a produtividade de frutas do pequeno produtor é maior quando comparada ao grande produtor”. A questão da assertividade do pequeno produtor também foi colocada, “o pequeno produtor, apesar de não ter o maquinário grande e a agricultura de precisão, ele é mais assertivo na condução da cultura”, pois ele realiza os tratos culturais no momento certo e com a quantidade de insumos necessária, sem esbanjar ou sobredimensionar o uso ou a aplicação. Deste modo, a PUPR tem um bom dimensionamento da sua necessidade de máquinas e equipamentos, mesmo porque o produtor “não pode errar” se não quiser comprometer as finanças da família.

Destaque também foi dada ao papel das adaptações produtivas enquanto alternativa para superação de adversidades externas à propriedade. Um exemplo citado é a convivência dos produtores de laranja com o cancro cítrico. Os entrevistados mencionam que a compra de fruta por parte dos processadores somente ocorre se os produtores e os *packing houses* adotarem boas práticas de produção: “não é tamanho da propriedade que determina quem é bom ou não na atividade e quem vai permanecer na atividade, mas aquele que atentar para certos padrões de produção”. Além disto, outro mecanismo citado foi o rastreamento, de modo a identificar a origem das frutas; assim, é possível “acabar aquela malandragem de colocar lotes contaminados [com produtos proibidos] no meio de grandes lotes de frutas”.

Na opinião dos entrevistados, o que pode explicar a manutenção da PUPR é o desenvolvimento de ***diversificação da produção***, por meio de novas atividades para além da produção agrícola. Essas novas atividades permitiriam a ocupação da mão de obra familiar e a geração de renda não agrícola e ao mesmo tempo a exploração de um produto ou serviço diferenciado. “Hoje tem produtores que estão montando um pequeno restaurante com comida típica da região, montando uma fábrica pequena e simples de queijo e derivados do leite e não pretende ampliar”. Também pode ser aventada a alternativa de produção de massas caseiras, doces, compotas, embutidos, ovos ou carne (frango e suínos) para venda. Esta diversificação da produção também viabiliza o autoconsumo, pelo fato do produtor e sua família “retirar o

seu sustento da propriedade; cria galinha, porco, planta milho, frutas de época, produz leite, hortaliças e se vira”, ou seja, não contabiliza nem na estrutura de custos da família e nem na receita da propriedade o que foi destinado para consumo próprio.

Os benefícios da diversificação se fazem refletir também na capacidade de adaptação às adversidades do mercado. Diante de oscilações bruscas no preço de um produto ou nos custos de produção, a PUPR teria condições de migrar para outras produções utilizando mão de obra, conhecimento técnico e infra-estrutura já disponível na propriedade. Exemplificam o pensamento lembrando que “no passado existia muitas pequenas propriedades de laranja na região, e esse pessoal se virou”, diante da diminuição dos preços deste produto. As PUPRs migraram da “produção de laranja para uma diversidade maior de frutas e hortas, como: goiaba, manga, tomate, jiló, quiabo, abobrinha, berinjela, mandioca, milho verde, melancia, cebola; ou seja, se virou”. Se novas alterações conjunturais nos mercados atendidos ocorrerem “o pequeno irá se adaptar novamente, com uma produção de hortifrutigranjeiros e com a plasticultura”. Portanto, para os entrevistados existem alternativas de produção na PUPR que irão permitir que ela se perpetue entre as gerações.

Os entrevistados ressaltam, ainda que de maneira indireta, a importância da *gestão financeira* da PUPR. Isto porque mencionam aspectos diversos relacionados a equacionamento de pagamentos e recebimentos vinculados à produção agropecuária, gestão de prazos e estrutura e utilização de crédito/financiamento.

Segundo os entrevistados o prazo de recebimento das vendas “varia de 30 a 90 dias” – ou seja, vendas a prazo – “e, muitas vezes, por meio de uma quantidade grande de cheques sem fundo”, que poderia comprometer o fluxo de caixa da atividade produtiva”. Também foi mencionado o fato de que os intermediários transferem o risco do não recebimento de suas vendas para o produtor rural via cheques de terceiros. Assim, pode-se explicar a desconfiança do produtor em suas tomadas de decisões quanto à comercialização: seria melhor ganhar pouco, com menos risco, do que tentar ganhar mais, assumindo um risco mais elevado. A entrada de recursos condiciona o volume e o prazo para realização dos pagamentos: “é o padrão que ele quer, pode ser um carro simples, um trator simples, implementos usados, mas que atendem à sua necessidade” financeiras.

Um ponto reforçado continuamente nos grupos focais foi o papel do crédito/financiamento. Importantes questões foram levantadas quanto à disponibilidade de linhas de crédito e a disposição do produtor em obtê-las (ou não).

A respeito do primeiro ponto, foi apontada a restrição das linhas de crédito às PUPRs: “só vai conseguir alguma coisa via [programas governamentais de crédito à] agricultura familiar, com juros a 4% ao ano” enquanto o médio e o grande produtor teriam acesso a uma maior quantidade de linhas de crédito tanto junto a cooperativas como junto ao setor bancário privado. Este aspecto iria se agravar no futuro, pois os recursos financeiros tenderiam a ser cada vez menores e “isso dificulta mais o acesso ao crédito pelo pequeno produtor”, que “vai ter que se capitalizar e tocar o negócio dele com recursos próprios”.

Além de ter acesso a menos linhas de crédito, o segundo ponto reportado pelos entrevistados foi a falta de condições para cumprir os requisitos exigidos para obtenção do crédito/ financiamento no mercado.

Foi destacado que a PUPR por vezes não atende aos aspectos legais, dado o custo elevado para tanto, ou a impossibilidade de obtê-lo. Foi mencionada a falta de legalização das atividades desenvolvidas por estes pequenos produtores ou da própria propriedade: “às vezes ele está totalmente ilegal do ponto de vista de escrituração, falta fazer inventário da propriedade, não tem outorga da água”. Dessa forma “o pequeno acaba perdendo a oportunidade de implantação de diversos projetos agrícolas, com linha de crédito a juros baixos, por falta de estar com a documentação em ordem”. Também “tem aqueles produtores que arrendam a sua propriedade para um terceiro, deixando de ser produtor rural, perdendo o direito a linhas de financiamentos” mais facilitadas. Foi notado também que o pequeno arrendatário passa igualmente por dificuldades, pois, “ele não consegue nada em lugar nenhum, [...] vai na cooperativa ele não é cooperado; vai numa associação e às vezes ele pode ser sócio as vezes não, depende, porque o título da terra não é dele, ele arrendou a terra”, e quando “vai buscar crédito, meu amigo do céu, é como se fosse um marginal, porque o dono da terra não assina e não dá anuência”.

O pequeno produtor, para os entrevistados, “tem dificuldade de interpretar a adoção de um recurso financeiro que é adequado pra ele, porque na maioria das vezes o produtor só sabe plantar, carpir, colher e não sabe ler as exigências burocráticas” vinculadas à obtenção de crédito/financiamento e das alternativas disponíveis para tanto. Nesse sentido, “tem que ter alguém que leia e explique para o produtor as burocracias relacionadas a um financiamento agrícola, suas exigências, o que é de seu direito e quais são suas obrigações legais”. Falta orientação confiável por parte do setor bancário: “o produtor não quer ir ao banco, é difícil para ele”, dado o desconforto e a desconfiança instituída pelo agente bancário.

Por fim, a principal e mais citada preocupação do pequeno produtor rural seria a garantia da renda familiar, obtida por meio da adoção de alternativas de produção que a maximizassem. Se por um lado a adoção de técnicas, tecnologias ou dada(s) cultura(s) é elencada enquanto fatores explicativos da persistência da PUPR, por outro lado a manutenção da renda familiar é entendida como sua principal *finalidade*. A renda da atividade rural é transformada em renda familiar e torna-se responsável pela sua estrutura de consumo e, no longo prazo, será responsável pela própria sobrevivência desta propriedade.

O que pode o produtor fazer a este respeito? Os entrevistados têm a opinião de que “cada produtor *adapta seu nível de consumo de acordo com a renda* obtida pelo limão, tangerina, manga” ou pela atividade rural, de maneira geral. Exemplificam que na região pesquisada a produtividade de manga pode chegar até 40 toneladas por hectare, “mas também tem aquele mangicultor que produz 7 ou 8 toneladas por hectare e sobrevive”. Assim, o pequeno produtor, ciente do papel que a renda da atividade agropecuária representa na manutenção de sua família, adapta o padrão de vida familiar em função da renda obtida. “O que eu vejo de diferencial entre os produtores daqui é que eles são seguros e pensam no futuro”. Não irão, assim, ‘matar a galinha dos ovos de ouro’, descapitalizando a produção em detrimento de um nível de consumo que a propriedade não pode suportar. “Não é porque eles tão ganhando dinheiro hoje que vão gastar com carro novo, comprar casa na praia”; “aqui os produtores são seguros na atividade e investem na propriedade”. Portanto, os entrevistados são categóricos em afirmar que uma das explicações para manutenção da PUPR é que “cada produtor tem seu padrão de vida, seu nível de consumo”, mas adaptado à renda auferida. “Eu vejo como um grande diferencial em relação a outras regiões, porque eu vejo a quantidade de camionetes novas que tem em outras regiões, aqui o produtor tem condições de ter, mas eles pensam na propriedade, então por isso que está dando certa a pequena produção aqui”. Para os entrevistados, os produtores que se mantêm na atividade apresentam um perfil conservador, que segundo eles é algo benéfico: “é lógico que aquele que obtém rentabilidade maior talvez consiga comprar um pedaço a mais de terra” mas via de regra, na opinião dos entrevistados, é o cotidiano que dita o uso da renda.

Diante de adversidades quanto à renda da atividade rural, os entrevistados citaram que “os filhos entendem porque acompanham e sabem o quanto é difícil a atividade agrícola. Apesar de todo esse sacrifício eu nunca ouvi de meus filhos em abandonar a propriedade. Eles sempre procuraram ajudar a gente a acreditar e a preservar aquilo que foi construído. Nunca desanimaram”. Outro colocou que “nunca tivemos esse tipo de conflito, porque a família e,

principalmente o casal se uniu porque já tem um vínculo com a atividade e sabe das suas dificuldades financeiras. Minha esposa também era daqui, da zona rural, gosta de morar no sítio e já estava acostumada com essa vida.”

4.2 Vivências, experiências e trajetórias de vida dos pequenos produtores do município de Cândido Rodrigues/SP

As entrevistas de campo com os pequenos produtores rurais de Cândido Rodrigues ocorreram no período entre 4 e 17 de março de 2019.

A primeira entrevista foi feita com um pequeno produtor rural, com quem o pesquisador já havia estabelecido contato prévio e uma relação de confiança. Este produtor, detentor de uma ampla rede de contatos entre os produtores do município foi importante para conquistar a confiança dos demais.

A técnica da “bola de neve” foi utilizada e cada entrevistado indicou dois ou mais potenciais participantes, como uma estratégia de ganho de tempo na realização da pesquisa de campo. Dessa forma, esta técnica revelou-se adequada para realização de pesquisa junto a pequenas populações, como é o caso dos produtores rurais de Cândido Rodrigues/SP. Isso ocorre porque a chance de um produtor ser indicado para a pesquisa é maior quando comparado com pesquisas a serem desenvolvidas com grandes populações.

Os produtores entrevistados haviam sido indicados por outro(s) produtor(es), portanto, o pesquisador já tinha o endereço das propriedades e/ou o telefone para agendar um horário para a conversa. Optou-se em ir até o local de moradia dos produtores rurais de Cândido Rodrigues para ouvir suas histórias. A abordagem junto aos produtores rurais começava com a apresentação pessoal do pesquisador e quais os motivos de estar lá. Cada entrevista durou entre 50 e 75 minutos. A pesquisa de campo ocorreu no mês de março de 2019 durante todos os dias da semana. Um dado interessante é que alguns produtores ficaram sabendo da realização do trabalho e ficavam aguardando para conversar com o pesquisador tendo uma boa receptividade durante a entrevista.

O tamanho da amostra foi definido por saturação, ou seja, a partir do momento em que os novos entrevistados passaram a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes a pesquisa. Foram entrevistados 14

proprietários de PUPR com áreas que variam entre 6 e 48,4 hectares. Ou seja, todos possuem uma área inferior a 56 hectares, limite máximo corresponde a 4 módulos fiscais que caracteriza o universo de propriedades objeto desta pesquisa. Após concluir a coleta de dados no campo, todas as entrevistas e observações realizadas pelo pesquisador foram transcritas, com a devida permissão de cada produtor rural entrevistado.

Analisando as entrevistas, juntamente com as anotações de campo, obteve-se uma amostra de vivências, experiências e trajetórias de vida dos pequenos produtores rurais de Cândido Rodrigues/SP. Ainda que em termos estatísticos esta amostra não seja representativa, dado que não era objetivo desta pesquisa, pode-se identificar comportamentos *em geral* acerca das variáveis que possibilitam compreender a permanência da PUPR na atividade agrícola.³⁶

Inicialmente cabe destacar alguns *aspectos demográficos* acerca do proprietário rural.

O dono da pequena propriedade é homem e casado, acima de 50 anos e geralmente reside na área rural. Alguns poucos residem na sede do município de Cândido Rodrigues, em casa própria. Neste caso, na propriedade rural permanecem os seus pais, que são bastante idosos. Ou seja, a população que reside no meio rural é envelhecida.

Nas propriedades rurais moram, geralmente, o proprietário, sua esposa e filho(s) ou filha(s) solteiros. No caso dos pais do proprietário residirem na propriedade, o fazem em casa separada do entrevistado, assim como o filho(s) quando é casado(s).

Não se observa proprietário rural analfabeto, assim como seus familiares. A maioria dos produtores possui Ensino Fundamental completo ou incompleto – neste caso específico, os produtores mais velhos. O que se observa é uma relação inversa entre escolaridade e idade: os mais velhos – pessoas com mais de 60 anos, proprietários rurais e/ou seus pais – têm nível de escolaridade menor, geralmente até a “4ª série”, que corresponde ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Os filhos dos proprietários com menos de 30 anos cursam ou concluíram o Ensino Superior ou secundário técnico. Entre estes dois níveis educacionais encontra-se o Ensino Médio, barreira que não foi vencida pelas pessoas mais velhas e os impediu de se qualificarem em um curso superior. Até mesmo o 2º ciclo do Ensino Fundamental para os mais velhos e o Ensino Médio para aqueles de meia idade se mostraram uma barreira. Pode-se aventar que a necessidade destas pessoas de trabalhar dificultou que

³⁶ É digno de nota o fato de que todos os entrevistados são homens casados, com idade avançada. As idades dos entrevistados são: 32, 54, 56, 57, 57, 58, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 71 e 73 anos.

eles obtivessem mais anos de estudos. A inexistência de escolas, a falta de ‘obrigatoriedade’, o calendário e horários de aulas incompatíveis com as atividades no campo, a falta de transporte adequado e incentivo familiar podem ter contribuído para a baixa escolaridade presente no meio rural.

São poucos os filhos destes proprietários – geralmente dois ou três – demovendo o senso comum de que na área rural há grande número de descendentes. Filhos e/ou filhas moram na propriedade rural quando são solteiros. Quando se casam, às vezes permanecem na propriedade rural e outras vezes residem na área urbana, tanto em Cândido Rodrigues, como em outros municípios.

Compatível com o envelhecimento dos proprietários, está a idade dos seus descendentes: são jovens e adultos que ou estudam ou trabalham. Quando trabalham, os filhos homens se dedicam à atividade agropecuária na propriedade rural. Já as filhas estudam ou trabalham fora da propriedade, em atividades no meio urbano.

As esposas dos proprietários trabalham em casa e na propriedade. Ou seja, ***todos os adultos trabalham***: o proprietário, sua esposa e o(s) filho(s) adulto(s). São duas as exceções: jovens que estudam (e obviamente, as crianças) e pais idosos em idade avançada ou com problemas de saúde. Se têm condições de desenvolver algum tipo de atividade no campo, mesmo estes pais idosos o fazem.

Todas as pessoas com mais de 60 anos têm ***renda proveniente de aposentadoria***, sejam os proprietários, suas esposas ou seus pais idosos. Ou seja, salvo jovens estudantes e crianças, todos os adultos no meio rural têm renda própria, seja fruto de aposentadoria, trabalho no meio urbano ou renda advinda da propriedade.

Curioso notar um aspecto: geralmente são filhos que trabalham na propriedade rural; as filhas trabalham no meio urbano. Este fato faz com que renda proveniente do trabalho das filhas não seja transferida para a renda total destinada à manutenção da família e/ou da propriedade. Tal comportamento pode significar duas coisas: a filha pode destinar seu salário para avançar nos estudos ou compor um fundo de reserva (‘pé de meia’) para sair de casa e iniciar sua vida longe dos pais, casando ou não. Por outro lado, este comportamento pode se tornar um problema no futuro, pois a filha usufrui da estrutura da propriedade rural (moradia, alimentação) e não transfere renda para ela. O irmão que permanece na atividade agropecuária trabalha para todos da família e o resultado da atividade produtiva é incorporado à propriedade, para futura divisão entre os herdeiros. Esse comportamento pode ser um

desestímulo à permanência do filho na propriedade, porque o resultado de seu trabalho será dividido entre todos da família ('ele trabalha para todos e a irmã trabalha para si'). Por sua vez, se este filho que trabalha na propriedade usufrui de recursos financeiros daí derivados, pode ocasionar uma discordância com os demais irmãos, que podem sugerir que este filho está se aproveitando materialmente da proximidade com os pais ou com a propriedade.

Em que pese parte da família do proprietário não residir na PUPR, observa-se que *todos usufruem da renda gerada pela atividade* agropecuária. *Toda* a família, morando ou não na propriedade, usufrui da renda de forma total ou parcial, seja por meio da transferência direta de recursos financeiros, pagamento de estudos para os filhos ou filhas, pagamento de gêneros alimentícios ou despesas com moradia em geral. Demonstra-se com este comportamento a importância intergeracional e intertemporal da renda gerada na propriedade rural que subsidia parte das despesas familiares dos descendentes.

A *mão de obra* utilizada na produção envolve majoritariamente os membros da família: proprietário, esposa e filhos homens e os pais idosos do proprietário, quando ainda conseguem trabalhar. Também há troca de serviços com irmãos do proprietário e/ou demais familiares, em função de partilha de herança e principalmente quando estão morando próximos. Há compartilhamento de máquinas, implementos e realização de atividades de campo, em momentos específicos, quando há aumento da intensidade de certos tratamentos culturais.

Há ocasionalmente a *contratação de empregados* fixos e registrados que moram na propriedade rural. Nota-se uma diferença quanto ao porte da propriedade e o tipo de mão de obra: aquela que possui uma área produtiva maior faz uso de mão de obra fixa e registrada além daquela familiar; as menores propriedades utilizam-se primordialmente da mão de obra de membros da família e realizam troca de serviços e de uso de máquinas e implementos entre familiares. Entretanto, nos dois casos é comum a contratação de empregados temporários, em ocasiões específicas (colheita e/ou embalagem).

Outro ponto a ser destacado é que a disponibilidade de mão de obra familiar *condiciona* a quantidade de produto: quando se trata de fruticultura, produz-se somente o que é possível, de modo a empregar somente (ou majoritariamente) a mão de obra familiar; quando é produzida cana de açúcar, a opção é o arrendamento para as usinas de açúcar e álcool, talvez porque a estrutura produtiva familiar não desse conta dos tratamentos culturais

necessários, além da necessidade de investimento em máquinas e equipamentos diferentes daqueles disponíveis para fruticultura.

Percebe-se que dada a sazonalidade da ocupação da mão de obra nas atividades de fruticultura – que faz com que hajam picos de trabalho, seguidos por ociosidade – não haveria ocupação na PUPR que justificasse a contratação de empregados em tempo integral. Assim, os demais produtores rurais da região, sobretudo os grandes, contratam e registram os melhores trabalhadores, pois têm demanda de serviço durante todo o ano. Para as PUPRs, que contratam somente trabalhadores temporários, acaba sobrando uma mão de obra de baixa qualificação e que compromete a qualidade das frutas, especialmente no momento da colheita. Assim, no caso específico da fruticultura, a utilização do trabalho da família é justificada pela qualificação desta mão de obra, capaz de produzir frutas com qualidade, em função da destinação para o mercado, o que não seria conseguido com a contratação de terceiros.

Estas PUPRs se constituíram por meio de *transmissão intergeracional da propriedade*, ou seja, por meio do recebimento de herança por parte do proprietário, advinda de seus avós ou pais ou mesmo sogros, mas em menor proporção. Esta constatação não exclui a possibilidade de aquisição de propriedade, o que de fato ocorre, mas em menor quantidade.

Após o recebimento da herança, três situações são encontradas: a diminuição, a manutenção e a expansão da propriedade. A diminuição ocorre em momentos de descapitalização face à necessidade imediata de caixa. A expansão da propriedade é decorrente do acúmulo de recursos financeiros por um longo período, já que as transações fundiárias ocorrem à vista. A origem dos recursos acumulados é a própria atividade rural (via melhoria no preço de comercialização dos produtos ou de ganhos de produtividade) ou parcerias e arrendamentos de áreas externas. Com os recursos acumulados há três destinos; ou o proprietário aumenta sua área, ou investe em benfeitorias, máquinas e/ou implementos na propriedade ou adquire imóveis no meio urbano, seja para a própria família ou para aluguel.

Algumas destas expansões de área ocorrem com a aquisição de propriedades de outros familiares. Um caso comum é a aquisição de irmãos ou irmãs, também herdeiros, mas que não queriam se manter na atividade produtiva rural. Em outras ocasiões, a expansão ocorre com a compra de terras de vizinhos. E um terceiro comportamento comum é a aquisição de terras longe da propriedade herdada, às vezes até em outro município; posteriormente quando um vizinho e/ou familiar vende a propriedade próxima àquela

herdada, é comum a venda das terras mais afastadas e a realocização em área mais próxima à propriedade.

Nas duas situações, o ponto de partida da expansão são as terras herdadas. O desejo de manter a propriedade familiar obtida dos antepassados dita e condiciona as expansões futuras, uma vez que se pretende manter a propriedade original com alguém da família. Ou seja, apesar da ‘pouca herança’, este proprietário prefere manter-se pequeno do que vender as terras de modo a adquirir uma maior quantidade, em áreas de fronteira agrícola.

Importante notar que estes proprietários nasceram no meio rural, na região de Cândido Rodrigues e dela não migraram e nem desejam fazê-lo. A trajetória de vida destes produtores e de suas famílias pregressas esteve vinculada à atividade agropecuária herdada dos antepassados. A segurança implícita nas relações de confiança estabelecidas social e comercialmente talvez desmotive a mudança de endereço.

Todas as PUPR têm como *benfeitorias* casa de proprietário, barracão, e aqueles que utilizam mão de obra fixa e registrada, tem casa para o empregado morar. Também têm pomar caseiro, destinadas para o seu autoconsumo, com uma diversificada variedade de frutas (pitaya, lichia, atemóia, carambola, abacaxi, caqui, amora, banana, abacate, ameixa, abiu, coco, graviola, acerola, manga, limão cravo, jabuticaba, caju, mamão). Há área de preservação permanente (APP) nas propriedades, mas que são entendidas como áreas residuais da produção ou inaptas a ela e mais uma necessidade legal do que um elemento de responsabilidade ambiental e melhoria nas condições da vida silvestre e humana.

Sobretudo a casa do proprietário, mas também as demais instalações existentes nestas PUPRs, é bem cuidada, limpa e organizada, proporcionando um bom ambiente de vida e trabalho.

Outras benfeitorias não são comuns a todas as propriedades.

Aqueles proprietários que têm gado possuem estábulo ou mangueira. Aliás, a bovinocultura não é comum nestas PUPRs, nem sequer para *autoconsumo*; aqueles pouco que a tem utilizam a criação de gado como reserva de valor. Para o consumo familiar algumas propriedades têm galinheiro e chiqueiro; o comum é ter somente criação de galinhas para carne e ovos ou para o combate de escorpiões ao redor da casa e do barracão. A existência de horta caseira para o consumo familiar também não é uma unânime. Ocasionalmente há apicultura e plantação de eucalipto na propriedade para consumo familiar. Este comportamento diante do autoconsumo é curioso: o trabalho exigido em hortas ou na criação

animal é grande e exigiria horas de trabalho além daquelas dedicadas à atividade produtiva destinada ao mercado. Assim, os proprietários preferem comprar mel, carnes, ovos, leite, verduras e legumes na cidade.

Há benfeitorias que potencialmente aumentam a produtividade e/ou a renda recebida pela PUPR. O uso de irrigação é comum, seja por meio de microaspersão ou gotejamento ou mesmo a menos tecnificada, com o auxílio de uma bomba e um trator. A irrigação permite ao pequeno produtor diminuir o impacto do clima na produção, diminuindo a probabilidade de uma quebra de safra. Torna-se uma técnica fundamental para diminuir os riscos da atividade agropecuária, uma vez que o pequeno produtor pode ter a renda da propriedade – e consequentemente a renda familiar – comprometida por uma intempérie climática. Adicionalmente, a irrigação possibilita ao produtor obter produtos na entressafra da agricultura não irrigada, possibilitando auferir melhores preços e maior renda. As técnicas de irrigação utilizadas, entretanto, não são ambientalmente as mais adequadas tendo em vista o excesso de uso de água e o consequente desperdício. Cabe avisar adicionalmente que os produtores têm acesso privilegiado a fontes de água: poço artesiano, pequenos açudes, córregos e nascentes d'água. Nota-se, assim, a abundância de água presente nestas propriedades. Há presença de estufa, desde que a atividade produtiva seja compatível. Outra alternativa produtiva é o estabelecimento de viveiro de mudas, estabelecidos em parceria com terceiros. As estufas e os viveiros são entendidos pelos produtores como uma opção de diversificação da renda uma vez que não são a principal atividade desenvolvida na PUPR. Outras alternativas possíveis de diversificação da produção, como orgânicos e hidroponia, não são utilizados.

Interessante notar que não há nestas PUPR espaço destinado ao *processamento de produtos agropecuários*, tais como fabricação de queijo, compotas e doces, linguiça e massas. Também não há alambiques nem venda de ovos e galinhas e nem atividades relacionadas ao agroturismo. A inexistência desta produção se coaduna com o fato deste proprietário e sua família adquirirem produtos hortifrutigranjeiros, leite e demais produtos alimentícios no meio urbano. Nota-se um novo perfil deste pequeno produtor: ele nem produz, nem vende e nem compra produtos alimentícios diretamente do meio rural circunvizinho. Talvez o resultado financeiro destas atividades e o consumo de recursos físicos e humanos não seja compensatório, face ao acúmulo de trabalho que lhe é exigido para sua produção. A força de trabalho dedica-se às atividades para venda no mercado e este proprietário e sua família

parecem respeitar o tempo livre com outras atividades que não aquelas destinadas ao autoconsumo.

Também não há, geralmente, espaço para a embalagem dentro da PUPR destinada ao mercado salvo em casos em que esta etapa é uma exigência contratual pré-estabelecida pelo comprador. Os produtores entregam os produtos aos compradores intermediários, que os embala, ou levam o produto para realizar a classificação e a embalagem na cooperativa local.

A falta de necessidade de classificar e embalar os produtos agropecuários torna desnecessária possuir um veículo de transporte da produção ao mercado, exceto quando a exigência contratual pré-estabelecida demanda a entrega do produto *in loco*. Tal fato faz com que haja menos imobilizado sob a forma de caminhonetes ou veículos de carga.

Por outro lado, todas as PUPR têm *tratores e demais implementos* necessários aos tratos culturais.

Observa-se que as máquinas e implementos agrícolas são adquiridos novos ou usados, geralmente à vista. Em casos pontuais, estas máquinas são herdadas. No caso de aquisição a prazo, são evidentes as duas alternativas: financiamento privado, por meio de uma grande cooperativa que também é revendedora de máquinas; e financiamento público via Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), crédito rural e Programa Microbacias II. Nota-se que o proprietário da PUPR é conservador em seu processo de tomada de empréstimos para finalidade de investimentos, mantendo o volume financiado compatível com sua capacidade de pagamentos, sem comprometer o patrimônio da família. Percebe-se, adicionalmente, que ele procura não ter dívidas e quando as tem, prefere quitá-las antes do prazo.

A dimensão do parque de máquinas, equipamentos, benfeitorias e o nível tecnológico adotado para a atividade produtiva é adequada às necessidades da produção. Isto significa que o imobilizado está ajustado com a atividade desenvolvida na propriedade. Nas PUPRs, onde se desenvolve sobretudo a fruticultura, o parque de máquinas verificado em geral envolve um ou dois tratores de média potência (75 CV), um atomizador, uma roçadeira, uma barra de herbicida lateral, uma carreta para transporte de insumos e frutas, uma esparramadeira de calcário e adubo, um tanque para transporte de água, uma grade, um arado, um subsolador e uma plataforma hidráulica. Os equipamentos de preparo do solo (subsolador, arado e grade) são considerados como ‘resquícios’ da atividade com cereais desenvolvida anteriormente nas PUPRs, tendo em vista que são pouco usadas na fruticultura, exceto em casos de reforma de

pomares. Dado o baixo valor de mercado destes implementos, o produtor rural prefere mantê-los, para o caso de necessidade de preparo do solo quando forem feitas renovações dos pomares. A propriedade e a manutenção de uma equipe básica de máquinas e equipamentos trazem segurança para o produtor rural realizar suas atividades de aplicação de insumos, defensivos e colheita no momento adequado, de modo a obter uma melhor produção e comercialização. Ou seja, o produtor prefere imobilizar recursos do que contratar serviços. Também é importante a questão da utilização de mão de obra familiar na operação destas máquinas e equipamentos, que terá mais cuidados nas operações de campo, reduzindo os custos com reposição de peças e de manutenção. Outro aspecto percebido é o bom estado de conservação das máquinas, equipamentos e benfeitorias nas propriedades.

Com relação às atividades produtivas destinadas à comercialização, a vocação destas PUPRs é a *fruticultura* para consumo *in natura*, sendo o limão a mais importante. Entretanto, não é comum a monocultura. Ocorre, pois, a diversificação das culturas tanto em termos de frutas (manga, carambola, atemóia, goiaba, graviola entre outras) como hortifrutigranjeiros (pimentão, jiló, berinjela, mandioca e batata doce entre outros). O gado de corte também aparece nesta estrutura de diversificação, assim como a produção de cana de açúcar. Cabe notar que neste último caso, o produtor arrenda suas terras para a usina de açúcar e álcool.

A atividade que mais contribui para o faturamento da PUPR é a fruticultura e mesmo com a diversificação da produção, há sempre uma fruta que responde pela maior parte da renda da propriedade. A escolha da fruta e das variedades a serem produzidas é, portanto, um processo cuidadoso pois cada planta tem as suas demandas específicas em termos de tratamentos culturais – o que traz impactos no custo de produção – e ao mesmo tempo um mercado consumidor particular – responsável pelo faturamento da propriedade. A cana de açúcar é considerada pelas PUPRs como uma ‘garantia’ de renda, a despeito das oscilações de mercado para as frutas. Isto porque o arrendamento das terras destes produtores para a usina de açúcar e álcool gera uma renda mensal. A produção e venda de gado de corte é residual e serve como uma fonte de renda no caso de uma dificuldade financeira.

Ainda que a renda da produção agropecuária seja a mais importante na PUPR cabe destacar o papel das *rendas obtidas no meio urbano* e a renda proveniente de aposentadoria. A renda obtida no meio urbano diminui a pressão sobre a renda obtida no meio rural. A

presença de idosos no meio rural em PUPR é grande; porém não se trata de uma velhice desamparada uma vez que todos recebem aposentadoria.³⁷

A *comercialização e transporte* dos produtos oriundos destas PUPRs têm suas especificidades. Não há venda direta ao consumidor final e o comum é a venda a atravessadores. Este agente da comercialização responsabiliza-se pelo transporte dos produtos agrícolas, ou seja, o atravessador vai até as propriedades rurais retirar as frutas para serem classificadas, higienizadas, embaladas e colocadas no mercado. São dois os atravessadores observados: o barracão de frutas ou o “marreteiro” (comprador individual que passa nas propriedades comprando frutas e hortifrutis para revender nas cidades da região) e a venda por intermédio da Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues. O produtor vende sua produção para aquele atravessador de sua confiança e que pagar o melhor preço de forma à vista ou a prazo.

A cooperativa de Cândido Rodrigues não compra produto; ela forma lotes econômicos e faz a intermediação da venda das frutas para os produtores associados. Normalmente os pequenos produtores rurais que são associados a ela levam seus produtos até a sua sede com seus tratores e carretas e usam a estrutura disponível para processar e embalar sua produção. Para algumas frutas (carambola, manga e goiaba) a cooperativa disponibiliza uma estrutura de classificação e embalagem, fundamental para viabilizar o mercado desses produtos no município de São Paulo. O cuidado com a classificação e embalagem dinamiza certos mercados e agrega mais valor ao produto, por meio de sua diferenciação. Ainda há de se destacar que a estrutura física disponível na cooperativa viabilizou a comercialização dos produtores das PUPRs a ela associadas: barracão, rodolúvio, máquina para escovar, lavar, classificar e encerar as frutas, empilhadeira, balança eletrônica³⁸ e de precisão, caminhões para o transporte e uma câmara fria para armazenar 40 toneladas de frutas.

³⁷ Ao analisar vinte estudos a pesquisadora Saraiva (2017) verificou que a renda proveniente da aposentadoria rural é uma política pública mais abrangente que o Pronaf, que destina recursos à agricultura familiar. Isto ocorre porque as aposentadorias tornaram-se uma forma de manter as pessoas no campo, diminuir as desigualdades sociais e aumentar a capacidade de consumo das famílias rurais. Esses estudos analisados também demonstraram que a aposentadoria rural é financiadora da produção, movimentou o comércio local e torna-se um dos fatores de sustentabilidade das comunidades.

³⁸ O simples fato de adquirir a balança eletrônica e de precisão resolveu um problema recorrente. Toda vez que enviavam uma carga de frutas para um cliente em São Paulo ocorriam diferenças significativas de pesos, fazendo com que os produtores rurais de Cândido Rodrigues desconfiassem do comprador e o comprador desconfiasse dos produtores. Para esclarecer o que estava acontecendo os produtores rurais organizaram uma comissão e foram seguindo o caminhão que transportava as frutas para São Paulo. Chegando lá verificaram que ao pesar o caminhão realmente havia uma diferença no peso. A partir da compra das novas balanças resolveram o problema e evitaram a perda de um canal de comercialização importante para as frutas dos cooperados.

A produção de cana de açúcar é arrendada para uma usina de açúcar e álcool, que se responsabiliza pelo plantio, tratos culturais, colheita, carregamento e o transporte da cana. Ou seja, esta alternativa de comercialização já é estabelecida em contrato, com prazos definidos.

O gado de corte é vendido para confinamentos ou diretamente para frigoríficos. Os confinadores e os frigoríficos vêm até as propriedades buscar o gado.

Para **recebimento das vendas**, há comercialização da produção tanto à vista como a prazo. O que prevalece é a venda a prazo com recebimento previsto entre 30 e 90 dias.

A prática comum de vendas de frutas e outros hortifrutigranjeiros junto aos atravessadores é fundamentalmente baseada na confiança mútua. O produtor rural entrega sua produção a este agente, que lhe dá um romaneio, no qual consta peso e/ou quantidade do que foi entregue. Entretanto, esta prática não traz garantia jurídica nenhuma para o produtor em uma eventual demanda, pois este ‘papelzinho’ não tem respaldo legal; serve tão somente para demonstrar a boa vontade entre as partes. Ainda, o atravessador repassa parte do risco da comercialização para o produtor rural. O atravessador paga ao produtor rural, muitas vezes, com cheques de terceiros que ele recebeu em função das vendas realizadas. Se este cheque não tiver fundos no momento da compensação, o produtor rural deverá cobrar o valor devido do atravessador. Entre esta cobrança e o efetivo pagamento, geralmente decorre um prazo de cerca de dez dias.

As frutas que não são absorvidas pelo mercado para consumo *in natura*, também são vendidas para um atravessador, que irá formar lotes maiores para entrega ao processamento industrial.

O prazo para recebimento das vendas normalmente equivale ao mesmo prazo que os pequenos produtores solicitam aos revendedores de insumos agrícolas. Assim, compra-se insumos a prazo, porque também a prazo haverá recebimento dos produtos comercializados. Em suma, diante destes aspectos da comercialização dos produtos das PUPRs, o pequeno produtor rural tem que ter um fluxo de caixa sob controle para gerenciar e suportar esses prazos. Ou seja, precisa dispor de recursos financeiros para fazer frente às demandas da propriedade e sua família pelo transcurso de tempo até receber pelas vendas realizadas.

O fato de todos os compradores das PUPRs retirarem os produtos na propriedade, assim como os vendedores entregarem os insumos agrícolas, torna desnecessária a imobilização de recursos financeiros em veículos de transporte (caminhonetes e/ou caminhões).

A *aquisição de insumos* ocorre tanto à vista como a prazo, dependendo do tipo de insumo e das características do revendedor.

Tendo em vista a importância da fruticultura para a renda da PUPR, é imprescindível o cuidado com a qualidade das mudas de frutíferas. Os produtores adquirem mudas de viveiros certificados pela Defesa Agropecuária do estado de São Paulo, como uma garantia que não haverá doenças e pragas, até mesmo porque esta não permite mais a produção de mudas diretamente no solo, especialmente para citros.

A aquisição de adubo orgânico (esterco de gado ou galinha) ocorre de empresas privadas e geralmente à vista. Este tipo de adubação ocorre principalmente na fruticultura de citros. Um dos fatores que determina a maior ou menor utilização da adubação orgânica na produção é o preço do frete até os pomares. Quando o frete ou o preço do esterco está muito elevado, os produtores não o utilizam ou o aplicam em menor quantidade, aumentando a adubação química.

A compra do fertilizante químico é feita em revendedores privados da região ou em uma grande cooperativa. O preço do fertilizante químico depende da quantidade a ser adquirida; se o produtor adquirir lotes a partir de 14 toneladas normalmente os preços são menores na cooperativa, assim como o frete. Para compras de menos que 14 toneladas as empresas privadas são mais competitivas, atendendo mais rapidamente a demanda do produtor. Portanto, a PUPR compra o fertilizante químico de quem tem o melhor preço e prazo, dentro do lote ou quantidade que ele precisa aplicar para garantir uma boa produção em suas culturas.

O calcário e o gesso também são adquiridos de vendas agropecuárias e de cooperativas, tanto a grande cooperativa como a de Fruticultores de Cândido Rodrigues. O preço praticado depende da quantidade a ser comprada, sendo que a carga fechada mínima é de 26 toneladas. Normalmente paga-se o frete à vista e o calcário e o gesso têm prazo de até 90 dias para pagar.

Os agrotóxicos são adquiridos nas grandes cooperativas e nas vendas privadas, representantes de grandes marcas de empresas nacionais e multinacionais, tanto à vista como a prazo.

Importante notar o papel da grande cooperativa na venda de insumos, assim como máquinas e implementos. As cooperativas grandes às quais as PUPRs estão vinculadas possuem grande poder de barganha no mercado de insumos e implementos devido ao tamanho

dos lotes de compras que realiza. Dessa forma conseguem vender para os produtores rurais insumos a preços mais competitivos que as revendas privadas, especialmente os agrotóxicos. Além disto, é possível realizar financiamento na própria Cooperativa, com prazos que variam entre 30 e 120 dias ou até um ano para pagamento, geralmente vinculado ao prazo concedido pela multinacional produtora do agrotóxico. O financiamento é realizado por meio da concessão de crédito rural (com juros de 0,68% a 0,75% ao mês) ou via intercooperação com uma cooperativa de crédito, à qual a grande cooperativa está vinculada, que cobra juro do crédito rural adicionado de 1% ao ano.

Os pequenos produtores rurais procuram sempre a compra à vista e quando a fazem a prazo ou financiada, sempre que possível, antecipam o pagamento.

Interessante notar que o processo de decisão do tipo de atividade econômica desenvolvida na PUPR ocorre em meio a um contexto histórico, particular no tempo e também no espaço.³⁹

De maneira sintética as atuais PUPRs obedecem a ciclos produtivos e suas fases de sustentabilidade da produção. Ou seja, os ciclos passam por diferentes fases: introdução de uma nova cultura, com preços atrativos, ainda que com custos iniciais não amortizados elevados; maturidade, com preços estáveis e custos amortizados, possibilitando obtenção de lucro; e declínio, com custos de produção elevados e preços declinantes. Os ciclos respondem a condições de mercado e também a condicionantes edafoclimáticos e sanitários.

A região de Cândido Rodrigues/SP passou por vários ciclos produtivos ao longo do século XX e XXI até chegar à fase atual dominada pela fruticultura (limão, manga, goiaba e demais frutas para consumo *in natura*) e pela cana de açúcar. O ciclo do café foi seguido pela produção de cereais (milho, arroz, amendoim), mamona, tomate, limão galego, laranja, manga, goiaba, limão tahiti e cana de açúcar.

A cafeicultura entrou em declínio na região na década de 1980 devido aos baixos preços do produto e a geada que queimou os cafezais. A seguinte produção de cereais exigia muito trabalho e era desgastante e resultava em uma baixa rentabilidade, especialmente a cultura do amendoim, que ainda não era tecnificada. O tomate foi sendo aniquilado pelos preços que pioraram com o passar do tempo, pela doença da pinta preta e pelas perdas devido

³⁹ Os apontamentos a respeito dos 'ciclos' produtivos ocorridos em Cândido Rodrigues foram feitos com base nos relatos das entrevistas de campo. Optou-se por manter neste trabalho, pois dão uma compreensão a respeito do pano de fundo em que as decisões produtivas ocorreram no passado, condicionando assim a disponibilidade de recursos financeiros e de infraestrutura no presente, e como o conhecimento acumulado pelos produtores impacta em suas decisões.

a não retirada da produção pelo mercado e pela indústria no momento correto. A mamona a princípio dava um bom retorno financeiro, mas foi substituída pelos pomares de laranja. Neste caso, o preço da laranja era elevado, as indústrias pagavam a produção antecipada e ainda fazia parte dos tratamentos necessários à produção, diminuindo os custos dos produtores. Esta citricultura se tornou inviável ao pequeno produtor rural porque os preços pagos pelo mercado não geram lucro, dado que o controle de pragas e doenças elevavam o custo de produção. A cana de açúcar, por sua vez, iniciou seu ciclo oferecendo preços bons e baixo custo de produção. Atualmente os preços se mantiveram, mas os custos de produção com fertilizantes e agrotóxicos aumentaram, comprometendo a lucratividade desta atividade e despertando nos pequenos produtores o desejo de abandonar esta cultura.

O atual ciclo produtivo presente nas PUPR de Cândido Rodrigues é o da fruticultura, que permanece no primeiro ou segundo estágio. Em paralelo, destaca-se também o cultivo de hortifrutigranjeiros. Este ‘ciclo’ de produção gera sinergias para aquisição de insumos, obtenção de assistência técnica, canais de escoamento e comercialização, qualificação e ocupação da mão de obra. Causa em última instância uma *economia de escala externa* às PUPRs, existentes no município.

Já destacado nos grupos focais, o processo de tomada de decisão quanto ao que, como e por quê produzir torna-se o elemento principal para a permanência das pequenas unidades de produção rural na atividade agropecuária. Compreendê-lo, entretanto, não é uma tarefa fácil.

O *retorno financeiro* proporcionado pelas diferentes culturas é elemento levado em consideração pelo pequeno produtor rural em seu processo decisório sobre o que (ou não) produzir. Importante neste processo é o lucro total proporcionado pela atividade produtiva. Este produtor percebe ou entende ‘lucro’ na atividade em duas situações: quando consegue um ‘bom preço’ para a quantidade de produto que consegue oferecer e quando consegue vender uma quantidade maior, advinda de aumento de produção ou de produtividade, em que pese o preço mais baixo. O montante total de lucro importa, para este produtor, mais que o prazo de retorno.

A existência de linhas de *crédito* públicas ou privadas não interfere no processo de tomada de decisões dos pequenos produtores. Este dado denota o perfil conservador das PUPRs com relação à sua gestão financeira: são produtores que não querem ou não gostam de compras a prazo, dado que não querem comprometer a renda da atividade produtiva – e

consequentemente a renda familiar – e o patrimônio com pagamentos futuros. Estes produtores preferem antecipar o pagamento parcelado de máquinas, implementos e insumos antes do prazo de vencimento, se houver disponibilidade de caixa para tanto.

Estas PUPRs não realizam venda direta ao consumidor final e por isto, a proximidade do mercado consumidor não é relevante no processo de tomada de decisão. As vendas são realizadas por meio de uma estrutura de comercialização dos produtos finais junto a atravessadores (‘barracões’, cooperativa local, usina de açúcar e álcool, frigoríficos/confinadores) existentes no município e região. A quantidade de intermediários, assim como sua localização, prazo de pagamento e confiabilidade oscila ao longo do tempo, ou seja, a quantidade de ‘barracões’ pode mudar, mas não seu papel e importância destacada para o escoamento e comercialização da produção das PUPR. Assim, a *existência* da estrutura de comercialização ajuda a definir o que *pode* ser produzido na propriedade rural. Planta-se o que tem ‘mercado’.

A escala de produção é um fator decisivo para viabilizar a escolha da produção nas PUPR. A fruticultura, sobretudo destinada para o consumo *in natura*, é uma atividade produtiva que se adapta bem à pequena escala, uma vez que é exigente em tratamentos culturais, demanda mão de obra qualificada e pode auferir ‘bons preços’, possibilitando lucros ao produtor. Outras culturas, como cereais, cana de açúcar e criação extensiva de gado de corte, viabilizam-se em grande escala de produção.

Uma variável reconhecida como importante para determinação das culturas é a *aptidão* climática, geomorfológica e ambiental das propriedades e do município. Em Cândido Rodrigues o ambiente de produção é favorável em termos de temperaturas e umidade, fertilidade do solo e disponibilidade de recursos hídricos.

O *conhecimento acumulado* pelas famílias nas atividades produtivas desenvolvidas nas PUPRs interfere sobremaneira na escolha das culturas. Por outro lado, pouca relevância é atribuída aos conhecimentos adquiridos. A ‘tradição’ das famílias ou da propriedade com uma ou outra atividade produtiva é mais importante do que a introdução de uma cultura totalmente nova, que envolve novos custos de aprendizado ou adaptação. Os produtores pouco se arriscam a fazer algo que não faziam antes.

Paradoxalmente, em que pese a ‘tradição’ da família ou da propriedade influenciar as atividades produtivas, esta é encarada comumente como mão de obra qualificada à disposição

e não como uma fonte confiável de recomendações ou sugestões quanto aos rumos produtivos da propriedade.

A disponibilidade de mão de obra na família é considerada como elemento central no processo de tomada de decisões. Se há trabalho familiar disponível, a PUPR viabiliza a produção de certas culturas, pois se apoia na qualificação, cuidado com os tratamentos culturais e o aumento na produtividade que esta opção possibilita. Se não é possível contar com mão de obra familiar, um outro leque de culturas se abre e o produtor opta pela produção mais mecanizada (como p.ex. a produção de cana de açúcar).

A opção por dada cultura é feita de maneira a *aumentar a 'segurança'*, com o objetivo de minimizar ou diversificar os riscos diante de frustrações de safra e preços de mercado. Não é comum as PUPR terem uma única atividade produtiva, mas todas têm uma cultura 'principal' ou que responde pela maior parte obtida na renda da propriedade. A diversificação da produção ocorre por meio de uma cultura que possibilita venda diária ou semanal para o mercado, ou por meio de um produto que não sofra grandes oscilações de preços, ou que provém uma renda mensal (como p.ex. cana de açúcar) ou ocasional (venda de gado de corte) para a PUPR.

As PUPRs de Cândido Rodrigues apresentam uma tecnificação ajustada às dimensões de sua propriedade que proporciona boa produtividade (quilogramas/área) das culturas plantadas. Dessa forma o imobilizado do produtor rural onera pouco e sua amortização não compromete a rentabilidade da atividade produtiva.

Por fim, o processo de tomada de decisões produtivas envolve a dimensão familiar. O produtor, para evitar descapitalizar-se, ajusta suas despesas e as despesas da família, frente ao resultado de sua atividade produtiva. Em momentos críticos do ponto de vista financeiro, toda a família acaba se ajustando à renda possível de ser obtida com a produção. Também cabe notar que estes produtores rurais possuem reservas financeiras para suportar eventuais períodos críticos ou frustrações de safras e que não gastam esses recursos com coisas que consideram 'desnecessárias', como carros novos ou máquinas além da necessidade de seu uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi investigar quais são as variáveis de natureza econômica, administrativa e social que permitem explicar a manutenção ou permanência da atividade agropecuária nas pequenas unidades de produção rural no município de Cândido Rodrigues/SP.

A permanência da PUPR se faz refletir em dimensões econômicas e sociais relevantes, como por exemplo na manutenção do emprego na área rural e consequente geração de renda e na dinamização da economia local, sobretudo em pequenos municípios. As PUPRs contribuem consideravelmente na produção de alimentos para a cesta básica da população brasileira e podem proporcionar uma agricultura mais sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Assim, as PUPRs apresentam um potencial dinamizador das instituições e das economias locais, por meio da diversificação social e produtiva dos territórios e diminuição dos custos de transações em função do nível de confiança entre os agentes econômicos e sociais envolvidos. A transferência intergeracional do patrimônio e dos ativos também colabora para que não ocorram grandes mudanças na estrutura fundiária local, mantendo uma interação da agricultura com outras atividades econômicas não agrícolas – indústria, comércio, serviços – fazendo a PUPR um ator proativo da economia dos municípios.

Assim, a PUPR é fundamental para o desenvolvimento territorial rural. O território rural tem suas especificidades e a existência e permanência destas pequenas propriedades viabiliza uma produção agrícola diferenciada e que se distancia do grande agronegócio ou da produção de *commodities* em larga escala. Este caráter dinâmico da PUPR está relacionado à sua multifuncionalidade, que permite a reprodução socioeconômica, por meio da geração de trabalho e renda às famílias, a promoção da segurança alimentar, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Estabeleceu-se, assim, a problemática central deste trabalho: as PUPR estariam fadadas ao desaparecimento ou não? O respaldo teórico conduziu a duas possibilidades. Algumas pesquisas (Alves *et al.* (2012), Buainain *et al.* (2013) e Navarro (2015)) demonstram que haveria uma diminuição na quantidade de pequenas propriedades dada a tendência intrínseca de diminuição da Renda Bruta auferida na atividade agrícola desenvolvida pelas PUPR. Aliado a este fator somam-se a falta de políticas públicas específicas para o pequeno

produtor rural e características demográficas desta população, como o seu envelhecimento. Outras investigações (Kageyama; Bergamasco (1990), Martins (2001) e Helfand *et al.* (2014)) mostram que as pequenas propriedades irão sobreviver porque tem capacidade de adaptação às adversidades econômicas às quais são submetidos. Tomam decisões com base na escala produtiva que lhes é viável e adaptam os custos de produção e as despesas familiares frente à renda da propriedade. Também se utilizam da estratégia da produção para o autoconsumo e procuram ocupar a mão de obra familiar, proporcionando-lhe renda direta e indireta.

Dada a inexistência de consenso quanto à permanência do pequeno produtor rural na atividade agropecuária, esta pesquisa optou pela realização de um estudo de caso junto a PUPRs do município de Cândido Rodrigues/SP. Este município foi escolhido dado que apresenta uma estrutura fundiária constituída por PUPRs e, de acordo com os últimos Censos Agropecuários do IBGE, sofreu um processo de ampliação no número das unidades de produção agropecuária (UPAs). Além da ampliação numérica, no município de Cândido Rodrigues mais de 90% dessas UPAs apresentam áreas inferiores a 50 hectares. A força de trabalho ocupada é prevalentemente familiar e observou-se uma expansão na participação dos proprietários rurais em associações, cooperativas e sindicatos de produtores rurais, possibilitando ampliação das relações sociais e uma maior dinamicidade na economia local.

Esta pesquisa valeu-se de dados primários obtidos por meio da aplicação de duas metodologias, os grupos focais e a entrevista de campo.

Os grupos focais foram realizados com profissionais que prestam assistência técnica às PUPR de Cândido Rodrigues, bem como um conjunto de pequenos produtores deste município. Os resultados dos grupos focais além de viabilizar uma abordagem prévia com as eventuais variáveis que explicam a permanência do pequeno produtor na atividade agropecuária, serviram de base para elaboração de um instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa de campo posterior, para adensamento das conclusões anteriores.

A partir dos grupos focais identificou-se que fundamental para a permanência na atividade rural é o processo de definição do *tipo de atividade econômica* a ser desenvolvida. Para tanto, são destacadas a capacidade de adaptação da PUPR e de resiliência do produtor. A *fruticultura*, enfatizada pelos entrevistados, reúne atributos desejados em termo de rentabilidade e aproveitamento das condições materiais e laborais existentes nas propriedades. Na estrutura produtiva, fundamental são *aspectos pessoais* do proprietário ('gostar do que faz') e de seus familiares. A família, filhos sobretudo, desempenham um duplo papel: são

mão de obra qualificada para a produção, com reflexos no custo e na produtividade, e possibilidade de *êxito na sucessão* na atividade rural.

Outro importante elemento é a existência de canais de escoamento e *comercialização* por meio de intermediários ou atravessadores. Trata-se de um canal de venda tradicional, na qual é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes. O *cooperativismo ou associativismo* mostra-se uma alternativa de negócios, tanto para venda do produto final como para aquisição de insumos e máquinas agrícolas.

As PUPR, segundo os grupos focais, incorporam pacotes tecnológicos e as algumas inovações técnicas inerentes a eles, sugeridas pela *assistência técnica*. Por outro lado, são reticentes a inovações no modo de produção. O acompanhamento diuturno dos tratos culturais e a correta quantificação do uso de máquinas e insumos conduz à *eficiência produtiva*. Há adoção de *diversificação* das atividades na propriedade, como forma de aumento de renda e diminuição de riscos.

Há uma ligação intrínseca entre a renda da propriedade rural com a renda familiar. Ambas se complementam e se condicionam. Entende-se que a finalidade última da PUPR é a manutenção da família do proprietário: prover uma residência, viabilizar a educação formal, ocupar e remunerar a força de trabalho e possibilitar qualidade de vida. Ou seja, para que a família sobreviva, é necessário que a propriedade sobreviva.

Por isto o conservadorismo na *gestão financeira* da propriedade. O pequeno produtor procura equacionar suas dívidas frente ao prazo e ao montante de recebimentos previstos. O crédito seria uma alternativa bem equacionada e preferencialmente dispensável. A gestão financeira da propriedade tem como contrapeso a *adaptação do consumo da família*.

Em resumo, os grupos focais permitem concluir que “o pequeno produtor tem que ter um ganho em que possa sustentar a família e dar manutenção à propriedade” e esta “permanência passa por esse produtor acertar na escolha das culturas a serem introduzidas na propriedade” e as decisões de cunho estratégico e operacional inerentes a ela.

As entrevistas de campo complementam as opiniões obtidas com os grupos focais e permitem desenhar um quadro mais amplo com variáveis adicionais de natureza econômica, administrativa e social que possibilitam aprofundar o conhecimento acerca do que pode explicar a manutenção ou permanência da atividade agropecuária nas PUPR.

O *perfil demográfico* do proprietário das PUPR e de sua família importam. São homens com mais de 50 anos que nasceram no meio rural, não migraram, casaram e sempre trabalharam em atividades rurais. Seus poucos descendentes estudaram mais que eles mesmos; os filhos homens geralmente continuam vinculados à atividade produtiva no campo e as filhas trabalham em atividades urbanas, apesar de quando solteiras, permanecerem residindo com os pais. Todos os adultos trabalham, seja no meio urbano ou rural, mesmo aqueles idosos (pais do proprietário ou ele mesmo). Os idosos têm *renda proveniente de aposentadoria*, o que diminui a pressão exercida pelos gastos familiares na renda da propriedade. Ainda assim, a renda da propriedade é usufruída por toda a família: proprietário, cônjuge, filhos e filhas solteiros ou casados, que residem no campo ou na área urbana e, eventualmente, seus pais, independentemente de terem trabalhado para obtê-la.

A família é considerada para este produtor como fonte de *mão de obra qualificada*. Há pouca contratação de empregados fixos; usa-se mais trabalhadores temporários em momentos com demanda por trabalho mais intensa. A disponibilidade ou não de mão de obra familiar *condiciona* o que pode ser produzido e quanto pode ser ofertado. Por um lado, a quantidade de produto dependerá da quantidade disponível de mão de obra e por outro, o tipo de cultura a ser adotada também dela depende.

Outro aspecto familiar relevante é a *transmissão intergeracional da propriedade* rural. As PUPRs foram herdadas de avós, pais ou sogros; tal fato não quer dizer que o tamanho dela se mantenha, pois é comum a expansão posterior por meio de aquisições de pequenas extensões territoriais de parentes ou vizinhos, permanecendo este produtor com atividades produtivas no mesmo município. Esta informação é impactante, pois percebe-se que a estrutura fundiária das PUPRs em Cândido Rodrigues conformou-se há décadas atrás; são proprietários de terra aqueles que já tinham pais ou avós igualmente donos de terra.

Por outro lado, este fato parece aumentar a responsabilidade do produtor, que busca ‘honrar’ o que recebeu dos seus antepassados e ao mesmo tempo gerar condições financeiras para que a terra possa ser repassada para seus descendentes. A família e o *conhecimento acumulado* no passado interferem nas decisões produtivas no presente; já quanto aos descendentes, estes são considerados força de trabalho e não fonte de recomendações ou sugestões quanto aos rumos produtivos da propriedade.

Talvez este comportamento condicione ou determine parte do conservadorismo produtivo, comercial e financeiro destes produtores, que preferem minimizar o risco a

eventualmente perder a herança recebida. Deve-se, entretanto, levar em conta que a continuidade desta transmissão intergeracional da propriedade se mantém se houver aptidão por parte do(a) herdeiro(a).

As PUPRs são bem equipadas com instalações e *benfeitorias* destinadas à vida familiar, seu conforto e satisfação de necessidades imediatas, e adequadas ao tipo de cultura existente na propriedade. A busca por produtividade demanda a utilização de irrigação, notadamente, para minimizar os impactos produtivos e comerciais da entressafra.

Curioso notar que o foco da mão de obra familiar e das atenções de gestão do proprietário é com a produção destinada ao mercado. A produção para o *autoconsumo* não é comum, assim como a venda de produtos agrícolas para vizinhos ou mercado urbano. A *diversificação*, que possibilita a diluição dos riscos, ocorre em outras atividades produtivas (p.ex. adoção de duas ou mais espécies frutíferas ou produção de frutas e cana de açúcar) e não com atividades de *processamento artesanal* ou embalagem dos produtos agrícolas *in loco*.

Do ponto de vista da produção, a PUPR apresenta uma estrutura produtiva com *máquinas e equipamentos* provenientes de outros ciclos produtivos anteriores (p.ex. cereais), mas não tem nada sobressalente que comprometa as finanças com imobilizado elevado. Pelo contrário, essa estrutura é enxuta e funcional: a dimensão do parque de máquinas, equipamentos, benfeitorias e o nível tecnológico adotado para a atividade produtiva é adequada às necessidades da produção.

Para *aquisição* de mudas, insumos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos, o proprietário vale-se de revendas privadas existentes na região e de grandes cooperativas, além da Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues. A utilização dos insumos agrícolas e agrotóxicos ocorre de forma racional, não usa nem mais nem menos, somente o necessário para uma boa produção. A preocupação ambiental é derivada da pressão de custos de produção dos insumos e agrotóxicos, ou seja, este proprietário preserva (parcialmente) o meio ambiente porque custa caro a utilização de mais fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A *comercialização* dos produtos é facilitada pela estrutura de atravessadores (barracões, *packing houses*, cooperativa) e existência de compradores industriais (de processamento industrial de frutas ou frigoríficos). Dada esta feição, o produtor não precisa preocupar-se com o *transporte* de seus produtos até o comprador, diminuindo seu imobilizado sobre esta rubrica. Este pequeno produtor rural consegue inserir seus diversos produtos em

um mercado já existente, sem ter que lutar por ele ou conquistá-lo. O risco de mercado ocorre mais em função da oscilação de preços do que de alterações na quantidade demandada por estes atravessadores.

Nas vendas, prefere a *segurança*, nem que seja para vender a prazo para um conhecido, demonstrando que sabe equacionar os *prazos de recebimento e de pagamentos*.

O comportamento conservador na produção também pode estar relacionado ao aproveitamento de *economias de escala externas* às PUPRs, existentes no município. Se este fato lhe parece vantajoso, por outro lado pode cercear a inovação técnica, tecnológica ou de introdução de novas culturas ou métodos de produção. Cabe notar a *aptidão* ambiental das propriedades e do município à produção rural. Assim, a *fruticultura*, atividade ostensivamente difundida no município procurou aproveitar-se de conhecimento prévio, da qualificação e disponibilidade de mão de obra, dos canais de comercialização, e da estrutura de máquinas e instalações existentes na propriedade, sendo perfeitamente apta e adaptada à pequena escala interna de produção.

Em resumo, o pequeno produtor rural é conservador para comprar e para pagar, pois sempre procura o melhor preço possível à vista. No caso de aquisições a prazo, busca quitar as dívidas antes do vencimento ou antecipar os pagamentos. Ou seja, o proprietário da PUPR sabe lidar com fluxo de caixa estendido entre a produção, a comercialização, os recebimentos e os pagamentos a serem efetuados, ainda que muitas vezes de maneira intuitiva e sem o conhecimento formal sobre finanças.

É interessante oferecer um contraponto a este domínio informal das finanças da PUPR por parte do proprietário. No transcorrer do grupo focal especificamente com os profissionais da assistência técnica foi mencionado que se o “produtor rural fizesse conta ele não estaria lá”. Esse comentário diz respeito à relação entre o retorno financeiro da atividade agrícola e o montante do patrimônio imobilizado em uma propriedade. Na mesma linha de raciocínio, também foi mencionado que o produtor “não faz a conta de quanto ele gastou, não é porque ele não sabe, é que ele sabe que não vai fechar”. Outro mencionou que “eu atendi um produtor que veio perguntar quanto ele gastou na cooperativa para informar o censo agropecuário”, pois o produtor informou que não anota nada quanto aos custos, só sabe o quanto colheu: “só sei que colhi um caminhão de limão”. Estes comentários dos técnicos sugerem que o pequeno produtor possa ter amadorismo na gestão financeira da sua propriedade. A pesquisa de campo, por outro lado, demonstra *exatamente o contrário*: o

produtor faz muitas contas – do jeito dele, sem respaldo formal, mas faz. Não se pode manter uma PUPR sem lucro e o lucro advém de um conjunto de decisões acertadas de negócios. O produtor demonstra constante preocupação em equilibrar seus recebimentos com os pagamentos e a destinação de recursos para manutenção da família. Este pensamento também aparece quando um produtor, participante do grupo focal, dita: “mesmo com a incerteza na produção e no recebimento na venda dos produtos os produtores daqui conseguiram dar estudo aos filhos, isso é um mérito deles, isso não é fácil e gera muita satisfação”.

O comportamento quanto à gestão financeira corrobora os resultados obtidos na dissertação de mestrado de Cella (2002): o produtor rural que sabe lidar com as finanças é aquele que sobrevive na atividade agropecuária, pois as culturas são semelhantes e a maneira de produzir, em virtude de pacotes tecnológicos, também.

Mais do que concordar com uma das abordagens teóricas contempladas por esta pesquisa – a de Alves *et al.* (2012), Buainain *et al.* (2013) e Navarro (2015), de que haveria uma tendência à diminuição na quantidade das PUPR e a de Kageyama; Bergamasco (1990), Martins (2001) e Helfand *et al.* (2014), para quem este fato não iria ocorrer – abriu-se uma terceira via, síntese das duas anteriores.

Para as PUPRs do município de Cândido Rodrigues é fundamental a produção destinada ao mercado, enquanto alternativa para geração e acumulação de lucros. Esta renda da propriedade é repassada para família do proprietário e responsável pela sua sobrevivência. Não se tira o mérito da remuneração indireta proporcionada pela propriedade (subsídio na alimentação, moradia e demais gastos com a manutenção da residência) e a remuneração direta ou indireta da mão de obra familiar, mas esta não é sua única finalidade.

A capacidade de adaptação do estilo de vida familiar à renda disponível também se faz presente, assim como a resiliência das atividades produtivas quando se diminui a rentabilidade. Esta capacidade de adaptação evitaria o declínio progressivo da Renda Bruta auferida na atividade agrícola desenvolvida pelas PUPR, uma vez que esta dispõe da alternativa de mudança no tipo de cultura efetuado, aproveitando-se de conhecimentos prévios, infraestrutura produtiva e comercial e disponibilidade de mão de obra.

Interessante notar que o envelhecimento é um fato preocupante para manutenção das atividades nas PUPRs. Aliás, esta questão do envelhecimento da população rural e a falta de crianças nas propriedades é outro fator que chamou a atenção e pode ser objeto de estudos futuros.

Pode ser avaliada por futuros estudos a questão da aposentadoria no meio rural e da pobreza. Observa-se que parte da renda nas PUPRs é proveniente das aposentadorias e cuja importância pode ter sido subestimada pelos entrevistados. As atuais reformas na previdência social podem impactar na renda e na qualidade de vida dos pequenos produtores rurais não só em Cândido Rodrigues como em todo o Brasil. O empobrecimento rural traz como consequência a concentração fundiária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, n.2, abr.-jun., 1997.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.28, n.1, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 2000. (Texto para Discussão, n.702).
- ALEXANDRE NETO, P.A. A plasticidade e a temporalidade do território. In: NETO, P.A. (Org.) **Território e Desenvolvimento Econômico**. Lisboa/Portugal: Instituto Piaget, 2006, p.13-17.
- ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.; NAVARRO, Z. (Orgs.) **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p.275-290.
- ALVES, E. *et al.* **O que falaram os Censos do IBGE**. Palestra Embrapa. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/censos-do-ibge/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- BADER, G.E.; ROSSI, C.A. **Focus groups: a step by step guide**. San Diego: The Bader Group, 1999. 39p.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E.M. *Snowball* (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 10, 2011. **Anais....** Curitiba: PUCPR, 2011.
- BASSO, D.; DELGADO, N.G.; SILVA NETO, B. Estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em questão**, v.1, n.1, p.73-105, jan.-jun. 2003.
- BAUMEL, A.; BASSO, L.C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J.L. (Org.) **Experiência em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava/PR: Ed. Unicentro, 2004.
- BÓGUS, L.M.; BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, jul.-set. 1995.
- BRUNI, A.L.; FAMÁ, R. **As decisões de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v.21, n.2, p.105-121, abr.-maio-jun. 2013.
- CÂNDIDO RODRIGUES (PREFEITURA MUNICIPAL). **História**. Disponível em: <<http://www.candidorodrigues.sp.gov.br/paginas/historia>>. Acesso em: 11 set. 2017.

CÂNDIDO RODRIGUES (PREFEITURA MUNICIPAL). **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013 para o Município de Cândido Rodrigues**. 2009. Disponível em: <<http://www.candidorodrigues.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2017.

CANO, W. **Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento**. Campinas: Instituto de Economia (IE/Unicamp), 2017. (Texto para Discussão, n.304).

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Revista Saúde Pública**, v.30, n.3, p.285-293, 1996.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.47-70.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP.

CENTRO DE ESTUDOS EM ECONOMIA APLICADA (Cepea). **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. A técnica de grupos focais no contexto de estudos com populações e comunidades tradicionais. **Pesquisa em desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.89-106.

COUTINHO, C. P. **Estudo de Caso**. Braga/Portugal: Instituto de Educação e Psicologia, 2008. 25 p.

DELGADO, G.C. Condições para desenvolvimento dos projetos de assentamentos – alguns aspectos econômicos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, n.2, p.119-123, 2007.

DELGADO, G.C. Lula abandonou a reforma agrária. **Agência Brasil de Fato**, Fortaleza, abril de 2008. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=32709>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista de la CEPAL**, v.83, p.49-69, ago. 2004.

EASTWOOD, R.; LIPTON, M.; NEWELL, A. Farm size. In: PINGALI, P.; EVENSON, R. (Ed.). **Handbook of Agricultural Economics**. New York: Elsevier, 2010. p.3323-3397.

ECONOMIC RESEARCH SERVICE (ERS)/UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **Nonmetric counties are commonly used to depict rural and small-town trends**. 2013. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **E.F. Araraquara (1908-1955)**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/candrodrigues.htm>>. Acesso em: 30 out. 2018.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/historico/hist_101.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Empregos formais por setores de atividade econômica**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#!/tabelas>>. Acesso em: 31 out. 2018.

GALJART, B. Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. p.57-15.

GARDNER, B. L. **Agriculture in the 20th Century: how it flourished and what it cost?** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

GONDIM, S.M.G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v.12, n.24, p.149-161, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan.-abr. 2002.

GUILHOTO, J.J.M.; AZZONI, C.R.; SILVEIRA, F.G.; ICHIHARA, S.M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados**. Brasília: MDA, 2007. 172p.

HANNAH, L.; LOHSE, D.; HUTCHINSON, C.; CARR, J.; LANKERANI, A. Preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems. **Ambio**, v.23, n.4/5, jul. 1994.

HELFAND, S.M.; PEREIRA, V.F.; SOARES, W.L. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira – situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p.534-557.

HOFFMANN, R.; A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.21, p.417-421, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 94p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: Ipea, 2002. 206p. v.6

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES. Les campagnes et leurs villes. In: **Population**, v.53, n.4, 1998. p.885-886.

ISTITUTO NAZIONALE DI ECONOMIA AGRÁRIA (INEA). **Tipologie di aree rural in Italia**. Roma: Studi & Ricerche. INEA, 2000. 175p.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA (ISTAT). **Classificazione dei comuni secondo le caratteristiche urbane e rural**. Roma, 1986. Disponível em: <<http://www.istat.it/it/archivio/6789>>. Acesso em: 22 out. 2017.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, v.12/13, p.55-72, 1989/1990.

KAGEYAMA, A. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.379-408, set.-dez. 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.51, n.1, p.105-122, jan.-mar. 2013.

KNICKEL, K.; RENTING, H.; Methodological and conceptual issues in the study of multifunctionality and rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, p.512-527, Oct. 2000.

KUBO, R.R.; COELHO-DE-SOUZA, G. A técnica de grupos focais no contexto de estudos com populações e comunidades tradicionais. In: RADOMSKY, G.F.W.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Pesquisa em desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MACIEL, L.M.; BAENINGER, R.; (Org.). **Região Administrativa Central**. Evolução da população e migração nas regiões de Araraquara e São Carlos. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), 2013. 116p. v.12.

MARTINE, G. A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n.23, mar. 1991.

MARTINS, J.S. A falsa miséria estatística. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo: 03 de julho de 2001.

MARTINS, J.S. Impasses sociais e políticos em relação a reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI”; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Santiago (Chile), 11-13 dez. 2001.

MARTINS, J.S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n.44, p.83-100, 2001.

MARTINS, J.S. Reforma agrária: o impossível diálogo. **Tempo Social**, São Paulo, p.97-128, 2000.

MATTEI, L. O debate sobre a pertinência da reforma agrária no Brasil. In: CALIXTRE, A.B.; NIEMEYER, A.F. **Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p.395-419.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Portal ComexStat**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MUNDLAK, Y. Production and supply. In: GARDNER, B.; RAUSSER, G. (Ed.). **Handbook of agricultural economics**. New York: Elsevier Science, 2001.

NAVARRO, Z. Até quando a desrazão agrária? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n.44, p.83-100, 2001.

NAVARRO, Z. Perguntas e respostas. **Farm Forum**, Case IH-Brasil, set. 2015.

NORTON, G.W.; ALWANG, J. **Introduction to economics of agricultural development**. New York: McGraw-Hill, 1993. Cap.9, p. 149-166: Comparative agricultural systems and the role of women.

OCAÑA-RIOLA, R.; SÁNCHEZ-CANTELEJO, C. Rurality Index for small áreas in Spain. **Social Indicators Research**, n.73, p.247-266, 2005.

OFFICE OF MANAGEMENT OF BUDGET (OMB). **Final Report and recommendations from the metropolitan area standards review committee to the Office of Management and Budget concerning changes to the standards for defining metropolitan areas**.

Disponível em:

<<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/omb/infoereg/metro2000.pdf>>.

Acesso em: 11 out. 2017.

OFFICE OF MANAGEMENT OF BUDGET (OMB). Metropolitan Statistical Areas; Micropolitan Statistical Areas; Combined Statistical Areas; New England City and Town Areas; Combined New England City and Town Areas – 2003. **OMB Bulletin** 3-4, 2003. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/whitehouse.gov/files/omb/assets/OMB/bulletins/b03-04_attach.pdf>. Acesso em: 4 out. 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **OCDE regional typology**. Paris: OECD, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Territorial Grids of OECD Member Countries**. 2011. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/3015041e.pdf?expires=1507467592&id=id&accname=guest&checksum=B7607BB29437C0D399C9A8768BC631E9>>. Acesso em: 5 out. 2017.

PAHL, Ray E. The rural-urban continuum. **Sociologia Ruralis**, v.6, n.3-4, p.229-329, 1966.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M.M.C. A coordenação agroindustrial citrícola brasileira e os novos recursos de poder: dos políticos aos jurídicos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.11, n.1, p.11-27, jan.-abr., 2009.

PAVARINA, P.R.J.P. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo**. 2003. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências – Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n.42, p.377-391, jul.-dez. 2014.

PEREIRA, G.G.; TROIANO, J.A. **Os atores do rural paulista: um ensaio sobre a região central**. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), 2013. 116p. v.12.

PIRES, J.A.S.; CASARIN, B.R.; SPANGENBERG, H.C.; FOGGETTI, C. **Pequenas propriedades rurais: dificuldades e alternativas para posicionamento no mercado**. Disponível em: <http://fio.edu.br/cic/anais/2011_x_cic/artigos.html>. Acesso em: 12 mar. 2015.

POULTON, C.; DORWARD, A.; KYDD, J. The future of small farms: new directions for services, institutions, and intermediation. **World Development**, v.38, n.10, p.1413-1428, 2010.

PUPIM, R. G. **Cidade e território do oeste paulista: estabilidade e modernidade nos processos de construção e reconfiguração do urbano**. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

QADEER, M.A. Ruralopolises: the spatial organization and residential land economy of high-density rural regions in South Asia. **Urban Studies**, v.37, n.9, p.1583-1603, 2000.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D.; Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, n.12, p.47-68, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t116.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

SARAIVA, C.E.A.B. Aposentadoria rural na agricultura familiar. In: SIMPÓSIO DA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO, 5, 2017, Porto Alegre. **Anais do V Simpósio da Ciência do Agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, CEPAN, 2017.

SCHEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate **Revista de Economia Política**, v.30, n.3, p.511-531, jul.-set. 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22, 2007. Wageningen (Holanda): s.ed. 20 - 24 Aug. 2007.

SILVA NETO, B.; LIMA, A.J.P. de; BASSO, D. Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, v.4, n.4, p.6-19, 1997.

SILVA, V.M. **Os municípios paulistas e o federalismo fiscal brasileiro**. São Paulo: IMESP/CEPAM, 1995. 132 p.

SZMRECSANYI, T. Pressupostos teóricos da análise do planejamento do setor agropecuário. In: STOREL JUNIOR, A.O. **Tamás Szmrecsanyi e a análise sobre a agropecuária brasileira**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Superintendência Regional de São Paulo, s.d. p.8-32..

SZMRECSÁNYI, T.; Apontamentos para uma história econômica do Brasil no período 1920-50. **Ensaio FEE** (Porto Alegre), v.7, n.11, 1986.

UNITED STATES CENSUS BUREAU (U.S. CENSUS BUREAU). **2010 Census Urban and Rural Classification and Urban Area Criteria**. Disponível em: <<https://www.census.gov/geo/reference/ua/urban-rural-2010.html>>. Acesso em: 1 out. 2017.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **What is Rural?** Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/rural-economy-population/rural-classifications/what-is-rural.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2017.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n.44, p.83-100, 2001.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J.E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.12, n.1, p.71-94, 2004.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica: un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela**. Madrid: Troneta, 1997.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n.44, p.203-220, ago.-dez. 2014.

WIGGINS, S.; PROCTOR, S. How special are rural areas? The economic implications of location for rural. **Development Policy Review**, v.19, n.4, 2001.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C.M.; FARIA, M.M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v.120, n.6, p.472-482, 1996.

APÊNDICE 1: Instrumento de coleta de dados.**QUESTIONÁRIO SOBRE SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL**

Nome do produtor rural: _____

Nome da propriedade rural: _____

Localização da propriedade rural: _____

Telefone: _____

Onde o(a) sr.(a) mora?

<input type="checkbox"/>	Na própria propriedade rural
<input type="checkbox"/>	Em outra propriedade rural
<input type="checkbox"/>	Cidade ou vila, em casa própria
<input type="checkbox"/>	Cidade ou vila, em casa alugada
<input type="checkbox"/>	Cidade ou vila, em casa cedida/ com parentes

Quem mora na propriedade rural?

<input type="checkbox"/>	Próprio(a) entrevistado(a) e família	Preencher questionário sobre estrutura familiar na propriedade na pagina 2
<input type="checkbox"/>	Somente família do entrevistado	Preencher questionário sobre estrutura familiar na propriedade na página 2
<input type="checkbox"/>	Empregados(as) e família:página 3	
<input type="checkbox"/>	Outros	

Qual o tipo de mão de obra utilizada? Quantas pessoas?

<input type="checkbox"/>		Quantos?
<input type="checkbox"/>	Próprio(a) entrevistado(a)	
<input type="checkbox"/>	Cônjuge	
<input type="checkbox"/>	Familiares	
<input type="checkbox"/>	Empregado(a) registrado	
<input type="checkbox"/>	Empregado(a) temporário	
<input type="checkbox"/>	Parceiro ou parceria	

Quantas pessoas moram na propriedade rural? (Preencher nos casos do entrevistado e/ou sua família residirem na propriedade rural)

Nº	Prenome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Não trabalha			Trabalha				Renda
					Não tem renda	Recebe renda de aposentadoria	Recebe BPC, BF ou outras rendas*	Na propriedade rural, com atividade agropecuária	Na propriedade rural, com atividade não agropecuária	Em outra atividade rural fora da propriedade	Em outra atividade não rural, fora da propriedade	
1												
2												
3												
4												
5												
6												

* Outros: _____ (BPC: Benefício de Prestação Continuada idoso ou deficientes; BF: Bolsa Família; aluguel)

	Nome	Ocupação	Local da ocupação fora da propriedade
1			
2			
3			
4			
5			
6			

Quem mais depende da renda gerada na propriedade rural ou colabora com a renda total da propriedade? (Preencher nos casos do entrevistado e/ou sua família residirem fora da propriedade rural ou haver outros familiares que dependem da renda aí gerada)

Nº	Prenome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Não trabalha			Trabalha			Renda		
					Não tem renda	Recebe renda de aposentadoria	Recebe BPC, BF ou outras rendas*	Em outra atividade rural fora da propriedade	Em outra atividade não rural, fora da propriedade	Em outra atividade no meio urbano	A renda é incorporada à renda da propriedade rural ('ajuda em casa')?	A renda da propriedade lhe é transferida direta ou indiretamente **	Recebe produtos para consumo
1													
2													
3													
4													
5													

* Outros: _____ (BPC: Benefício de Prestação Continuada idoso ou deficientes; BF: Bolsa Família; aluguel)

Renda: ** Tipo de transferência: () Em espécie; () Pensão alimentícia; () Pagamento estudos de filhos e/ou netos; () Pagamento de compra de mercado; () Pagamento de aluguel e/ou despesas com moradia; () Outras transferências: _____.

Quem trabalha:

	Nome	Ocupação	Local da ocupação
1			
2			
3			
4			
5			

Qual o tamanho atual da propriedade? _____

A propriedade é sua desde quando? _____

Houve alterações no tamanho da propriedade? () Sim () Não

Se sim, indicar as alterações, observando o ano, qual evento e estrutura dos proprietários no quadro abaixo:

Ano	Evento						Proprietários(as)*
	Compra**	Herança	Divisão de herança recebida	Ampliação de prop. herdada por compra**	Venda de parcela de propriedade	Divisão de herança aos filhos(as)	

* Indicar se único(a) dono(a), co-proprietário(a) ou constituição de sociedade.

** Como conseguiu comprar a propriedade ou ampliá-la? Qual a fonte da renda para tanto?

O que tem atualmente na sua propriedade?

Itens	SIM	NÃO
Casa de proprietário		
Casa de empregado		
Barracão/ galpão		
Estábulo		
Chiqueiro		
Galinheiro		
Estufa		
Viveiro		
Horta caseira		
Pomar caseiro		
Lago/lagoa/rio		
Poço artesiano/ semi artesiano		
Poço comum		
Reserva florestal ('mato')		
Espaço para processamento de produtos agropecuários		
Espaço para embalagem de produtos agropecuários		
Irrigação		
Trator		
Caminhonete para transporte de produtos		

Há algum tipo de processamento de produtos agropecuários?

Itens	SIM	NÃO
Queijo		
Compota/doces		
Linguiça/carne de porco		
Massas		
Venda de galinha		
Venda de ovos		
Alambique		
Outros		

Considere a renda total que circula na sua propriedade rural. Qual % renda total da propriedade proveniente de:

Tipo de renda	Percentual de renda	Importância relativa (+ contribui para venda da propriedade)
Renda da atividade agropecuária		
Renda de atividade na propriedade não agropecuária (massas, compotas)		
Renda de aposentadoria		
Renda de transferências de renda (BPC, Bolsa Família)		
Renda de atividade rural fora da propriedade (rural ou urbana)		
Renda proveniente de arrendamento agrícola		
Outras rendas		

Como obteve acesso ao uso de máquinas, equipamento, insumos e benfeitorias?

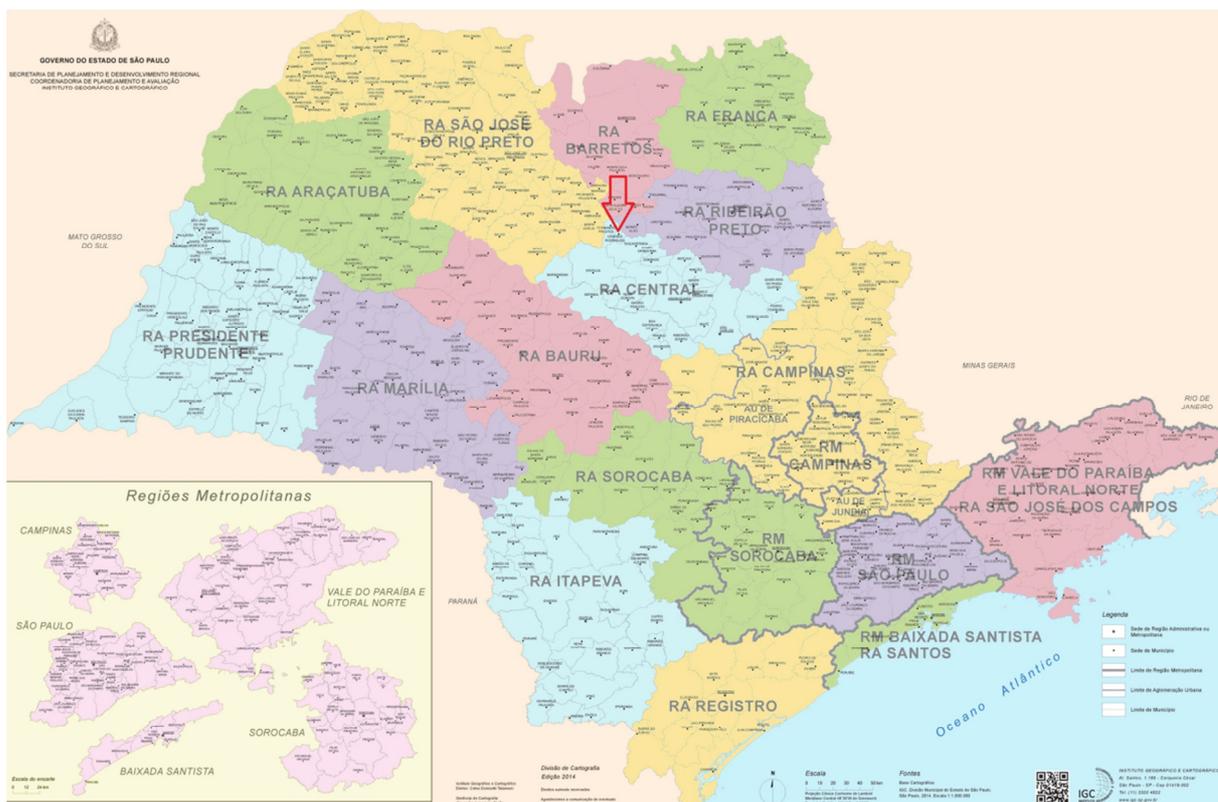
Insumo	Produção própria	Aquisição			Financiamento				
		Empresas privadas	Cooperativas e associações	Outras pessoas físicas	Compra à vista	Compra a prazo de vizinhos e outros	Financiamento de empresas privadas	Financiamento de cooperativas ou associações	Aquisição via crédito rural (custeio agrícola)
Mudas									
Mudas									
Mudas									
Mudas									
Semente									
Semente									
Semente									
Semente									
Semente									
Adubo orgânico									
Fertilizante químico									
Calcário									
Gesso									
Embalagem									
Defensivo									
Defensivo									
Defensivo									
Defensivo									

Como obteve acesso ao uso de máquinas, equipamento, insumos e benfeitorias?

Máquinas, equipamentos e benfeitorias	Herdado	Uso comum *	Contratação de serviço de terceiros	Aquisição		Forma de aquisição			
				Novo	Usado	Compra à vista	Compra a prazo de vizinhos e outros	Financiamento de empresas privadas ou cooperativas	Aquisição via crédito rural
Trator									
Trator									
Implemento:									
Implemento:									
Implemento:									
Implemento:									
Estufa									
Irrigação									
Poço artesiano ou semi									
Caixa d'água									
<i>Packing house</i>									
Máquina de classificação									
Máquina de embalagem									
Câmara frigorífica									

* Uso comunal de máquinas e implementos de cooperativa ou associação ou prefeitura.

ANEXO A: Mapa do Estado de São Paulo com a localização do município de Cândido Rodrigues



Fonte: Governo do Estado de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.mapas-sp.com/municipios.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2019.